



INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA – PROFHISTÓRIA

**A PRESENÇA NEGRA NA PEQUENA ÁFRICA COMO CONTRIBUIÇÃO NAS
AULAS DE HISTÓRIA NA PERIFERIA DO RIO DE JANEIRO.**

MARCOS ROBERTO LAPÁ DA SILVA

Seropédica – RJ

Outubro, 2025.

UNIVERSIDADE RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA –
PROFHISTÓRIA

**A presença negra na Pequena África como contribuição nas aulas de
História na periferia do Rio de Janeiro.**

Marcos Roberto Lapá da Silva

Dissertação submetida como requisito parcial para a
obtenção do grau de Mestre em Ensino de História,
no Programa de Mestrado Profissional em Ensino de
História - ProfHistória

Orientadora: Prof^a Dr^a. Geny Ferreira Guimarães

Seropédica – RJ

Outubro, 2025.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586p Silva, Marcos Roberto Lapá da, 1970 -

A presença negra na Pequena África como contribuição nas aulas de história na periferia do Rio de Janeiro / Marcos Roberto Lapá da Silva. - Seropédica, 2025.

115 f.: il.

Orientadora: Geny Ferreira Guimarães.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Pós Graduação em ensino de História / Profhistória, 2025.

1. Pequena África. 2. História Local. 3. Educação Antirracista. 4. Aula Passeio. 5. Ensino de História. I. Guimarães, Geny Ferreira, 1970-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Pós Graduação em ensino de História / Profhistória III.

Título.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA**

TERMO Nº 888 / 2025 - PROFHIST (12.28.01.00.00.00.79)

Nº do Protocolo: 23083.060258/2025-54

Seropédica-RJ, 15 de outubro de 2025.

Nome do(a) discente: MARCOS ROBERTO LAPÁ DA SILVA

DISSERTAÇÃO submetida como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRA EM ENSINO DE HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em Ensino de História - Curso de MESTRADO área de concentração em Ensino de História.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM : 10 de outubro de 2025

Banca Examinadora

Dr. CLAUDIO DE PAULA HONORATO Examinador Externo à Instituição

Dra. MARIA ANGELICA DA GAMA CABRAL COUTINHO, UFRRJ Examinadora Interna

Dra. GENY FERREIRA GUIMARAES, UFRRJ Presidente

(Assinado digitalmente em 16/10/2025 11:41)

GENY FERREIRA GUIMARAES
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
CTUR (12.28.01.30)
Matrícula: 1253262

(Assinado digitalmente em 16/10/2025 13:49)

MARIA ANGELICA DA GAMA CABRAL COUTINHO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptTPE (12.28.01.00.00.00.24)
Matrícula: 1792033

(Assinado digitalmente em 16/10/2025 21:17)

CLAUDIO DE PAULA HONORATO
ASSINANTE EXTERNO
CPF:867.250.847-53

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **888**, ano: **2025**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **15/10/2025** e o código de verificação: **422b402fb6**

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a todos os moradores da região conhecida como Pequena África, aos seus personagens históricos e a todos que contribuíram para a preservação da História, dos valores da população negra brasileira e carioca. E também a todos os meus professores nas Escolas e Universidades Públicas onde estudei e a todos que lutam e lutaram em defesa da Educação Pública.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação não seria possível sem a ajuda dos professores do curso de mestrado profissional, sem as dicas da minha orientadora Geny Ferreira Guimarães, sem a inestimável contribuição e apoio da minha companheira de trajetória e luta Andrea dos Santos Azevedo da Silva, sem a ajuda do meu amigo Fabiano Sacramento e sem as trocas, dicas e incentivo vindos dos meus companheiros da turma de 2023 do mestrado profissional da UFRRJ, em especial ao apoio da colega Luciana de Paula.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Silva, Marcos Lapá da. **A presença negra na Pequena África como contribuição nas aulas de História na periferia do Rio de Janeiro.** Dissertação de Mestrado Profissional em História – ProfHistória. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

RESUMO

Esta dissertação se propõe a reconhecer a presença negra na Pequena África e como o pensamento colonialista agiu sobre a História do Brasil, percebendo como ele vem se materializando em projetos oficiais de apagamento da ancestralidade, de um passado de contribuições dos negros na formação da cidade, de exploração e de dificuldades vivenciadas na zona portuária do Rio de Janeiro; esse mesmo pensamento colonialista também contribuiu para o silenciamento das vozes dos grupos sociais locais que, segundo a crítica de Lélia Gonzalez (1982), precisam ser mantidas na situação de subalternização dentro do sistema escolar para invisibilizar a cultura negra, contribuindo para que os alunos negros não se reconheçam nos conteúdos escolares. Utilizando como metodologia as pesquisas de campo à região, livros históricos sobre o tema, pesquisas acadêmicas, artigos científicos de autores negros e analisando o próprio negro, procurei demonstrar por meio de roteiros a importância da Pequena África - esse importante local de memória sensível - e de seus personagens; os roteiros também mostraram como os apagamentos afetaram o conhecimento históricos dos meus alunos. Para alcançar o objetivo de analisar os apagamentos, silenciamentos e as relações de poder sobre as histórias e vivências negras na zona portuária, abrangendo os atuais bairros da Saúde, da Gamboa e Santo Cristo, proponho utilizar as aulas-passeio como uma ferramenta pedagógica para aproximar os temas e locais sensíveis da Pequena África com toda a sua ancestralidade ao conhecimento histórico dos estudantes das comunidades de Guadalupe e Anchieta, ajudando-os a superarem sua limitação de saberes imposta pela história tradicional.

Palavras Chave: Pequena África, História Local, Educação Antirracista, Aula-Passeio, Ensino de História.

Silva, Marcos Lapá da. *The black people presence in Little Africa as contribution for the History classes in Rio de Janeiro's suburbs*. Dissertação de Mestrado Profissional em História – ProfHistória. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

ABSTRACT

This dissertation proposes to recognize the Black presence in Little Africa (Pequena África) and how colonialist thought acted upon the History of Brazil, perceiving how it has been materializing in official projects aimed at erasing ancestry, a past of contributions by Black people in the city's formation, and the exploitation and difficulties experienced in the port area of Rio de Janeiro. This same colonialist thought also contributed to the silencing of local social groups' voices which, according to Lélia Gonzalez's (1982) critique, need to be kept in a situation of subordination within the school system to invisibilize Black culture, contributing to Black students not recognizing themselves in school content. Using field research in the region, historical books on the topic, academic research, scientific articles by Black authors, and analyzing Black people themselves as methodology, I sought to demonstrate, through itineraries, the importance of Little Africa – this important place of sensitive memory – and its characters. The itineraries also showed how these erasures affected the historical knowledge of my students. To achieve the objective of analyzing the erasures, silencing, and power relations concerning Black histories and experiences in the port area, covering the current neighborhoods of Saúde, Gamboa, and Santo Cristo, I propose using 'class-tours' as a pedagogical tool to bring the sensitive themes and locations of Little Africa, with all its ancestry, closer to the historical knowledge of students from the communities of Guadalupe and Anchieta, helping them overcome their knowledge limitation imposed by traditional history.

Keywords: Little Africa, Local History, Anti-Racist Education, Field Trip, History Education.

LISTA DE FIGURAS

1	Machado de Assis.	5
2	Heitor dos Prazeres	6
3	Paulo da Portela	7
4	Tia Ciata	8
5	Donga	9
6	Pixinguinha	10
7	Cais do Valongo	11
8	Trapiche Cais do Porto	12
9	Cortiço Cabeça de Porco	14
10	Cortiços no Centro da Cidade	15
11	Praça 11 de Junho	17
12	Morro da Providência	20
13	Negras vendedoras de angu	21
14	Casa da Tia Ciata	23
15	Captura de Escravizados na África	24
16	Porta do Não Retorno	25
17	Memorial Manuel Congo	26
18	Praça da Piedade - Salvador Palco da Revolta dos Malês	27
19	Capoeira	28
20	Chafariz da Igreja Santa Rita	29
21	Charge - Revolta da Vacina	31
22	Barricada de Porto Arthur - Praça da Harmonia	32
23	João Candido - Líder da Revolta da Chibata	33
24	Desfile da Estação Primeira de Mangueira 2025	39
25	Sankofa - Símbolo Adinkra de aprendizado e resistência	40
26	Calçamento Pé de Moleque	41
27	Baianas do Candomblé	43
28	Pedra do Sal - Local de Nascimento do Samba	48
29	Rotas dos Escravizados	50
30	Desfile da Escola de Samba Salgueiro na Presidente Vargas	56
31	Abdias Nascimento	63
32	Teatro Experimental do Negro - TEN	66
33	Movimento Negro Unificado - MNU	67
34	Morro do Livramento	69
35	Aula Passeio no Cais do Valongo	72
36	Coreto da Praça da Harmonia	81
37	Praça da Harmonia	82
38	Museu da História e Cultura Afro - Brasileira - MUHCA..B	83
39	Instituto Pretos Novos - IPN	84
40	Cais do Valongo	85
41	Docas Pedro II	86
42	Quartel da Guarda / Centro Cultural Casa da Tia Ciata	87
43	Largo da Prainha	88
44	Pedra do Sal	89
45	Morro da Conceição	90
46	Largo de Santa Rita (Igreja de Santa Rita / Local do Antigo Cemitério dos Pretos Novos).....	91

LISTA DE ABREVIACÕES

ABL – Academia Brasileira de Letras

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IPN – Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira

MNU – Movimento Negro Unificado

MUHCAB – Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

PROFHITÓRIA – Mestrado Profissional em Ensino de História

SEEDUC – Secretaria Estadual de Educação

TEM – Teatro Experimental do Negro

UERJ -FFP – SG – Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Faculdade de Formação de Professores – São Gonçalo

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

VLT – Veículo Leve sobre Trilhos

VOT – Venerável Ordem de São Francisco

GRÁFICOS, TABELAS E MAPAS

Tabela 1 – Crescimento anual da população do Rio de Janeiro de 1872 a 1906	16
Gráfico 1 – Variação populacional no Rio de Janeiro	22
Mapa 1 – Roteiro (Pequena África)	80

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I - PEQUENA ÁFRICA DO RIO DE JANEIRO: HISTÓRIA E MEMÓRIAS	3
1.1 Personagens e Mitos da Pequena África do Rio de Janeiro.....	3
1.2 Resistências e Contribuições Negras	22
CAPÍTULO II - EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E HISTÓRIA LOCAL: AMPLIANDO O HORIZONTE DE CONHECIMENTOS E APROXIMANDO A HISTÓRIA DA REALIDADE DOS ALUNOS	44
2.1 Como as limitações de acesso ao conhecimento dificultam a ampliação dos saberes.....	45
2.2 A importância da história local na superação da história tradicional	51
2.3 Educação anti-racista no enfrentamento do racismo estrutural	60
CAPÍTULO III - UMA AULA-PASSEIO NOS LOCAIS DE MEMÓRIA SENSÍVEL E CONTRIBUIÇÕES NEGRAS DA PEQUENA ÁFRICA DO RIO DE JANEIRO	71
3.1 A aula passeio como reforço do trabalho em sala de aula	71
3.2 Proposta Pedagógica: Aula – Passeio pela Pequena África do Rio de Janeiro..	75
3.3 - Roteiro Sugerido para professores.....	76
3.4 - Roteiro Ampliado:	77
3.5 - Recursos Necessários:	78
CAPÍTULO IV - PRODUTO PEDAGÓGICO.....	79
4.1 - Produto Pedagógico: Explorando a Pequena África.....	80
4.2. <i>Folder</i>	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS.....	97

INTRODUÇÃO

Antes de iniciar a apresentação do tema de pesquisa, cabem aqui algumas linhas para que eu me apresente ao leitor. Sou o segundo filho de uma família composta por quatro filhos, sendo eu e mais três meninas. Meus pais vieram de Mato Grosso do Sul em 1968, com minha mãe grávida da minha irmã mais velha, uma mala e um enorme desejo de vencer na cidade grande.

Eu e minhas irmãs enfrentamos toda a sorte de dificuldades de uma família pobre: com pais muito batalhadores, de formação limitada e vivendo com baixos salários, fiz toda a minha vida escolar em instituições públicas e desde o Ensino Médio escolhi ser professor, tendo ingressado no curso de licenciatura em História na UERJ-FFP- SG em 1992 e concluído em 1996. Comecei atuando em Escolas Privadas em 1995 e no ano de 1998 ingressei na Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ), acumulando uma segunda matrícula em 1999, desde então atuo principalmente no Ensino Médio em instituições públicas da rede estadual.

Em minha experiência pedagógica de mais de 25 anos como professor de História de escolas públicas, em turmas do Ensino Médio, pude perceber o pouco espaço dado a temas ligados à história local da Cidade do Rio de Janeiro e de sua população após a Abolição da Escravatura e a Proclamação dos República nos livros didáticos, nos programas oficiais e nas aulas dadas pelos professores. Os temas ligados à República Velha - tratados isoladamente, - como o bota abaixo de Pereira Passos, a Revolta da Vacina e a Revolta da Armada representam uma exceção, embora sejam trabalhados no contexto da História Nacional e inseridos no que se convencionou chamar de República Velha.

Nesta pesquisa, apresentarei locais de memória e de vivências negras da região portuária que foram apagados e silenciados como o Cais do Valongo, ocultado em 1843 para dar lugar ao Cais da Imperatriz e desaparecido por completo durante as reformas implementadas na *belle époque*, dando lugar à Praça do Comércio, e à área do Cemitério dos Pretos Novos, que funcionou entre 1772 e 1830, foi aterrado e reencontrado acidentalmente em 1996 durante uma reforma residencial. Também lançarei um olhar sobre o apagamento de personagens importantes da região como o capoeirista, candomblecista e estivador Horácio José da Silva, conhecido como Prata Preta: líder da resistência popular na Revolta da Vacina, a fim de expor que tais apagamentos estão inseridos nas relações de poder que, segundo Foucault (2023, p. 59)

não é apenas exercido por instituições políticas, mas também permeia as relações sociais e se manifesta de maneiras sutis e muitas vezes invisíveis.

A história brasileira foi escrita pelo olhar do homem branco colonizador e seu ponto de vista foi usado para descrever fatos históricos do Brasil, essa narrativa, portanto, classificou como heróis nacionais os personagens criados sob essa visão. É necessário romper com esse paradigma colonial trazendo para a história personagens negros, suas contribuições, resistências e as lutas do povo preto por liberdade, por direitos, por cidadania e pela preservação da sua cultura, religiosidade e ancestralidade.

Nessa dissertação pretendo discorrer sobre fatos que ocorreram na zona portuária do Rio de Janeiro, na região conhecida como Pequena África, no período pós abolição durante os anos da *belle époque*. Também pretendo analisar os apagamentos, silenciamentos e as contribuições negras presentes na história da Pequena África, bem como seus personagens, mitos e sua relação com a sala de aula para entender o desconhecimento e a falta de identificação do aluno com o tema, identificar como se deu a formação da sua consciência histórica e sua acumulação de conhecimentos. Esse trabalho também pretende registrar como a condição de vida dos alunos e seu distanciamento geográfico dos centros de história e cultura influenciam no desenvolvimento de seu capital cultural e, conseqüentemente, no seu desconhecimento histórico.

A motivação para a escolha deste tema teve como ponto de partida as aulas-passeio com meus alunos à região da Pequena África, após perceber a surpresa e o desconhecimento deles sobre este importante local de memória e ancestralidade.

O fato de o capital cultural dos alunos não alcançar o conhecimento sobre a história negra do Rio de Janeiro e, especificamente, sobre as histórias da Pequena África, pode ser reflexo das dificuldades impostas por uma educação pública com poucos investimentos, por professores desestimulados após décadas de descaso e humilhações e também pelo local em que os alunos vivem. Concentrados em comunidades da zona norte da cidade nos bairros de Anchieta e Guadalupe, esses alunos vivem em áreas de violência e pobreza reinantes, com uma profunda falta de espaços de cultura e lazer. Nesta dissertação pretendo apresentar maneiras de ajudar os estudantes de regiões periféricas a superarem a alienação e o desconhecimento sobre a história do Rio de Janeiro Negro e da Pequena África, buscando, através de visitas à região, livros, teses, dissertações e artigos, mostrar a eles importantes locais de memória, fatos históricos e personagens que ajudaram a construir a história da cidade do Rio de Janeiro.

CAPÍTULO I - PEQUENA ÁFRICA DO RIO DE JANEIRO: HISTÓRIA E MEMÓRIAS

Neste capítulo pretendo apresentar parte das histórias, memórias e fatos da região central da cidade do Rio de Janeiro da qual é preciso descortinar e tirar do apagamento de histórias que reconheçam a Pequena África e as contribuições negras ao longo de toda a cidade. Além disso, é preciso dar importância ao estudo deste espaço numa cidade onde, segundo os dados do censo de 2022, os negros compõem a maioria da população. É preciso demonstrar que os monumentos e as resistências nas atuais comunidades, bairros, da Pequena África e ao longo de toda essa cidade negra são, em parte, reflexos da história de luta e contribuições negras para a cidade do Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro carrega em suas ruas, vielas e morros a memória viva da população negra que ajudou a construir a cidade desde os tempos coloniais. Mais do que a presença física, essa história se expressa nas culturas, nas espiritualidades e nas territorialidades negras que resistem e reexistem no espaço urbano (Guimarães, 2015).

1.1 Personagens e Mitos da Pequena África do Rio de Janeiro.

A Pequena África Carioca é uma região histórica e cultural localizada na zona portuária do Rio de Janeiro, especialmente no entorno dos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo e indo, ao que tudo indica, até a região de Cidade Nova passando pela antiga Praça Onze. O processo de construção da região remonta ao período da escravidão e do tráfico de escravizados, quando a cidade constituiu o principal porto de entrada de africanos escravizados no Brasil e, que, ao longo do século XIX e início do século XX, passou a ser reconhecida como Pequena África. Esse território se tornou por décadas uma área de concentração da comunidade negra na Região Portuária do Rio de Janeiro. A região do Valongo, onde ocorreu o desembarque e a comercialização dos africanos escravizados, recebeu a denominação de Pequena África informalmente por populares depois que o comércio de escravos se tornou ilegal no Brasil em 1831 com a Lei Feijó, ainda que a abolição tenha ocorrido somente em 1888. O nome Pequena África foi reforçado por pessoas como o sambista e pintor Heitor dos Prazeres no século XX (Moura, 1983).

Entre 1850 e as primeiras décadas do século XX, escravizados e libertos permaneceram trabalhando na região com muitos negros libertos da Bahia, de Minas Gerais ou de outras províncias que viajaram para a zona portuária do Rio de Janeiro a procura de trabalho e de um

senso de comunidade, ao contrário do que por muito tempo foi afirmado na história, essa migração foi fruto da falta de escolhas e alternativas dessas pessoas em um período anterior à abolição, como afirma Carlos Eduardo Coutinho da Costa:

Durante muitos anos, a migração no pós abolição foi compreendida como um processo de perda por parte dos ex-cativos. Até pouco tempo atrás, ainda se explicava a formação das favelas, guetos e a periferia na cidade do Rio de Janeiro como consequência da migração em massa dos libertados pela Lei Áurea (Costa, 2020, p.137-138).

A Pequena África do Rio de Janeiro consolidou-se como um importante espaço no qual os migrantes afrodescendentes de várias regiões buscavam fazer a vida atrás de oportunidades de ganhos formais ou informais, mesmo encontrando na Capital Federal uma cidade hostil por sua exclusão social, repressão policial e discriminação racial, algo que não era muito diferente dos locais de onde partiam como Salvador e São Paulo. No centro do Rio, mais precisamente na Pequena África, muitos deles se apoiavam nas redes de solidariedade e conseguiam um suporte para enfrentar a dura batalha de sobrevivência, buscando melhores oportunidades de vida (Silva, 2016), o que nem sempre se concretizava devido às dificuldades enfrentadas pela população afrodescendente da região como a falta de moradia, de trabalho formal e a constante violência policial.

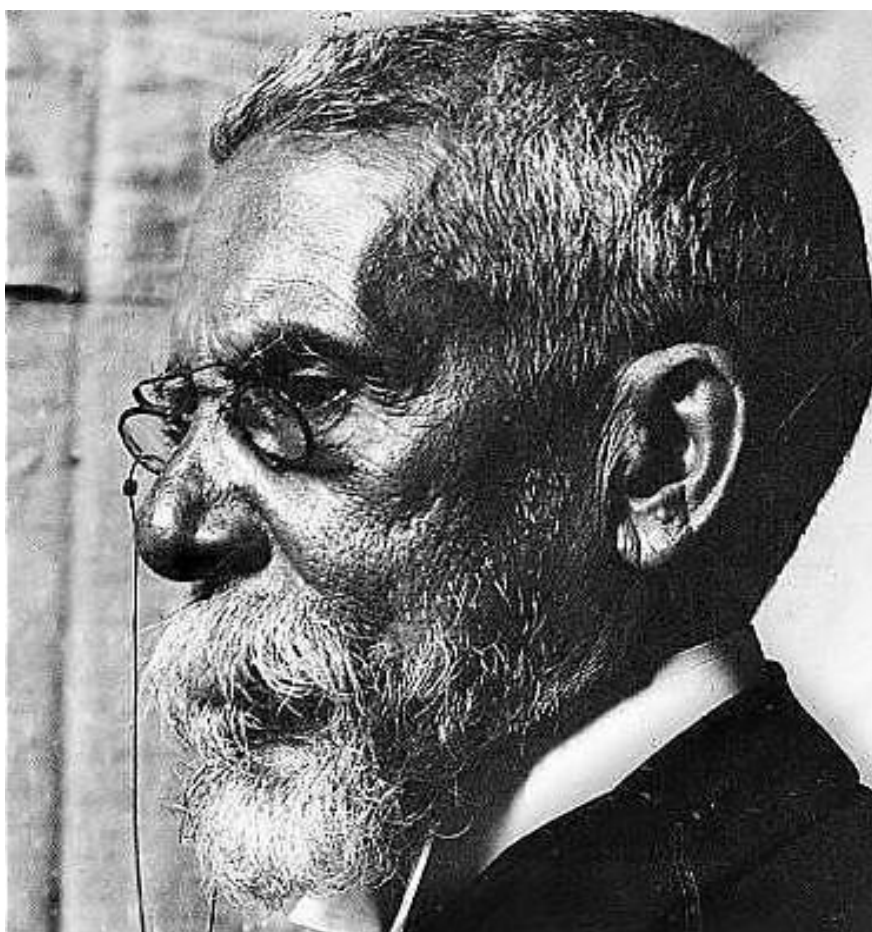
Essa região que se encontrava num período de disputa nos anos finais do século XIX e iniciais do século XX, entre o sonho das elites políticas e econômicas de criar uma cidade europeia nos trópicos e a cidade da população negra: com sua luta por sobrevivência, contra o racismo, e por ocupação – se inserindo na coletividade negra carioca a partir dos estivadores do porto e dos capoeiristas, sambistas, praticantes de candomblé, como Tia Bebiana, João Alabá, Aniceto do Império, João da Baiana e Horácio José da Silva. A região da Pequena África abrigou também outras importantes personalidades negras como Machado de Assis, Heitor dos Prazeres, Paulo da Portela, Tia Ciata, Donga e Pixinguinha que destaco nos parágrafos abaixo.

Um dos mais importantes personagens da literatura nacional, Joaquim Maria Machado de Assis, o Machado de Assis (1839 - 1908). Considerado um dos maiores escritores brasileiros, nascido no Rio de Janeiro, negro e de origem humilde passou parte da infância no Morro do Livramento, mais precisamente na Ladeira do Livramento 77 na região da Gamboa. Sua trajetória literária é marcada pela superação das barreiras sociais e pela crítica sutil à sociedade escravocrata, elitista e patriarcal do Brasil Imperial. Para Schwarz (2000), a obra de Machado revela as contradições de uma sociedade escravocrata que imitava as formas européias de civilização sem romper com seus fundamentos arcaicos. O maior escritor brasileiro, fundador

e primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL), era mestiço, bisneto de escravos, mas sofreu um processo de embranquecimento ao longo do tempo (ALMEIDA JR, 2019).

Esse grande escritor negro está retratado na figura abaixo:

Figura 1 - Machado de Assis



Fonte: Foto - Felipe Pereira Rissato, Revista argentina “Caras y Caretas” (25 janeiro de 1908).

Um dos mais importantes personagens da região da Pequena África é Heitor Augusto do Nascimento Prazeres, o Heitor dos Prazeres (1898 - 1966). Filho de Tia Celeste (Celestina Gonçalves Martins), uma das tias baianas ligadas à Pequena África, foi compositor, cantor e pintor, formando com Cartola e Paulo Benjamin de Oliveira o Trio de Bambas que ajudou a divulgar o samba por todo o Brasil através de *shows* e da Rádio Nacional; Heitor dos Prazeres é um dos fundadores da Escola de Samba Portela (Cabral, 1996) e um dos precursores do uso de bandeiras em substituição aos estandartes pelas Escolas de Samba, utilizando-a na Escola de Samba de Ismael Silva, a Deixa Falar no Estácio.

Figura 2 - Heitor dos Prazeres



Foto: Acervo Arquivo Nacional/Fundo Correio da Manhã (1970).

A próxima imagem destaca o sambista Paulo Benjamin de Oliveira, o Paulo da Portela (1901 - 1949), ex-morador da Praça Onze, ele foi um dos personagens que migraram para regiões distantes do Centro, se deslocando para Osvaldo Cruz. Paulo Benjamin de Oliveira seria um dos nomes a estruturar e divulgar as Escolas de Samba, bem como um importante cantor e compositor carioca. Um dos fundadores da Escola de Samba Vai Como Pode, depois rebatizada como Portela, do bairro de Oswaldo Cruz.

Fundador da escola de samba Portela, ele foi mais do que um sambista: foi um intelectual popular que buscou elevar o samba a um patamar de respeito e dignidade, combatendo o preconceito que marginalizava essa manifestação cultural negra. Atuou como articulador entre os sambistas e os setores da sociedade, promovendo a organização do samba como expressão legítima da identidade afro-brasileira.

Figura 3 - Paulo da Portela



Foto publicada no Jornal das Moças (22/11/1934) Reproduzida pelo Museu da Imagem e do Som (MIS).

Outra importante figura da Pequena África foi a famosa Hilária Batista de Almeida, a Tia Ciata (1854 - 1924). Nascida em 1854, na Bahia, chegou ainda jovem ao Rio de Janeiro em 1876 com 22 anos. Na casa de João Alabá de Omulu foi *Iyá Kekerê* (mãe pequena), mais tarde se mudou para a Praça Onze. Mulher de grande iniciativa e energia, Ciata fez sua vida de trabalho constante, tornando-se, junto das outras tias baianas, parte da tradição carioca das baianas quituteiras (Moura, 1983). Em sua casa aconteciam reuniões de música, dança, culinária e religião, em que se processavam as mais variadas atividades e saberes; isso fez de Tia Ciata uma importante liderança religiosa, símbolo da resistência cultural e da força das matriarcas; seu terreiro de candomblé era um espaço de acolhimento, cuidado espiritual e resistência contra o racismo religioso.

Figura 4 - Tia Ciata



Fonte: Márcia Falcão, “Olhar de Tia Ciata”, Enciclopédia Negra (2021).

A figura destacada a seguir é de um grande personagem do mundo do samba, Ernesto Joaquim Maria dos Santos, o Donga (1889 - 1974). Compositor e violinista que entraria para a história da música brasileira pelo nome de Donga, nascido em 1890 na Cidade Nova, filho da Tia Amélia Silvana dos Santos, ainda jovem passou a frequentar rodas de samba na casa da Tia Ciata na qual música e religiosidade negra se encontravam. Em 1917 registrou a música Pelo Telefone no Departamento de Direitos Autorais da Biblioteca Nacional em seu nome e entrou para a história como autor do primeiro samba gravado no Brasil. Sua autoria, no entanto, é motivo de controvérsia: com afirmações de que a composição foi fruto de uma criação coletiva em uma roda de samba na casa da Tia Ciata, e que Donga apenas formalizou o registro (Moura, 1983).

Figura 5 - Donga



Fonte: Jornal Diário de Notícias (1931).

A última das figuras dessa sequência de personagens importantes na história da Pequena África é Alfredo da Rocha Vianna Filho, o Pixinguinha (1897 - 1973), que foi um músico, compositor, arranjador e instrumentista brasileiro fundamental para a história da música popular brasileira. Nascido em 1898, nas proximidades do Catumbi, foi apelidado de Pizindim, por sua avó africana, que no seu dialeto significava “pequeno bom”. Fez parte, com Donga, do grupo *Os Oito Batutas* e também participava das rodas de samba na Pedra do Sal com Donga e João da Baiana. Pixinguinha foi fundamental na formatação do choro, gênero que ajudou a consolidar e a elevar a um patamar de reconhecimento nacional e internacional.

Pixinguinha morreu em 1973, com 75 anos, e foi homenageado pela Escola de Samba Portela em 1974 com um dos seus mais belos sambas no Enredo: O Mundo Melhor de Pixinguinha:

Figura 6 - Pixinguinha



Fonte: Fotografia Walter Firmo, 1968, publicada no Jornal O Globo (29/01/2018).

A partir de 1763, com a transformação do Rio de Janeiro em capital do Brasil e sede do Vice-Reinado sua população aumentou bastante, assim como a necessidade de mão de obra. Esse aumento populacional, segundo Karasch (2000, p.111), tem relação com a entrada de escravizados africanos que em 1834 representavam 57% da população urbana.

O comércio de escravizados, até meados do século XVIII, era feito nos armazéns de escravos da Rua Direita (atual 1º de Março) que corria paralela ao porto e próxima da alfândega na região central, próximo à Catedral e ao Paço Imperial. A transferência do comércio de escravizados para a periferia passava pela necessidade de retirar da região urbana e central as imagens desse vil negócio das ruas, que implicava o “contágio” da população por doenças trazidas pelos escravizados; essa transferência, no entanto, também tem relação com os conflitos entre os diversos agentes do comércio de africanos no Rio de Janeiro e com o controle sanitário que era debatido desde o século XVIII na cidade, quando a Câmara defendeu “visitas de saúde” em todos os navios com escravizados vindos da África que chegavam ao porto do Rio de Janeiro.

O local escolhido para abrigar o comércio de escravizados era de difícil acesso, com pouca estrutura urbana e não tão distante do núcleo principal da cidade: a região do Valongo e adjacências. Essa mudança fez com que o comércio de escravizados, chegados da África, ficasse isolado com a criação do Cais do Valongo e a transferência das casas de comércio de escravos para a região dos trapiches, e do cemitério de pretos novos que saiu das proximidades do porto no centro para o Largo de Santa Rita e posteriormente para a região do Valongo.

Figura 7 - Cais do Valongo



Fonte: Diário do Rio (2017) - Foto de (1843).

Um dos maiores e mais importantes trapiches construídos no século XIX foi o trapiche Cais do Valongo, representado na figura abaixo. Era outro ponto de embarque, desembarque e armazenamento de mercadorias na região portuária, fazendo parte da paisagem na qual operavam trapiches, armazéns e cais. Neste local, de trabalho intenso, operavam estivadores e carregadores movimentando as mercadorias. Os trapiches representam o ponto de chegada para o desembarque de escravizados africanos e se tornou um signo ou símbolo importante para este episódio da história dos negros no Rio de Janeiro (Guimarães, 2015).

Figura 8 - Trapiche Cais do Porto



Fonte: Registro 171/12 Acervo do Arquivo da Cidade, Foto: Trapiche, Cais do Porto. (obras-1905).

Não podemos esquecer que a determinação final para a transferência do comércio de escravizados da região central da cidade para o Valongo foi do Marquês do Lavradio, mas, essa determinação não foi fruto da vontade de um único homem e sim o resultado de inúmeros debates e iniciativas entre políticos e detentores do poder, excluindo as pessoas comuns, como afirma Cláudio Honorato:

É importante mostrar como esses acontecimentos se desenvolveram porque a memorialística e a historiografia nela baseada tendem a afirmar que o Marques do Lavradio foi o criador do Valongo, quando na verdade, ele foi responsável pela implementação de uma demanda antiga tanto da população quanto da Câmara dos Vereadores. Essa interpretação dos acontecimentos resulta de uma leitura isolada do relatório deixado por ele a seu sucessor Luís de Vasconcelos (Honorato, 2011, p.11).

No período anterior a implementação da Lei Áurea de 1888, que não pode mais ser vista como uma ação individual da Princesa Isabel e sim como uma conquista fruto das pressões dos escravos e do movimento abolicionista, a situação dos escravos e negros libertos no Rio de Janeiro era marcada por profundas desigualdades sociais e condições de vida precárias. O Rio de Janeiro, como capital do Império e posteriormente da República e centro econômico, político e cultural, era um dos maiores receptores de mão de obra escravizada e negra.

A luta por cidadania da população negra se insere neste contexto de aumento populacional e crescimento urbano, e pode ser assimilada quando analisada à luz das práticas sociais dos negros em seu dia a dia, e não só da realização de movimentos de reivindicação, pois, eles buscaram formas de sobreviver nas ruas num período ainda marcado pelos padrões socioculturais do mundo escravista do século XIX em que o racismo e a não inclusão do negro eram práticas comuns.

Com a abolição, o movimento de negros libertos em direção à capital em busca de oportunidades de ganho se intensificou, mesmo sem contar com qualquer apoio do Estado para sua inclusão na sociedade. Pelo contrário, as ações repressivas do Estado sobre os negros urbanos se fortaleceu: sem terra, moradia ou trabalho formal muitos migraram para os centros urbanos para lutar por sua sobrevivência.

Portanto, a chegada desses ex-escravizados ocorreu em um contexto de exclusão. A cidade passava por reformas urbanas que priorizavam a modernização e a europeização do espaço urbano, marginalizando ainda mais a população negra. Sem acesso a moradia adequada, muitos foram empurrados para as regiões periféricas ou ocuparam áreas próximas ao porto, onde poderiam arrumar ocupação, e formar comunidades que dariam origem ao que se convencionou chamar de Pequena África.

Essa região se consolidou com a chegada em massa de negros libertos e também de africanos recém-chegados ao Brasil, mesmo após o fim do tráfico negreiro. Nesse espaço, surgiram quilombos urbanos, cortiços como o *Cabeça de Porco*, terreiros e áreas de intensa vida comunitária, na qual as tradições africanas foram mantidas e transformadas.

O Cabeça de Porco, representado na página seguinte, veio a se tornar um dos mais famosos e populosos com uma população estimada em milhares de pessoas, tinha uma cabeça de porco trabalhada em ferro ornamentando a entrada do seu portão frontal. A demolição desse cortiço pelo prefeito Barata Ribeiro, no final do século XIX, levou muitos de seus moradores para os morros, como o da Providência.

Figura 9 - Cortiço Cabeça de Porco



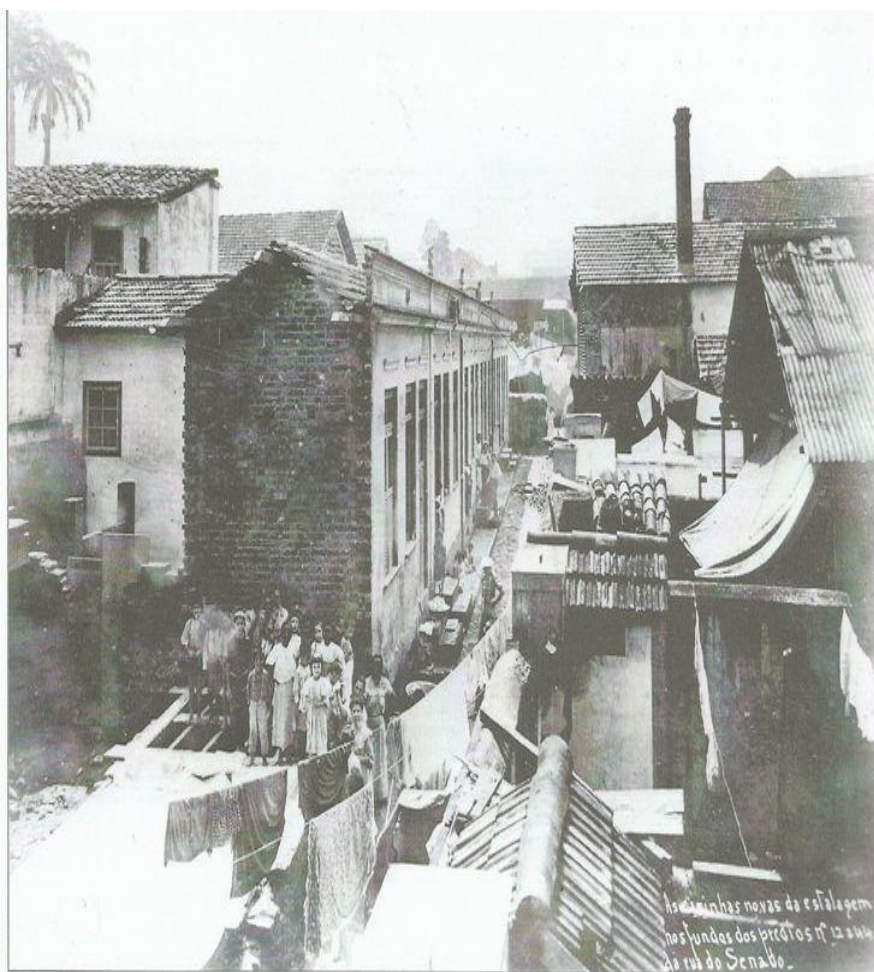
Fonte: Museu do Amanhã, Cortiço “Cabeça de Porco” por volta de 1880 - foto de Marc Ferrez.

A cidade do Rio de Janeiro foi um espaço de ajuntamento no qual os migrantes negros vindos de São Paulo, Bahia, Minas Gerais e outros locais somavam-se aos já residentes dessa região e tiveram que inventar suas próprias maneiras de sobrevivência (Silva, 2016), cientes de que ser pobre e negro num período de controle das ações e ocupações populares significava enfrentar e resistir às intervenções reformadoras na cidade do Rio de Janeiro.

A capital do Brasil nos últimos anos do século XIX e nas primeiras décadas do século XX era uma cidade com uma vida cultural de origem negra muito rica (Silva, 2016) com o jongo, o chorinho, a capoeira, os Ranchos, as batucadas e as atividades religiosas e festivas que aconteciam nos terreiros de candomblé e que se diferenciavam da cultura da “elite da *belle époque*” e a sua valorização da cultura européia. Historicamente o Rio de Janeiro é uma cidade marcada pela presença negra desde o século XVI, com o desembarque de escravizados africanos no Cais do Carmo, acentuada com a transferência do comércio de escravizados para o Valongo, em um período de aumento da demanda devido a expansão do café no Vale do Paraíba no século

XIX, e com os migrantes negros escolhendo o Rio de Janeiro na busca por melhores condições de vida. Muitos dos negros africanos desembarcados acabavam ficando na cidade desempenhando várias atribuições como hortelões, caçadores, carregadores, barqueiros, marinheiros, trabalhadores em pedreiras, ambulantes, artesãos, músicos, etc. (Karasch, 2000) e no meio rural da cidade nas lavouras e engenhos.

Figura 10 - Cortiços no Centro da cidade (moradias populares)



Fonte: Roberto Moura (2022).

Como maior cidade e capital econômica, política e cultural do país, o Distrito Federal não poderia deixar de sentir as mudanças resultantes das disputas políticas que vinham ocorrendo desde o período regencial que culminariam com a crise do Império e a abolição da escravidão.

Ao longo do século XIX aconteceram transformações demográficas na cidade, como o aumento populacional, pois

a abolição lançou o restante da mão-de-obra escrava no mercado de trabalho livre e engrossou o contingente de subempregados e desempregados. Além disso, provocou um êxodo para a cidade (...) e um aumento na imigração estrangeira especialmente de portugueses (Carvalho, 1997, p.16).

Esse crescimento da população pode ser visto na tabela abaixo baseada nas informações do livro *Os Bestializados*.

Tabela 1 – Crescimento anual da população do Rio de Janeiro de 1872 a 1906

Anos	Crescimento anual (%)
1872 – 1880	3,84
1880 – 1890	4,54
1890 – 1900	3,23
1900 – 1906	2,91

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (1908/1912), V.I, p. XVIII.

A região central da cidade do Rio de Janeiro era um aglomerado urbano onde a maioria das pessoas pobres vivia sem as mínimas condições de moradia, saneamento, higiene e segurança. A situação era tão ruim, a ponto de os representantes das embaixadas europeias receberem um adicional de insalubridade para trabalharem no Rio, pois, a cidade era foco de doenças e endemias, principalmente no verão, quando a elite e os poderosos subiam a serra, para Petrópolis, em busca de um clima mais ameno e um lugar mais seguro devido ao perigo de transmissão de doenças. A população ficava na cidade em suas casas, casebres e cortiços à mercê de doenças, em moradias sem o mínimo de condições de saneamento e higiene, convivendo nas ruas com pessoas potencialmente perigosas, principalmente à noite. Nas palavras do embaixador português na penúltima década do século XIX: “Está a cidade do Rio de Janeiro cheia de gatunos e malfeitores de todas as espécies” (Holloway, 1997, p.17).

No século XIX a cidade entrou numa fase de crescimento urbano que nunca mais parou, um tabuleiro de ruas transversais e perpendiculares passou a ocupar a várzea antes tomada pelo pântano que se estendia da região do Valongo, passava pelo Campo de Santana e chegava ao Estácio.

A região central da cidade com suas vielas e cortiços habitados por uma maioria negra se chocava com os planos oficiais de transformar o Rio de Janeiro na Paris dos trópicos e, por isso, ela foi diretamente atacada pelo *Bota Abaixo* do Prefeito Pereira Passos e por outras obras de apagamento. A mesma região teve uma grande parte demolida e dividida pelas obras de

construção da Avenida Presidente Vargas nos anos quarenta que pôs fim à famosa Praça Onze, local frequentado por sambistas e onde acontecia o desfile das Escolas de Samba. De acordo com Fernando Galha de Souza:

A implantação de um modelo de civilização moderna tropeçava na carência de correspondência com uma identidade existente, em que a nova visão de mundo tentava dar vida a um mundo desejável, porém, fora do alcance de boa parte da população brasileira (Souza, 2008, p.69).

Figura 11 - Praça 11 de Junho



Fonte: Acervo Biblioteca Nacional. Foto: Malta, Augusto (1923).

Ao longo do século XX as reformas urbanas no Rio de Janeiro estabeleceram um padrão de apagamento da cidade negra e de seus locais de memória tendo a modernização como a justificativa, mas, a memória negra resistiu através da cultura, das agremiações carnavalescas populares conhecidas como ranchos carnavalescos, do samba, dos capoeiras, das religiões de matriz africana e hoje continuam resistindo nas rodas de samba, no resgate dos locais de memória negra, na valorização de importantes personagens negros e em de toda a ancestralidade dos enredos das Escolas de Samba.

Com o passar do tempo, a Pequena África Carioca passou por transformações urbanas e parte de sua história foi apagada ou esquecida. No entanto o reconhecimento de sua importância tem crescido, especialmente com a valorização de locais como os redescobertos Cais do Valongo e o Cemitério dos Pretos Novos bem como o trabalho desenvolvido pelo Instituto dos Pretos Novos (IPN), pelo Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB), pela atuação de artistas, o trabalho de pesquisadores e e a luta do movimento negro.

Desde o século XVI, com a chegada dos primeiros africanos ao Brasil, o Rio de Janeiro começou a se configurar como uma cidade marcada pela presença e influência negra. Esses africanos, trazidos como mão de obra escravizada, tiveram um papel fundamental na construção física da cidade, ao mesmo tempo em que suas tradições e práticas culturais se integraram ao cotidiano urbano. Dessa forma, o Rio de Janeiro foi se transformando em uma “cidade negra”, na qual a cultura e a resistência africana contribuíram de maneira significativa para a formação da identidade local (Guimarães, 2015).

Referindo-se a outra cidade negra, Salvador, mas que também se aplica ao Rio de Janeiro, Mattos (2008) afirma que: como a população negra era numericamente predominante, foi ela quem mais sofreu com o impacto da substituição de sua mão de obra pela mão de obra dos europeus, um processo caracterizado pelo controle, exclusão social e forte repressão social. No entanto, mais do que a questão numérica, o que provavelmente preocupava as elites dominantes, nos períodos que antecederam o fim da escravidão e no pós abolição, era a possibilidade de essa maioria se tornar uma força hegemônica culturalmente. Isso poderia resultar na imposição de suas próprias formas de trabalho, moradia, lazer e, de maneira geral, na definição de novos modos de viver na cidade.

No século XXI, o Rio de Janeiro ainda refletia sua identidade como uma cidade profundamente marcada pela influência da população negra, resultado das relações político-econômicas e históricas construídas ao longo de sua formação. Os africanos escravizados e seus descendentes desempenharam um papel central nesse processo, não apenas como força de trabalho, mas como agentes históricos que moldaram a dinâmica social e espacial da cidade. Suas práticas cotidianas ajudaram a construir a atual identidade urbana do Rio e de sua periferia com suas habitações populares, suas comunidades, sua religiosidade e sua cultura que refletem o seu dia a dia através do samba, no *funk*, do pagode e outras práticas culturais, como fizeram os seus antepassados na Pequena África com o jongo, o samba, as casas de zungu e as rodas de capoeira.

As cidades negras, como o Rio de Janeiro e Salvador, não eram formadas apenas pelas construções planejadas e outras obras urbanísticas, construídas com a mão de obra negra. Elas também abrigavam espaços informais criados pelas populações negras, escravizadas ou libertas, que construíam suas moradias populares de forma adaptada às suas necessidades e realidades, o que aproxima esta prática do passado ao momento atual, no qual a população negra das favelas, por absoluta falta de investimento público, continua construindo coletivamente suas próprias casas ao som de muito samba e comendo uma boa feijoada.

Esses espaços emergiram ao lado das grandes construções demonstrando tanto as desigualdades sociais quanto a capacidade de a população resistir e se inserir na dinâmica urbana, evidenciando a criatividade e o protagonismo das comunidades que ali viviam.

Nas cidades marcadamente africanas, e cada vez mais negras e mestiças, surgia a necessidade de construir habitações para acomodar a grande quantidade de escravizados, especialmente aqueles que trabalhavam como escravos de ganho e não viviam com seus senhores, além dos homens e mulheres libertos e outros integrantes da população urbana (Farias, 2006, p.83).

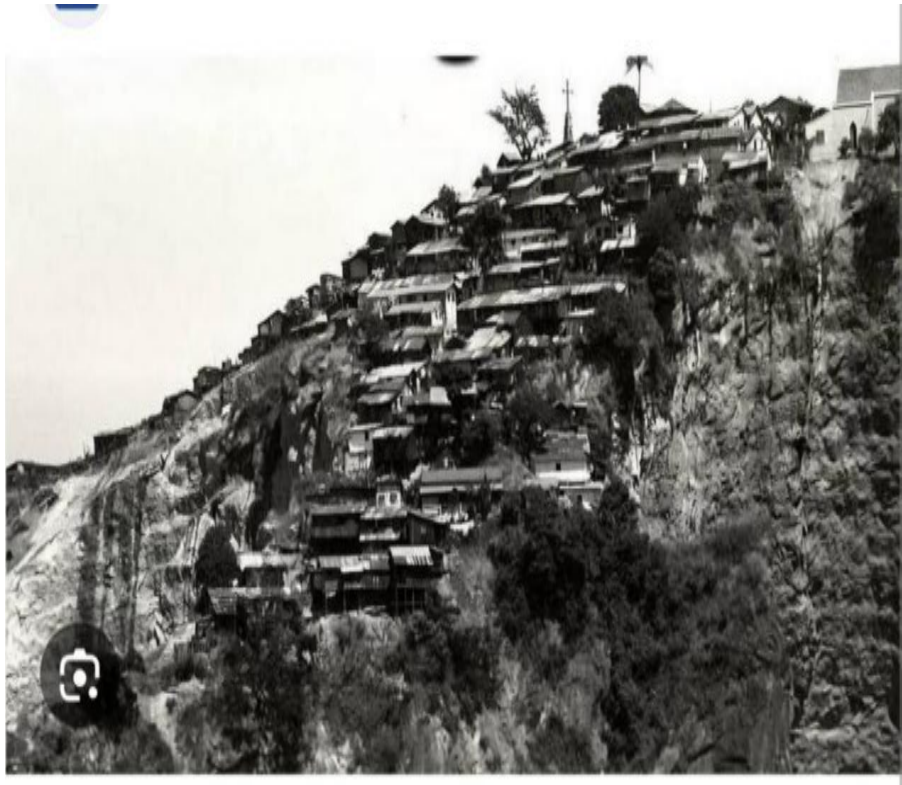
Um dos grandes problemas enfrentados pelo então Distrito Federal no século XIX e nas primeiras décadas do século XX era a falta de moradias populares, e ele se agravou com a chegada dos imigrantes estrangeiros. As moradias negras e seus cortiços redefiniram a cidade e produziram novos territórios.

O Morro da Providência foi neste período um importante espaço de ocupação da população negra e de ex-combatentes da Guerra de Canudos. A falta de moradias populares empurrou muitos negros para as margens da cidade, que encontrou neste e em outros morros lugares possíveis para viver. Este território se consolidou como uma das primeiras favelas do Brasil, marcando a resistência negra frente à exclusão social e racial imposta pelo Estado e que ainda se reproduz nos morros e favelas cariocas.

O Morro da Providência, que era chamado de Morro da Favela, cujo nome se tornou uma referência para a identificação de outras comunidades pobres, carrega uma memória viva das lutas sociais e das transformações urbanas da cidade do Rio de Janeiro. Ele é símbolo da resistência da população pobre às pressões de remoção e segregação urbana, além de ser um marco do patrimônio afro-brasileiro, dada a forte presença de descendentes de escravizados.

A foto na página seguinte traz a imagem do Morro da Providência nos anos 60.

Figura 12 -Morro da Providência



Fonte: Agência O Globo (21/05/1966).

Uma das maiores marcas dessa cidade negra no século XIX foram as casas de zungu, que formaram uma das faces mais misteriosas da vida dos escravos urbanos.

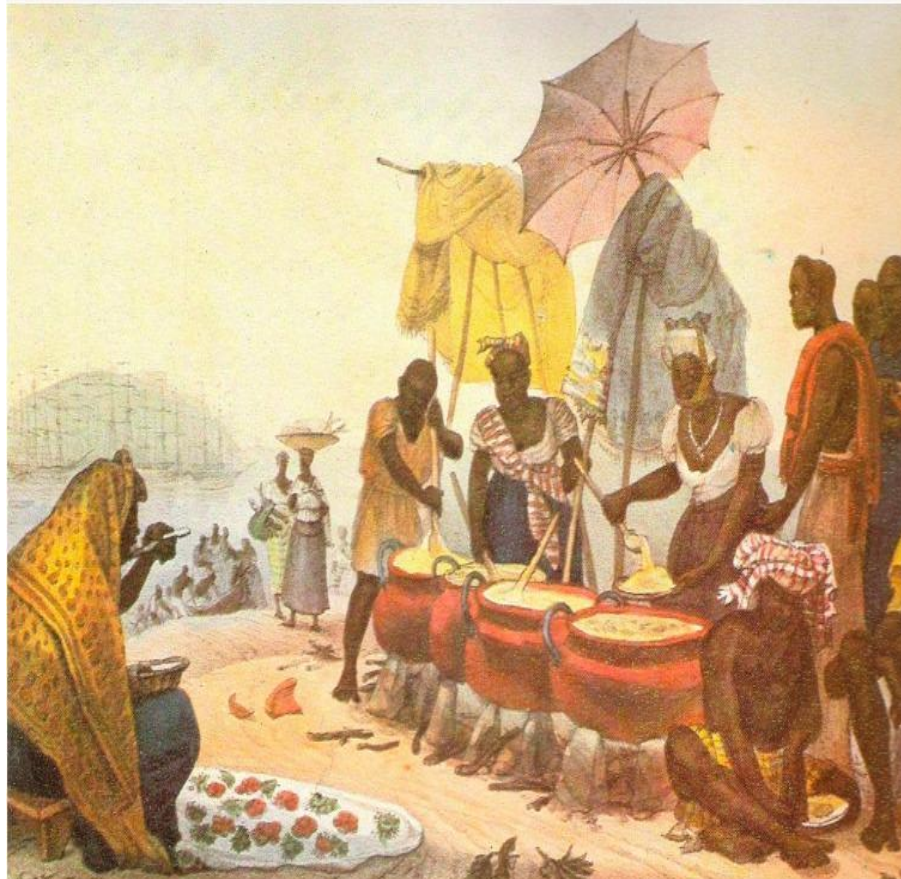
As casas de zungu eram locais de abrigo, alimentação, religiosidade, prática de capoeira, ajuda mútua e esconderijo para escravizados urbanos no Rio de Janeiro. Eles ficavam escondidos entre os edifícios, com fachadas estreitas, corredores largos e pátios abertos. Essas casas, apesar de serem um problema de segurança pública, eram um alvo secundário que não despertavam grandes preocupações, como os quilombos.

O Largo da Prainha, na Pequena África, era repleto de zungus onde as quitandeiras que comandavam essas casas serviam angú, em solidariedade, para escravizados urbanos e negros libertos, vindo daí a denominação casas de angú, como também eram chamadas as casas de zungu. Esses espaços eram verdadeiros quilombos urbanos nos quais os negros faziam seus batuques religiosos, suas danças, reverenciavam seus orixás, inquises e voduns.

“As casas de zungu, que foram colocadas na clandestinidade em 1833, formavam uma rede de apoio aos escravizados fugidos e aos africanos recém-chegados e libertos de várias regiões do Brasil, se constituindo nos centros da cidade negra, a cidade escondida” (FARIAS, *et al*, 2006). A perseguição às casas de zungu foi um processo sistemático de repressão policial

e estatal contra esses espaços de sociabilidade, cultura, organização comunitária e religiosidade da população negra.

Figura 13 - Negras vendedoras de angu



Fonte: Jean-Baptiste Debret. *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil* (1834).

As quitandeiras eram comuns na cidade nos séculos XVIII, XIX e XX não só como vendedoras de angú, mas também de pão de ló, frutas e as mais variadas comidas e hoje ainda podem ser encontradas nas ruas do Rio de Janeiro como vendedoras ambulantes ou camelôs.

Apesar da opressão e do racismo estrutural, o povo negro resistiu e manteve vivas suas manifestações culturais e religiosas. Hoje, o Rio de Janeiro continua sendo uma cidade de maioria negra, como mostram os dados do Censo de 2020 (realizado em 2022), no qual a maioria da população se declarou preta ou parda.

No entanto, essa presença negra não significou um reconhecimento igualitário, a branquitude dominante continuou se impondo por meio da violência, perseguição, racismo e apagamento histórico. Mesmo assim, a resistência negra nunca cessou, a história dessa

população no Rio de Janeiro não é apenas uma narrativa de opressão, mas também de luta, resiliência e protagonismo na construção cultural, social e política da cidade.

Gráfico 1 - de Variação Populacional no Rio de Janeiro

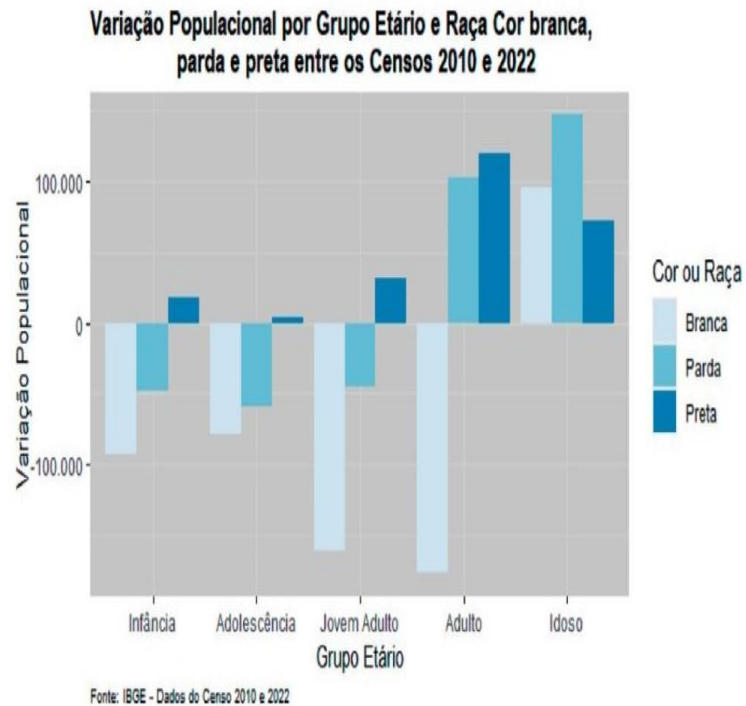


FIGURA - Variação Populacional por Grupo Etário e Cor ou Raça Branca, Parda e Preta entre os Censos 2010 e 2022

Fonte: IBGE. Censo (2010 e 2022).

1.2 Resistências e Contribuições Negras

O território da Pequena África foi e continua sendo um símbolo da resistência negra e da construção da identidade cultural brasileira. Movimentos sociais e pesquisadores têm se empenhado na valorização desse espaço, garantindo que a memória da imigração negra e da luta por direitos seja preservada e celebrada.

Um dos marcos culturais desse território foi a Casa da Tia Ciata, uma importante líder comunitária e mãe de santo que promovia encontros de samba em sua residência. Dessa tradição surgiram os primeiros grupos e rodas que ajudaram a consolidar o samba carioca, ritmo que mais tarde se tornaria símbolo nacional.

Além do samba, a Pequena África também foi reduto de outras manifestações culturais, como os ranchos, e religiosas, como a umbanda e o candomblé, que resistiram à repressão policial e ao preconceito social.

Figura 14 - Casa da Tia Ciata



Fonte: Santos, Élide Ferreira dos, 2003. Foto: Malta, Augusto.

A resistência negra esteve presente na Pequena África nas casas de zungu, nos cortiços como o famoso Cabeça de Porco, na atuação dos capoeiras, na ancestralidade dos terreiros e de suas tias baianas, nos ranchos, nas rodas de samba, nos movimentos de luta contra a opressão e maus tratos, como as Revoltas da Vacina e da Chibata, mas essa história foi precedida por outras formas de resistência que aconteceram ainda na África e durante a história da escravidão negra no Brasil.

A luta dos escravizados ao sistema escravista não começou com a diáspora africana, ela teve início ainda na própria África, antes mesmo do embarque nos navios negreiros. Os povos africanos, ao longo dos séculos, desenvolveram formas de organização política, militar e cultural que permitiram reagir à captura e ao tráfico de pessoas promovidos por europeus e mercadores locais aliados ao comércio transatlântico.

Muitas comunidades resistiram ativamente às incursões escravistas, seja por meio de batalhas diretas com traficantes, por estratégias de fuga ou pela mudança para locais de difícil

acesso. Reinos mais poderosos travavam embates contra os europeus e contra africanos que colaboravam com o aprisionamento e tráfico de negros. Além disso, diversas sociedades criaram sistemas de proteção, como redes de alerta e refúgios temporários em montanhas e florestas, para evitar a captura de seus membros.

Figura 15 - Captura de escravizados na África



Fonte: Heróis do Continente Negro, de J. W. Buel 1890.

Outra forma de resistência era a recusa ao embarque forçado, com as pessoas capturadas reagindo de diversas maneiras: tentando escapar, organizando revoltas nos portos de embarque e até preferindo a morte.

Durante a travessia atlântica, também ocorreram outros atos de resistência com os cativos se organizando para tomar o controle das embarcações, atacar as tripulações e até retornar à África. Esses levantes eram vistos pelos comerciantes como uma ameaça constante, levando-os a reforçar mecanismos de contenção, como algemas e celas. A figura a seguir representa a Porta do Não Retorno, o último local em que os cativos viam a sua terra natal antes de serem forçados a atravessar o Oceano Atlântico (Rediker, 2007).

Figura 16 - Porta do Não Retorno



Fonte: Do Washington Post 04/02/2018/Atualizado em 05/11/2018 O Globo.
Foto: Kevin Sieff.

Assim, a resistência negra ao tráfico e à escravidão foi uma luta constante, que começou muito antes da travessia do Atlântico e se manteve viva em cada etapa deste processo, servindo de base para as lutas por liberdade e dignidade que continuaram ao longo dos mais de três séculos de escravidão no Brasil e após a Abolição, como cantou a Unidos de Padre Miguel no seu desfile em 2025: “Vovó dizia sangue de preto é mais forte que a travessia”.

Ao longo da história da escravidão no Brasil, diferentes imagens do escravizado foram construídas para representar sua relação com os senhores. Inicialmente, prevalecia a figura do “pai João”, um escravo visto como submisso, leal e resignado à sua condição. Ele simbolizava o ideal do senhor paternalista, que via a escravidão como uma relação de dependência mútua e harmonia forçada. No entanto, essa configuração foi se transformando conforme a exploração se tornava mais cruel e os senhores abandonaram qualquer pretensão de proteção.

Diante desse cenário de opressão extrema, surgiu um novo tipo de escravizado: aquele que rejeitava completamente a dominação e fazia da resistência sua principal forma de existir. Essa resistência se manifestava de diferentes maneiras, mas as revoltas, como as de Manuel Congo e dos Malês, e a formação de quilombos, destacando-se o de Palmares e seu líder Zumbi, tornaram-se os símbolos máximos da luta contra a escravidão. Nesses espaços, negros e negras viviam em liberdade, reproduzindo o modelo de organização social africano, buscando ocupar áreas em matas fechadas para dificultar o reconhecimento e o acesso de portugueses e bandeirantes (Munanga, 1996).

Figura 17 - Memorial Manuel Congo



Fonte: Prefeitura Municipal de Vassouras – Secretaria de Turismo.

Nesse contexto, o escravo insurgente, que enfrentava o sistema e, muitas vezes, se sacrificava por sua causa, emergiu como o verdadeiro herói da resistência negra. Seu papel na luta contra a escravidão se contrapõe à imagem passiva do “pai João”, reafirmando que a história dos negros escravizados não se resume à submissão, mas também à luta e à construção de alternativas à opressão. Assim, a resistência ativa e intransigente passou a ser reconhecida como a essência da identidade negra no contexto da escravidão.

Figura 18 - Praça da Piedade - Salvador - Palco da Revolta dos Malês

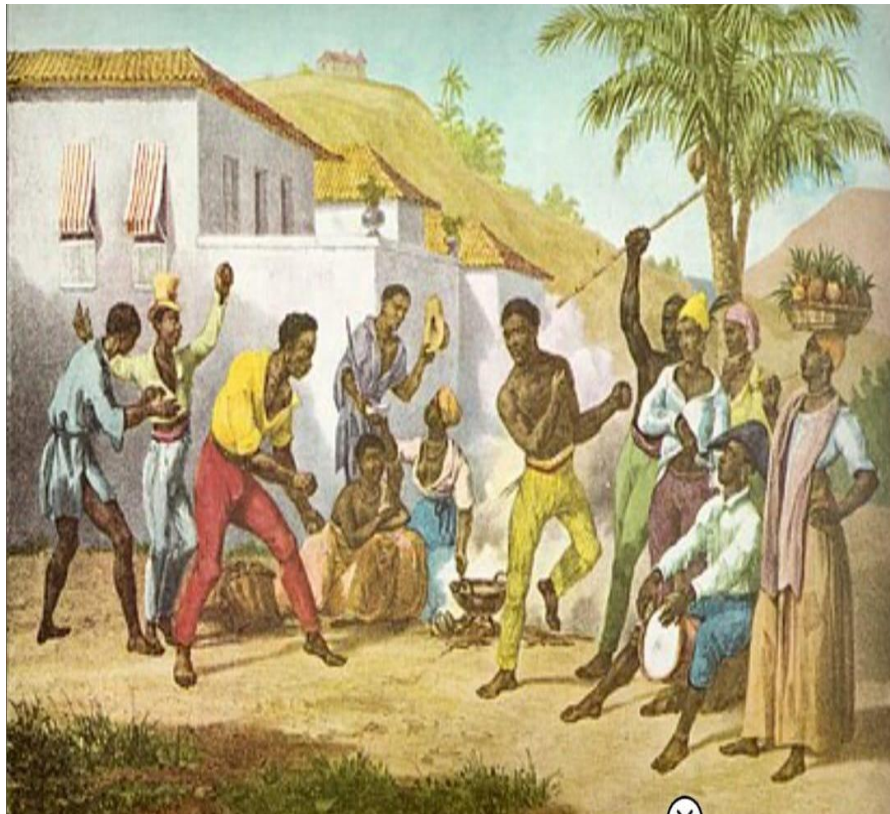


Fonte: Johan Moritz Rugendas (1802-1858).

Uma das principais formas de resistência dentro da lógica de combate aos maus tratos e à exploração imposta aos escravizados, que se destacou durante os períodos colonial e imperial estendendo-se até o período republicano, foi a capoeira – expressão que evidenciava a força e a destreza dos escravizados e dos negros e que ainda se faz presente nos dias de hoje.

A capoeira foi uma das principais formas de resistência e reinvenção da população negra na cidade, especialmente no Rio de Janeiro entre o século XIX e o início do século XX. Neste período, a prática ia além de uma luta corporal e incluía o uso de armas como facas e adagas, tornando-se um recurso de defesa e enfrentamento nas ruas. Sua forte presença nos centros urbanos desafiava as autoridades e a ordem vigente, o que levou a sua criminalização num momento de consolidação da República, já que os capoeiras se envolveram em vários levantes pelo país contra a implantação da República.

Figura 19 - Capoeira



Fonte: Ilustração: Johann Moritz Rugendas (1835) - “Jogando capoeira ou dança de Guerra”.

A história da capoeira urbana no Rio de Janeiro remonta aos período joanino e imperial, no qual a cidade que já possuía um grande contingente de africanos e de afrodescendentes tinha nesses grupos de capoeiras uma forte resistência à repressão, devido a sua coragem e violência em enfrentar as forças policiais, eles acabaram, por isso, sendo recrutados como capangas, como força de choque em disputas eleitorais, servindo ao Exército na Guerra do Paraguai e até mesmo sendo recrutados pelas forças policiais.

Por ser amplamente praticada pela população negra recém liberta, a capoeira foi atacada pelo racismo estrutural do Estado, que estava preocupado em controlar a sua atuação na cidade e, por isso, criou leis que proibiam sua prática, como o Código Penal de 1890 que classificava a capoeira como delito e foi o primeiro código penal dos Estados Unidos do Brasil, promulgado pelo Decreto nº847, de 11 de outubro de 1890. Apesar da repressão, a capoeira sobreviveu e se transformou ao longo do tempo, deixando de ser vista apenas como um ato de desordem para se consolidar como um símbolo cultural e de identidade.

A cada amanhecer na região central da cidade do Rio de Janeiro um grande contingente de negros se encaminhava para os chafarizes, também chamados de bicas, uma cena

característica de várias cidades negras, onde o encanamento doméstico de água era inexistente. Eles iam buscar água para as casas de seus senhores e para suas próprias moradias, e nesses locais os conflitos resultantes das disputas na fila de abastecimento eram inevitáveis. Na gravura a seguir temos a confusão no chafariz da Igreja de Santa Rita que é motivada pela disputa da água do chafariz e pelo fato de estar longe da passagem de brancos e nobres. Assim, serviam de descanso para negros a serviço de seus senhores.

Figura 20 - Chafariz da Igreja de Santa Rita



Fonte: Museu Staatliche, Berlim, Alemanha. Platz in Rio de Janeiro (1844), gravura: Eudar Hildebrandt.

Os negros se conscientizaram que agindo em conjunto teriam mais condições de aproveitar melhor a água das bicas, nasceram assim as maltas de capoeiras para disputar os espaços urbanos: com os afro-brasileiros lutando entre si e resultando na partilha da cidade entre esses grupos. Esses grupos organizados de capoeiras eram formados por negros libertos e mestiços que atuavam como trabalhadores informais, carregadores e marinheiros. Cada freguesia, onde existisse um chafariz na sua geografia urbana negra, era ferozmente defendida

por esses grupos, com cada ponto do centro tendo sua malta: Largo da Carioca, Largo do Capim, Largo do Paço e Largo de Santa Rita na subida do Morro da Conceição.

Ao anoitecer, quando a escuridão cobria a cidade mal iluminada, devido à precarização dos serviços de iluminação, era nas sombras que os capoeiras resolviam suas diferenças, pois era quando mais facilmente escapavam da repressão policial.

As duas principais maltas da cidade eram os nagoas e os guaiamuns, que frequentemente entravam em confronto entre si e com a polícia.

No início do século XX, a cidade do Rio de Janeiro passava por grandes mudanças, a capital do país tinha se tornado um centro urbano vibrante, com uma população diversificada e uma cultura em transformação, neste contexto, a capoeira floresceu no centro da cidade e na Pequena África. As transformações urbanísticas e sanitárias ocorridas no início do século impactaram diretamente a população mais pobre e contaram com a atuação direta dos grupos marginalizados, incluindo os capoeiras que demonstraram descontentamento e resistência às remoções promovidas pelas demolições da reforma Pereira Passos e pela campanha de vacinação obrigatória com uma grande revolta urbana conhecida como a Revolta da Vacina.

Os capoeiras foram duramente afetados pelas mudanças urbanas implementadas por Pereira Passos, pois, muitos deles viviam nos cortiços e nas ruas do Centro e da zona portuária atuando, como já dito, como trabalhadores informais, malandros ou até mesmo como milícias de políticos locais. Com a destruição dos cortiços, essas populações foram expulsas para a periferia ou obrigadas a viver em condições ainda mais precárias (Holloway, 1993). A resistência veio na forma de tumultos, confrontos com a polícia e ações de sabotagem contra as autoridades responsáveis pelas demolições.

A campanha de vacinação obrigatória contra a varíola foi outro evento que mobilizou os capoeiras devido à grande revolta popular e à maneira autoritária que foi implantada. A população mais pobre, já insatisfeita com as remoções, viu na vacinação compulsória mais uma agressão do governo, a insatisfação gerada desencadeou a Revolta da Vacina.

A figura da charge a seguir, veiculada na Revista O Malho, representa esse momento de rebeldia popular que assustou a elite dominante.

Figura 21 - Charge -Revolta da Vacina



Fonte: Charge Capa da Revista “O Malho” (1904).

Nessa revolta popular, que durou aproximadamente uma semana, houve barricadas, depredação de bondes e prédios públicos, além de intensos confrontos com a polícia e o Exército. Os capoeiras foram importantes nessa resistência. Segundo Carvalho (1987), muitos deles participaram ativamente dos motins, aproveitando sua experiência em lutas corporais e sua organização nas ruas, com destaque para a batalha ocorrida onde atualmente se localiza a Praça da Harmonia, na esquina da Rua Pedro Ernesto com a Sacadura Cabral - apelidada com o nome de um confronto da Guerra Russo-Japonesa, Batalha de Porto Arthur na Pequena África - onde o capoeirista chamado Horácio José da Silva, conhecido como Prata Preta, se destacou na liderança dos amotinados. Nessa batalha, centenas de populares enfrentaram as tropas do Governo Federal e da Polícia, o confronto se deu como resposta violenta à campanha de vacinação, mas também como reação às reformas urbanas autoritárias, às remoções forçadas e à repressão às populações pobres da cidade. A foto na página seguinte, publicada em um jornal, destaca essa barricada.

Figura 22 - Barricada de Porto Arthur - Praça da Harmonia



Fonte: Jornal do Commercio. Foto: Domínio Público (autor desconhecido).

O Jornal do Commercio, descreve a revolta com minúcias:

Essa trincheira, de mais de um metro de altura, era constituída de sacos de areia, trilhos arrancados à linha, postes telefônicos, fios de arame, paralelepípedos, troncos de árvore, madeiras de casas velhas, bondes e carroças. Ali, armados de carabinas com grande profusão de munições, revólveres e dinamite, permaneciam esses homens numa constante ameaça à ordem pública. Nos muros do Livramento e do Mortona, fortificam-se igualmente com os mesmos elementos de resistência. (...). O bairro estava inteiramente entregue a essa gente, pois, assaltada e invadida a 3ª Delegacia Urbana, as autoridades e o destacamento tiveram de abandoná-la (...). Do largo da Harmonia em diante até a venda denominada Varanda, na esquina da rua da Gamboa, seguiam-se as outras trincheiras, em iras, em grande número, até Porto Artur, onde estava reunido o estado-maior dos amotinados. Ali, de momento a momento, soavam toques de corneta, dando ordens e recomendando sentido (...). Nos morros próximos, haviam estabelecido verdadeiras baterias de canos, cheios de dinamite, bombas, pedras e munições (Jornal do Commercio, *apud* Lamarão, 1952, p. 118)

A repressão foi violenta, resultando em dezenas de mortos, centenas de presos e a deportação de vários manifestantes para o Acre, incluindo o temido Prata Preta. A participação dos capoeiras nesses episódios demonstra sua importância como agentes históricos da

resistência popular. Embora tenham sido duramente reprimidos, essas lutas ajudaram a moldar a identidade cultural e a política das classes populares no Brasil, justificando a necessidade de tirar do esquecimento esses personagens e fatos históricos.

Outra história que merece mais destaque nas histórias contadas sobre os negros na zona portuária do Rio de Janeiro são os acontecimentos ligados à revolta dos marinheiros na baía de Guanabara contra os maus tratos. A Revolta da Chibata, ocorrida no fim de 1910, foi um levante dos marinheiros da Marinha do Brasil contra os castigos físicos e as péssimas condições de trabalho a que eram submetidos. A imagem abaixo destaca a figura desse herói popular negro, segundo Abdias Nascimento (2021).

Figura 23 - João Cândido - Líder da Revolta da Chibata



Fonte: Marinheiro João Cândido lendo o decreto de anistia ao lado do marinheiro Antonio Ferreira de Andrade - Revista A Ilustração Brasileira, ed. n° 37, p.176, (1910).

O movimento teve como principal líder João Cândido Felisberto, um experiente marinheiro que se tornou símbolo da resistência contra os abusos cometidos pelos oficiais, que foi eternizado pela música de Aldir Blanc e João Bosco, O Mestre Sala dos Mares:

Há muito tempo nas águas da Guanabara
 O dragão do mar reapareceu
 Na figura de um bravo marinheiro
 A quem a história não esqueceu
 Conhecido como o almirante negro
 Tinha a dignidade de um rei
 E a braveza de um leão
 O mestre-sala dos mares
 O mestre-sala dos mares
 Em suas mãos a liberdade
 Em suas mãos a liberdade
 Salve o navegante negro
 Que tem por monumento
 As pedras pisadas do cais
 Salve o navegante negro
 Que tem por monumento
 As pedras pisadas do cais
 Há muito tempo nas águas da Guanabara
 O dragão do mar reapareceu
 Na figura de um bravo marinheiro
 A quem a história não esqueceu
 Conhecido como o almirante negro
 Tinha a dignidade de um rei
 E a braveza de um leão
 O mestre-sala dos mares
 O mestre-sala dos mares
 Em suas mãos a liberdade
 Em suas mãos a liberdade
 (Bosco, Blanc, 1974).

A tripulação dos navios de guerra composta majoritariamente por negros e mestiços, muitos deles descendentes de escravos, que ainda, mesmo após a abolição, eram tratados com práticas opressivas de punição, como a chibata. A revolta foi desencadeada quando o marinheiro Marcelino Rodrigues Menezes foi brutalmente açoitado com 250 chibatadas por infração disciplinar (Carvalho, 1987).

Os revoltosos tomaram o controle de importantes navios, incluindo o encouraçado Minas Gerais, ameaçando bombardear a cidade caso suas demandas não fossem atendidas. Enquanto isso, em terra, o movimento recebeu o apoio de setores populares, incluindo trabalhadores urbanos, estivadores e capoeiras.

Após quatro dias de tensão, o Governo Federal prometeu atender às exigências dos revoltosos e concedeu uma anistia. No entanto, a repressão veio pouco depois com vários dos rebelados presos, expulsos e enviados para trabalhos forçados na Amazônia, João Cândido foi detido e levado para a Ilha das Cobras, onde sofreu torturas e viu muitos de seus companheiros morrerem, embora tenha sido expulso e libertado anos depois.

As Revoltas da Vacina e da Chibata expuseram o racismo estrutural e as contradições da República brasileira, mas, demonstrou a resistência da comunidade negra no Rio de Janeiro.

Surgiram ao longo dos anos outras formas de resistência e de reinvenção às dificuldades impostas pela escravização do negro, como as irmandades negras que buscavam uma aproximação entre o escravizado e o seu senhor.

Nas cidades os escravos e os negros forros se reuniam em associações religiosas (confrarias) que serviam para unir negros que, para as elites, não deveriam se aproximar, pois, poderiam representar perigo para as autoridades, por isso, muitas eram combatidas e proibidas. As reuniões em confrarias religiosas representaram uma forma de protesto e resistência já que a escravidão destruiu suas organizações sociais, mas, os negros salvaram uma das principais: a religiosa. Essas confrarias, quando deixavam de ser associações informais e se constituíam como pessoas jurídicas, reguladas por estatutos, eram chamadas de Irmandades.

Os senhores e a elite administrativa tentaram controlar a vida religiosa dos negros, consentindo alguns cultos desde que não entrassem em conflito com o cristianismo, surgindo assim as confrarias ou irmandades, que tinham além da função religiosa, a de polo de resistência à escravidão, à exclusão social e à repressão estatal, diferenciando-se dos terreiros que eram dedicados às práticas religiosas afro-brasileiras.

As irmandades negras, nome pelo qual ficaram mais conhecidas, desempenharam um papel crucial no Rio de Janeiro, funcionando como espaços de acolhimento, resistência e preservação cultural. Com origens no período colonial, essas irmandades continuaram ativas no início do século XX, auxiliando ex-escravizados e seus descendentes na luta por melhores condições de vida (Alvarenga, Sauimbo, 2024).

Entre as mais importantes estava a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos. Criada no século XVII, essa irmandade foi essencial para a organização da comunidade negra, oferecendo suporte material e espiritual, além de preservar tradições culturais afro-brasileiras.

Outra irmandade de grande relevância foi a Irmandade de São Francisco de Paula que, ao longo dos anos, manteve sua atuação entre os negros libertos, auxiliando-os com assistência social e promovendo encontros religiosos. Já a Irmandade de Santa Ephigênia, dedicada a uma santa de origem africana, também se destacou servindo como ponto de apoio para a comunidade e reforçando a identidade negra por meio da fé e da tradição.

Uma Irmandade de grande destaque que atuava no Centro do Rio de Janeiro na Rua da Vala (atual Avenida Passos) foi a Irmandade de São Gonçalo Garcia, que reunia pessoas negras para ações de solidariedade, auxílio mútuo, rezas e festas religiosas; ela também organizava festejos religiosos, procissões e eventos culturais. Essas irmandades não apenas prestavam

suporte material e religioso, mas também ajudavam na manutenção das raízes culturais africanas, organizando festividades e incentivando a solidariedade entre seus membros. Além disso, funcionavam como espaços de articulação política e resistência diante das desigualdades enfrentadas pela população negra durante a escravidão e no pós-abolição.

As Irmandades Religiosas Negras ou Confrarias foram fundamentais para a construção de redes de apoio e identidade cultural no Rio de Janeiro, garantindo que a herança africana permanecesse viva, enfrentando as tentativas de apagamento e as adversidades impostas pela sociedade da época, somando-se a outras formas de resistência da comunidade negra.

Os terreiros de candomblé e umbanda também se inserem nesse processo de resistência por desempenharem um papel central na organização social, espiritual e política da população negra, pois funcionavam como espaços de acolhimento, transmissão de saberes ancestrais e luta contra o racismo estrutural da sociedade brasileira.

No período pós abolição, a população negra enfrentou dificuldades com a marginalização, a falta de acesso à moradia e ao trabalho formal, além da perseguição estatal com leis como a da vadiagem.

Sem políticas públicas de inserção social, muitos ex-escravizados buscaram refúgio em comunidades formadas por seus pares como cantou a comunidade mangueirense no desfile do centenário da abolição em 1988: “Pergunte ao criador, pergunte ao criador quem pintou essa aquarela livres do açoite das senzalas, presos na miséria da favela”.

Os terreiros desempenharam um papel essencial nesse período, já que eles eram muito mais que somente locais de cunho religioso, mas, também espaços de acolhimento e proteção. Segundo Luiz Antônio Simas, os terreiros funcionavam como redes de solidariedade que garantiam suporte material e emocional a seus membros (Simas, 2015). Eles preservavam tradições trazidas por africanos de diversas etnias com os iorubás, jejes e bantos.

Essas práticas incluíam rituais religiosos, formas de organização comunitária e expressões culturais como a música e a dança, fundamentais para a resistência identitária da população negra do Rio de Janeiro e do país como um todo.

Apesar da sua importância social e cultural, os terreiros eram alvos constantes de perseguição, pois, o código de 1890 criminalizava práticas religiosas de origem africana classificando-as como “práticas de curandeirismo” e permitindo a repressão policial. Essa perseguição intensificou-se ao longo dos anos seguintes, mas, os terreiros desenvolveram estratégias para garantir sua sobrevivência. Segundo Sidney Chalhoub, muitos líderes religiosos

conciliavam práticas do candomblé com a religiosidade católica, que ajudava a atenuar a repressão (Chalhoub, 2012).

No Rio de Janeiro da virada do século XIX para o século XX, na *Belle Époque*, a questão da territorialidade se manifestou fortemente com vários grupos entrando em ação com o meio buscando imprimir suas marcas.

Enquanto o Rio de Janeiro se modernizava sob ideais europeus, buscando apagar da memória urbana o longo período de escravidão, a cidade sofria paralelamente forte influência da cultura africana e este fato imprimiu contornos marcantes à história carioca.

Diante de uma sociedade que tentava embranquecer sua cultura e apagar vestígios da escravidão recém abolida, a população negra, vinda de várias regiões do país, transformou a Pequena África em um refúgio de resistência. Mais do que um espaço geográfico, esse território se tornou um centro de preservação da identidade afro-brasileira no qual a música, a religiosidade e os modos de vida reafirmavam a força de um povo que se recusava a desaparecer.

Falar dessa resistência implica entender a importância das tias baianas e dos terreiros da Pequena África do Rio de Janeiro. A baiana Tia Ciata, antiga ialorixá do terreiro de João Alabá, um importante babalorixá, tinha sua casa localizada na região da Praça Onze, e lá as reuniões tinham música, dança, culinária e religião. Esse terreiro, assim como o da tia Bibiana e de outras tias, era um espaço de encontros, cura, conversas e trabalho, em que se processavam as mais variadas atividades.

A casa da Tia Ciata era frequentada por intelectuais, políticos, gente da classe média, jornalistas e cronistas, como João do Rio e Francisco Guimarães - o Vagalume, além de frequentadores ligados ao samba como Donga, João da Baiana, Pixinguinha, Sinhô e Heitor dos Prazeres.

Em um período no qual a cultura estrangeira era valorizada e a elite buscava impor valores culturais europeus, a cultura negra através dos ranchos, do samba e de outras manifestações culturais foram ganhando espaços na sociedade carioca. Roberto Moura lembra o nome de outras tias que nesta época também fizeram a história da Pequena África: Perpétua, Veridiana, Calu Boneca, Maria Amélia, Rosa Olé e Gracinda (Moura, 1983); elas, que assim como as tias Sadata, Ciata e Bibiana, desempenharam o papel de verdadeiras líderes comunitárias, numa espécie de matriarcado, se chocando completamente com o patriarcado estabelecido há séculos no Brasil.

Desde o início do século, as tias baianas com seus famosos tabuleiros estavam presentes nos mais diversos pontos da cidade e faziam parte do cotidiano carioca participando ativamente do mundo do trabalho informal. Nas camadas populares, em uma situação que ainda se mantém atualmente nas comunidades cariocas, a mulher tinha muita força e iniciativa e buscava de todas as maneiras garantir o sustento da família, situação que presencio hoje em dia nas comunidades, em que o papel da mãe é muito fortalecido em virtude da ausência da figura do pai pelos mais variados motivos.

O comércio exercido pelas tias baianas adquiriu muita força nesta cidade negra e essas senhoras tornaram-se referenciais religiosos, conselheiras e lideranças ancestrais: defendiam valores, que muitas vezes contrastavam com os ideais de modernidade da elite, assim era a Pequena África marcando sua presença na “Europa Possível”.

A Pequena África foi um centro de produção cultural, mas também de luta política e social: com as irmandades religiosas, os capoeiras, os ranchos carnavalescos, as rodas de samba da Pedra do Sal e o surgimento das Escolas de Samba que atuaram como resistência cultural, mas também contribuíram para a reivindicação de melhores condições de vida e contra a marginalização da população negra.

O carnaval, por exemplo, que hoje é uma das maiores expressões culturais do Brasil, teve na Pequena África um dos seus berços mais importantes, com blocos e ranchos organizados por negros que, mesmo enfrentando preconceito e repressão, transformaram a festa em um espaço de afirmação e resistência. Dessa forma, a região portuária da cidade no início do século XX foi muito mais do que um território geográfico de memória sensível, foi um símbolo da luta negra no Brasil, onde a cultura, a fé e a música foram instrumentos poderosos de resistência. Seu legado permanece vivo até hoje, influenciando profundamente a identidade cultural da cidade com seus terreiros e ancestralidade representados em seus quilombos culturais, suas rodas de samba, pagodes e nos desfiles das Escolas de Samba, com temáticas de forte influência africana, reforçando a importância da valorização da história e das contribuições do povo negro para a sociedade brasileira.

A seguir a imagem do desfile da Escola de Samba Mangueira no ano de 2025, que apresentou a importância do povo banto para a cidade e a Pequena África do Rio de Janeiro.

Figura 24 - Desfile da Estação Primeira de Mangueira - 2025



Fonte: Guito Moeto/Agência O Globo - “Influência do povo banto na construção da identidade carioca”.

A cidade do Rio de Janeiro guarda em sua estrutura urbana diversos marcos históricos da presença africana no Brasil, um desses territórios é a Pequena África na zona portuária, onde se localiza o Cais do Valongo, portal de entrada de milhares de escravizados. Essa região que engloba os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo mantém até hoje uma herança viva das contribuições da população negra que, mesmo enfrentando os apagamentos, ainda se mantém de pé para aqueles que têm sensibilidade para percebê-las em cada sobrado ou prédio construídos pelas mãos negras, em cada sankofa nas grades das varandas e muros da região, nos degraus da Pedra do Sal, no calçamento de pedras que leva ao alto do Morro da Conceição, nos terreiros, nas rodas de samba e no redescoberto Cais do Valongo.

Sankofa é um ideograma africano do povo Akan que conecta o passado e o presente, amplamente utilizado em diversas culturas, termo e símbolo da cultura africana com diversas formas. A figura na próxima página é um desses símbolos que enfatiza a importância de olhar para trás, aprender com o passado e trazer esse conhecimento para informar e moldar o futuro fortalecendo a ancestralidade.

Figura 25 - Sankofa - Símbolo Adinkra de aprendizado e resiliência



Fonte: A Matriz Africana no Mundo, Nascimento (2008).

O calçamento conhecido como pé de moleque, presente no Morro da Conceição, no Rio de Janeiro, é uma evidência concreta da atuação de africanos escravizados na construção da cidade colonial. Composto por pedras irregulares assentadas diretamente sobre a terra, esse tipo de pavimentação era comum nas ruas dos séculos XVIII e XIX, sendo feito, majoritariamente, por trabalhadores negros submetidos ao trabalho forçado.

Esse traço urbano, ainda preservado em algumas áreas do centro histórico, como o Morro da Conceição, carrega significados profundos. Ele não apenas revela a contribuição física da população negra para o desenvolvimento da infraestrutura da cidade, como também simboliza a resistência desses sujeitos diante da violência do sistema escravocrata. A permanência desse tipo de calçamento até os dias de hoje pode ser interpretada como um marcador da memória coletiva e das lutas enfrentadas por aqueles que ajudaram a construir o Rio de Janeiro com suas próprias mãos.

A imagem deste calçamento, conhecido como pé de moleque, em um dos acessos do Morro da Conceição é um exemplo das dificuldades enfrentadas pelos negros e de sua força e determinação.

Figura 26 - Calçamento Pé de Moleque



Fonte: Calçamento Pé Moleque - Morro da Conceição. Imagem do autor, Marcos Lapá (2023).

A valorização do patrimônio histórico ligado à diáspora africana é uma das facetas mais expressivas da atuação de pesquisadores, estudiosos, religiosos e do movimento negro na Pequena África contemporânea. O Cais do Valongo declarado Patrimônio Mundial pela UNESCO em 2017, representa um marco da memória coletiva da escravidão e da presença africana nas Américas. A redescoberta e preservação desse sítio arqueológico impulsionaram debates sobre memória, reparação histórica e identidade racial no espaço urbano carioca, como os desenvolvidos pelo projeto Roda dos Saberes do Cais do Valongo.

Os negros africanos dominavam várias técnicas e tecnologias no seu dia a dia na África e esses saberes foram muito utilizados no Brasil a partir da diáspora e introduzidos na agricultura, como nos sistemas de irrigação e na introdução de novos alimentos; na mineração com métodos de extração de ouro; na construção civil, na carpintaria, engenharia e na metalurgia influenciando a cultura e a economia do Brasil.

É importante reforçar que o tráfico de escravizados não trouxe apenas africanos e africanas para servirem de mão de obra no Brasil, mas também tecnologias, cosmovisão, plantas e diversos conhecimentos que não foram totalmente interrompidos com o término da escravidão

e se mantém presentes até os dias de hoje, apesar da escassez de estudos sobre esse tema. Essa espécie de silêncio reforça a perspectiva da historiografia colonialista e eurocentrada que colocou os africanos como mera mão de obra, criando uma narrativa que situava a produção de conhecimentos e tecnologias como monopólio dos europeus, reforçando o conceito de “escravo” e a permanência do racismo.

Como afirma Ynaê Lopes dos Santos:

Esses homens e mulheres africanos vieram para trabalhar como mão de obra, e muitas vezes graças aos conhecimentos prévios que eles tinham nos territórios e sociedades de origem, que eles e elas foram comprados para executarem atividades específicas aqui, como no caso da mineração, que foi, sem dúvida alguma, a atividade que reorganizou a história da colonização brasileira, viabilizando a centralidade que o Rio de Janeiro e, consequentemente, que o Cais do Valongo passaram a ter na história do Brasil, sublinhando o peso do infame comércio em nossa história (Santos, p.152, 2022).

A presença negra na região da Pequena África foi marcada pela organização de comunidades que buscavam se reerguer frente às dificuldades socioeconômicas impostas pela elite política e econômica, após 1888, através da criação de redes de ajuda mútua, clubes recreativos, irmandades religiosas e espaços de culto contribuindo para a preservação e o fortalecimento da identidade afro-brasileira no espaço urbano carioca.

Há abaixo a figura que mostra a representação de mulheres num ritual religioso como uma das marcas da presença negra na região da Pequena África.

Figura 27 - Baianas do Candomblé



Fonte: Pintura: Baianas do Candomblé (1981) óleo sobre tela - Artista: Ivan da Silva Moraes.

Podemos destacar como uma das contribuições da cultura afro-brasileira, presentes até o dia de hoje, o samba urbano carioca, as rodas de capoeira, o jongo e outras práticas culturais que foram alvo de repressão policial, como o *funk* e o *rap*.

Além das contribuições culturais e espirituais, a população negra da Pequena África desempenhou papel fundamental na economia informal da cidade, atuando como trabalhadores portuários, quituteiras, músicos e artesãos, aproximando aquela realidade marginalizada da realidade de muitas pessoas nas comunidades cariocas do século XXI.

CAPÍTULO II - EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E HISTÓRIA LOCAL: AMPLIANDO O HORIZONTE DE CONHECIMENTOS E APROXIMANDO A HISTÓRIA DA REALIDADE DOS ALUNOS

Nas margens da Pequena África, entre os becos da Saúde e os batuques da Pedra do Sal, ecoam memórias que resistem ao esquecimento. Esse território, berço do samba carioca e da cultura afro-brasileira, foi e continua sendo alvo de apagamentos sistemáticos que reverberam além de suas fronteiras. Na Zona Norte do Rio de Janeiro, mais precisamente nos bairros de Guadalupe e Anchieta, onde leciono há anos, longe do circuito turístico e das placas históricas, as marcas desse silenciamento se manifestam nas salas de aula, nas quais muitos alunos desconhecem a riqueza desse legado.

Mesmo com a Lei n.º10.639/2003 completando mais de vinte anos, ainda percebemos muita resistência em trabalhar as temáticas voltadas para a história do povo negro, suas lutas, contribuições e participação direta na formação cultural deste país. Essas resistências podem ter um caráter ideológico, por entender o tema como divisionista sob influência do mito da democracia racial; racista pela forte presença do racismo estrutural, conformista devido ao fato de muitos professores e direções não quererem mexer naquilo que já tem estruturado nas suas aulas e escolas, bem como, pela falta de compromisso com a luta contra o racismo e os preconceitos enraizados em nossa sociedade.

A criação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com os debates começando de maneira um pouco mais participativa no ano de 2015, sofreu um revés com o golpe parlamentar que levou ao poder um governo liberal de perfil mais autoritário e ligado às grandes corporações educacionais, tendo o seu processo de formação e discussões mudado radicalmente à partir de 2016: com debates acontecendo em meio a um processo de conservadorismo e hegemonia de setores econômicos e liberais visando atender aos interesses do mercado.

Como a ausência dessas narrativas impacta a construção do conhecimento e da identidade desses jovens? E quais estratégias podem ser adotadas para resgatar e valorizar essa história? Pensando nessas questões, dividi o capítulo em tópicos que, na minha visão, ajudariam a entender e a suprir essa deficiência de conhecimento; aumentando o acesso desses estudantes a sua ancestralidade e à história dos negros no Rio de Janeiro, para dessa forma conhecer um pouco da sua própria história.

2.1 Como as limitações de acesso ao conhecimento dificultam a ampliação dos saberes

Iniciei minha prática pedagógica em meados dos anos noventa como professor de história formado numa Universidade Pública, um jovem de origem humilde, que na efervescência política dos anos 80 e 90 se percebia como progressista, iniciando sua trajetória disposto a ajudar na transformação dos meus alunos em pessoas conscientes e críticas, e me enxergando como um bom exemplo a ser seguido; porém, ao longo dos anos me vi reproduzindo uma versão da história do Brasil presente nos programas oficiais da Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC) e nos livros didáticos de história oferecidos pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD). Na prática em sala procurei levar ao alunado um conhecimento histórico que combatesse a alienação, ajudando a fortalecer o capital cultural e a consciência histórica deles, mas sem me atentar a questões importantes para a superação do racismo e das desigualdades sociais e culturais, questões essas relacionadas à história do Brasil que não são devidamente trabalhadas nas salas de aula.

Com o passar do tempo entendi que apesar da seriedade e comprometimento no trabalho como professor, na verdade reproduzia um tipo de história colonialista e eurocentrada que pouco interessava aos meus alunos que são de maioria preta e parda e vivem em regiões periféricas da cidade; percebi também que esta situação não os ajudava na construção de um pensamento antirracista e na formação de uma consciência histórica de classe e ancestral que os aproximasse da história do povo negro da cidade do Rio de Janeiro.

Os estudantes das Escolas Públicas, nas quais leciono, enfrentam um processo de alienação de classe/pertencimento e de limitação do seu conhecimento como resultado dos saberes que lhes são permitidos obter, de todas as circunstâncias que permeiam o viver nas comunidades carentes e da necessidade de se “virarem” para sobreviver, que afeta o desempenho escolar e prejudica suas perspectivas de futuro.

O que me despertou para as deficiências do ensino histórico e das limitações presentes neste campo de ensino conhecido como história local, foram os passeios à região da Pequena África no Centro do Rio de Janeiro. Neles percebi um grau de surpresa, encantamento e desconhecimento dos estudantes sobre esse importante local de memória da história de nossa cidade e das contribuições dos escravizados e dos afrodescendentes para sua construção e, por isso, passei a questionar qual seria o papel dos professores neste grau de desinformação.

Daí surgiu o seguinte questionamento: essa desinformação passaria pela ausência da história local de regiões e bairros da cidade nos programas oficiais do curso de história e no trabalho dos regentes em sala de aula? Acredito que sim! E, pensando a respeito, me lembro de

ter trabalhado a história da Pequena África, dos bairros da periferia ou de qualquer outra história regional em minhas aulas somente nos últimos anos.

Os apagamentos e silenciamentos não podem ser compreendidos senão pela lógica do exercício de poder, pela maneira que a história tradicional foi escrita (Troillot, 2016). A invisibilidade dos locais de memória, das vivências e contribuições negras na região conhecida como Pequena África, como a do Cais do Valongo, estão inseridas nas relações de poder, que segundo Foucault (2023, p.59) não é exercido apenas por instituições políticas, mas também permeia as relações sociais e se manifesta de maneiras sutis e muitas vezes invisíveis. Segundo Lilia Moritz Schwarcz (1993), certos grupos sociais foram historicamente apagados ou silenciados das narrativas dominantes, especialmente no contexto da construção da identidade nacional brasileira. O silenciamento refere-se à exclusão deliberada ou involuntária das vozes e experiências de determinados grupos da história oficial, devido ao preconceito, à falta de interesse e objetivos políticos. O apagamento histórico refere-se à supressão das contribuições e experiências de grupos específicos ao longo do tempo, isso pode ser feito através da marginalização de certos eventos, pessoas ou histórias nas narrativas históricas preponderantes.

Os setores dominantes economicamente e politicamente mantêm o controle sobre as narrativas históricas para preservar sua posição de poder, reproduzindo uma visão colonialista e eurocêntrica que, por muito tempo, se refletiram em versões da história do Brasil. A versão tradicional acabou por cercear a contribuição negra e afrodescendente na Pequena África, fazendo com que essas histórias não chegassem até a população negra e parda dos subúrbios cariocas. A ausência desses temas nas salas de aula favoreceram a pouca atenção dada à história local nas escolas, enfraquecendo a identidade regional e o senso de pertencimento dos alunos e fazendo com que a histórica presença e contribuições negras passassem despercebidas.

Neste sentido, os conteúdos de história étnico-racial, que aparecem na BNCC no itinerário de Ciências Humanas, já fazem parte integral do currículo e não apontam para atividades que levem os estudantes ao processo de reflexão e desenvolvimento de uma educação antirracista.

Os silenciamentos e apagamentos ocorridos nesta região ao esconderem as histórias de contribuição, resistência cultural e política dos afro-descendentes podem ter contribuído para o grau de desconhecimento e com a possível limitação do capital cultural e da consciência histórica dos alunos sobre os fatos históricos vivenciados na região da Pequena África do Rio de Janeiro. Compreendi a importância de levar essas histórias esquecidas e silenciadas até os alunos negros e pardos de regiões periféricas da cidade, para que eles pudessem se enxergar

como parte da história e protagonistas deste processo que ainda está sendo escrito, contribuindo para uma melhor compreensão da vida, do passado e da ancestralidade que passam obrigatoriamente por um reforço da sua consciência histórica e crítica.

As escolas brasileiras foram historicamente instrumentalizadas para excluir a população negra e assim perpetuar a organização de um Estado racista e coibir a organização efetiva de uma sociedade civil plena e inclusiva, porque no nosso país o racismo se estruturou como instrumento de dominação histórico-social.

O Estado com configurações racistas utiliza essa prática como ferramenta de exclusão para auxiliar na manutenção de uma ordem social vigente, baseada na exploração de pessoas negras, e esta lógica se mantém presente até os dias atuais. O sistema educacional, segundo Woodson (2021) seria responsável por, não apenas propagar, mas instrumentalizar o racismo a partir da deseducação dos sujeitos negros. Deseducar, para ele, significa aprender uma história que não valoriza os negros, que os faz desacreditar de si mesmos e os deixa cegos para o seu próprio potencial.

A população negra tem problemas para reconhecer valor em seus feitos devido aos currículos que não levam o negro em consideração, mas ao contrário, o condenam ou o colocam numa posição digna de piedade. Os conceitos de deseducação e os apagamentos históricos sobre as histórias e vivências negras contribuem para essa ausência de conhecimento e reconhecimento.

Você poderia estudar história como foi oferecida em nosso sistema desde o ensino fundamental até a Universidade, e nunca ouviria a África ser mencionada exceto de forma negativa. Assim, você nunca saberia que os africanos foram pioneiros na domesticação de ovelhas, cabras e vacas, desenvolveu a ideia de julgamento por júri, produziram os primeiros instrumentos de cordas e deram ao Mundo seu maior benefício na descoberta do ferro (Woodson, 2021, p.24).

As dificuldades de acesso ao conhecimento e ao capital cultural adquirido ao longo dos anos em assuntos como a ancestralidade e a resistência negra à escravidão, observada entre os estudantes, pode ser compreendida como um reflexo direto do contexto socioespacial em que vivem: esses alunos residem em comunidades da Zona Norte do Rio de Janeiro, situadas a muitos quilômetros do Centro da cidade, em regiões marcadas pela violência, pobreza e carência de equipamentos culturais e espaços de lazer. Soma-se a esse cenário tão conhecido de limitações históricas da educação pública o conceito de capital cultural, aqui utilizado, de Bourdieu (2008), que refere-se ao conjunto de recursos, competências e apetências disponíveis e mobilizáveis em matéria de cultura dominante ou legítima.

A escravidão construiu sub-culturas tão profundas que, mesmo após a abolição, continuou a afetar profundamente as relações sociais e trabalhistas fortalecidas pelo poder estatal. A elite dominante continuou a tratar com enorme descaso as carências e reivindicações das camadas mais pobres da população, pois, não foram inseridas dentro de uma lógica cidadã como parte da sociedade carioca nos últimos anos do século XIX e nos primeiros anos do século XX, inclusive no acesso à educação.

A população pobre vivia na fronteira da legalidade e da ilegalidade nas regiões periféricas e buscava maneiras de sobreviver, se divertir, além de se fazer ouvir, fato que pode ter contribuído para a formação de um perfil malandro, sofrido e feliz, uma marca do que é ser carioca. Este jeito de ser se consolida como uma identidade do povo da cidade do Rio e é retratado na literatura por cronistas como Lima Barreto, nas rodas de samba da Pedra do Sal com personagens importantes como Donga, Pixinguinha e João da Baiana. Neste contexto, surgiram também as Escolas de Samba pelas mãos de Paulo da Portela, Cartola, Aniceto e Heitor dos Prazeres e seus desfiles na Praça Onze.

Figura 28 - Pedra do Sal - Local de Nascimento do Samba



Fonte: Roda de Samba na Pedra do Sal - Publicada no Tripadvisor em 21 de novembro de (2019).

A violência e o descaso do poder público continuam presentes nas favelas, como descrito no samba enredo da Escola de Samba Mangueira no centenário da abolição, nas letras de *rap* e *funk*, nos noticiários da TV e nos jornais de grande circulação. Essa violência diária afeta a vida

social dos jovens estudantes da periferia, estabelecendo uma triste associação entre o passado e o presente que aproximam a realidade dos alunos às condições de vida dos moradores da Pequena África, no passado e na atualidade com todo o racismo estrutural e a repressão do Estado.

A resistência política, social e cultural presentes na Pequena África e em suas histórias, se opondo aos projetos políticos do poder público, é extremamente importante e não pode ficar restrita aos grupos locais, por sua utilidade como referência de luta para a construção de um país plural. Essa resistência pode vir a refletir outras formas de combater outros silenciamentos e apagamentos que sofrem negros e negras, a população nativa e seus descendentes e os pobres em geral.

Entender como essa população enfrentou e enfrenta as adversidades vividas por eles pode contribuir para um entendimento melhor sobre como as manifestações culturais cumprem um importante papel na formação dos indivíduos. Elas fortaleceram as raízes históricas, a ancestralidade e as formas de luta das populações negras da Pequena África nos primeiros anos do século XX.

Neste contexto, a escola e todos os agentes envolvidos no processo de formação histórica do estudante assumem um papel central. O ensino da história das regiões ou bairros da cidade, em sala de aula, ajuda o aluno a compreender o seu entorno e o faz identificar o passado e o presente nos vários espaços de convivência. As aulas-passeio reforçam e suprem a carência deste tipo de abordagem nos livros didáticos.

O conceito de capital cultural cunhado por Pierre Bourdieu (2008), em seus estudos de reprodução, apostava na ideia de que a cultura é um bem simbólico que quanto mais se tem, maior as condições de sua acumulação, porém ele não explica a ausência de alguns conhecimentos e saberes entre boa parte da população negra da cidade do Rio de Janeiro, como muitos relacionados à diáspora africana como, por exemplo, a ancestralidade.

A ancestralidade é um valor profundamente significativo para os negros como afirma Azoilda Trindade (2005) e envolve a memória de uma história submersa, velada pelo racismo, que precisa ser desvelada por meio da valorização do passado e do saber tradicional trazido pelas gerações anteriores. Fazem parte dos valores afro-civilizatórios conceitos como circularidade, corporeidade, religiosidade, musicalidade, memória, cooperativismo, energia vital, ludicidade e oralidade, todos apresentados por Trindade no programa Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros na Educação Infantil; tais conceitos, desempenham um papel crucial na identidade, cultura e resistência das comunidades afrodescendentes, ajudando os

negros a entenderem suas origens e a se conectarem com suas raízes culturais e históricas. Munanga (1999) enfatiza a importância do passado ancestral como um elo que conecta os afrodescendentes às suas raízes africanas, proporcionando um sentido de continuidade e pertencimento. Para ele, a ancestralidade não é apenas uma questão de linhagem biológica, mas também de herança cultural, espiritual e histórica.

A figura a seguir é uma representação das rotas da diáspora africana em direção ao Brasil e se relaciona com a nossa ancestralidade, essa imagem pode ser vista no Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira.

Figura 29 - Rotas dos escravizados



Fonte: Rotas dos escravizados - Origem: Sala Conceição Evaristo, Muhcab - Foto: Luciana Whitaker.

As limitações do capital cultural impostas aos alunos das Escolas Públicas da Zona Norte da cidade contribuem para a reprodução das desigualdades sociais, sobretudo no acesso ao conhecimento e à valorização de saberes diversos. A inserção da história local no ambiente educacional e nas práticas culturais representa uma estratégia eficaz para enfrentar esse problema. Ao reconhecer e valorizar as experiências e memórias das comunidades, a história local promove o fortalecimento identitário e amplia as formas de acesso ao conhecimento, desafiando a hegemonia de narrativas tradicionais e contribuindo para a democratização do saber.

2.2 A importância da história local na superação da história tradicional

Para buscar a superação da versão da história tradicional, colonialista e eurocentrada ainda dominante nas salas de aula ministradas nas escolas públicas e fortalecer uma história local, mais próxima da população negra e parda da Cidade do Rio de Janeiro, compreendi que é preciso buscar quando se deu a priorização a uma certa visão da história nacional pelas elites políticas e intelectuais, pois, segundo Trouillot (2016) a história é frequentemente moldada por aqueles em posição de poder, resultando na omissão ou distorção das histórias de povos marginalizados, incluindo aqueles da diáspora africana.

A introdução do ensino de História do Brasil ocorreu a partir das primeiras décadas do século XIX juntamente com um número crescente de compêndios de história do Brasil comprovando a incorporação dessa área do conhecimento na cultura escolar do período.

Segundo Circe M. F. Bittencourt: “A construção da História (...) da Nação enfrentava o problema de estruturar e articular os períodos para estabelecer a noção de tempo histórico onde o sujeito principal era o Estado Nacional (...)” (1993, p.209)

A Independência e o Estado monárquico conduziram o Brasil ao seu destino, ao surgimento de uma “Grande Nação”. Dentro desse objetivo, o discurso didático enfatizava o tempo futuro, onde o Brasil seria o país do futuro, destinado a ser brilhante pela grandiosidade do seu território e pelas imensas riquezas de seu solo (Bittencourt, 1993)

O ensino de História do Brasil limitava-se a criar um tipo de nacionalismo que aliava Estado-Nação e excluía o povo. Situação esta que sofreu alterações com os avanços do processo abolicionista e do movimento republicano tornando urgente equacionar a tríade Estado-Nação-Povo.

Neste contexto, com a crise da monarquia e o avanço do republicanismo a história escolar passou a ter como missão o ensino da aula de civismo e assumir a responsabilidade pela formação moral do cidadão.

A partir de então fica aparente que no Rio de Janeiro às histórias locais foram sufocadas pela necessidade de uma versão da História Nacional. A história da cidade, do seu povo e de seus bairros acabaram sendo “contadas” por seus cronistas e jornalistas, circunstância que hoje parece superada na Academia, mas ainda distante da didática e dos livros trabalhados em sala.

A opção pela História numa versão mais nacional, no Rio de Janeiro, enquanto capital do Brasil se consolidou e não deu espaço para regionalismos e heróis populares locais.

Durante a Era Vargas e a Ditadura Civil-Militar esta condição ficou mais fortalecida, em relação à educação brasileira, as lutas pela transformação do padrão colonialista e elitista cresceram a partir da democratização.

No início dos anos 2000 foi implementada a Lei 10.639/2003 uma antiga reivindicação dos movimentos sociais e negros, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro brasileira dentro das disciplinas que já fazem parte das grades curriculares dos ensinos fundamental e médio; e o dia 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra no calendário escolar.

Em meados do século XIX, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838, (IHGB) foi palco de uma disputa intelectual importante sobre a construção da história do Brasil. Em 1846 foi idealizado um concurso aberto a intelectuais que se dispusessem a elaborar um manual sobre como escrever a história do Brasil. Essa disputa refletia não apenas diferentes visões historiográficas, mas também tensões políticas e ideológicas sobre qual narrativa seria dominante na formação da identidade nacional.

A divergência principal girava em torno de qual tipo de história deveria ser contada: uma visão centrada na elite, nos grandes feitos e figuras da monarquia, ou uma história mais voltada para o povo, suas lutas e as influências socioculturais mais amplas.

A disputa no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) representou um embate entre uma visão conservadora, que via o Brasil como uma Nação em continuidade histórica desde a colonização portuguesa e a monarquia, e outra visão mais crítica e progressista, que queria recontar a história do país à luz de novos atores e processos, especialmente levando em conta os impactos da abolição da escravidão e o advento da República. O vencedor deste concurso foi um pesquisador e viajante alemão chamado Carl Von Martius, e com ele nasceu um modelo de história do Brasil que inspirou várias gerações de historiadores a pensar a história do Brasil. Mas a obra de Francisco Adolfo de Varnhagem, o concorrente derrotado, prevaleceu no IHGB e acabou influenciando o rumo da historiografia oficial brasileira nos últimos anos do século XIX e início do século XX, com sua visão eurocêntrica predominando nos currículos escolares e nas narrativas oficiais do Brasil, e assim sendo considerado o responsável por estabelecer as bases da pesquisa histórica no país.

Essa disputa moldou as bases do que seria o estudo da história no Brasil nas décadas seguintes, influenciando como o passado colonial, escravocrata e imperial seria lembrado, assim como os marcos fundadores da República. Com isso, silenciou-se a participação negra e indígena no processo histórico.

A República, desde o início, tratou de cuidar da constituição da galeria dos heróis nacionais, pela instituição de feriados e festas cívicas como também pela seleção dos personagens que são cultuados. Determinando uma segunda vertente do alcance da história que extrapola os próprios muros da escola (Bittencourt, 1991).

Como capital do país, o Rio de Janeiro reunia as principais instituições educacionais e também um fluxo constante de reformas e iniciativas governamentais no campo da educação. O ensino secundário era voltado para preparar as elites para ingressar no funcionalismo público ou nas profissões liberais, como Direito e Medicina, não dando acesso a uma maioria de trabalhadores pobres e de afrodescendentes.

O ensino de história nas escolas do Rio de Janeiro no período refletia tanto as tensões políticas e ideológicas da época quanto às tentativas de moldar uma Nação que buscava se definir no contexto republicano.

O ensino de história vive atualmente uma conjuntura de crise, que é seguramente, uma crise da história historicista, resultante de descompassos existentes entre as múltiplas e diferenciadas demandas sociais e a incapacidade da instituição escolar em atendê-las ou em responder afirmativamente, de maneira coerente, a elas (Nadai, 1993).

Esta crise é derivada do avanço da produção científica que ampliou as possibilidades do pensar, do fazer e de escrever história levando os cientistas à questionarem as hipóteses da ciência e do ensino da história do Brasil, e a buscar outras experiências e superar o tradicional modelo que foi introduzido no século XIX e que se tornou predominante.

Hoje a sociedade brasileira assiste uma disputa política entre setores progressistas e regressistas colocando em lados opostos os professores e cientistas que defendem uma história crítica, pós-colonialista e que debata as questões raciais no Brasil e os movimentos conservadores que se dizem nacionalistas e buscam uma história acrítica que seja patriótica e nacionalista.

A história ensinada nas escolas deveria possibilitar ao aluno a reflexão sobre os seus valores, suas práticas diárias e relacioná-las com os problemas presenciados pelo grupo social ao qual está inserido, pois, como afirma Bell Hooks: “ A visão constante da sala de aula como um espaço coletivo aumenta a possibilidade de haver um esforço coletivo para criar e manter uma comunidade de aprendizado” (2017, p.18).

Nas várias visitas em parte da região que foi historicamente chamada de Pequena África percebi a importância de buscar compreender a consciência crítica e a acumulação

histórica dos meus alunos entendendo que a história não é exclusiva dos bancos escolares ou da Academia, mas que ela está presente em todos os espaços.

Há uma relação de poder presente na História que afasta os estudantes de bairros mais distantes, como Anchieta e Guadalupe, dessa região central e de seus grupos sociais. E esta situação os leva a desconhecem a história deste importante local de memória, pois, como afirmou Jorn Rusen (2018), "a consciência histórica funciona como um modo específico de orientação em situações reais da vida presente, tem como função ajudar-nos a compreender a realidade presente".

Apesar de entender a importância de Jorn Rusen, seu conceito não preenche os espaços necessários para a discussão dessa consciência histórica entre os alunos, pois lhe falta uma abordagem mais crítica sobre o tipo de história que o aluno tem acesso e como isso traz prejuízo a formação de uma consciência histórica que aproxime os discentes de sua ancestralidade e de sua posição de classe.

Nas incursões pela região, pude perceber a importância de entender o conhecimento e entendimento histórico dos alunos, pois, como defendeu Abdias Nascimento (1978), a consciência histórica envolve o reconhecimento e a compreensão das raízes históricas das desigualdades sociais, especialmente aquelas relacionadas a escravidão, a discriminação racial e a marginalização dos afrodescendentes, ele argumentava que é fundamental para as pessoas, especialmente para os afro-brasileiros terem uma compreensão profunda do passado para se fortalecerem no presente e lutarem por justiça social e igualdade.

Neste sentido a Pequena África e a sua história local, assim como as memórias individuais dos moradores da região são apagadas e silenciadas em nome de uma versão da história nacional e memória coletiva que perpetuam uma visão colonialista, dominadora e racista. Por isso, a importância do papel do professor, que ao utilizar outras metodologias e práticas podem diminuir a regulação estatal e das editoras. Por conseguinte, debater com os alunos um ensino que seja antirracista, plural e que cite as pessoas comuns, suas experiências e participação na história, já que todos nós fazemos e aprendemos História, além de possuímos consciência histórica e crítica, pois, segundo Freire era importante entender o contexto histórico em que vivemos para compreender as estruturas de poder e as injustiças sociais.

O ensino de história, de regiões ou bairros da cidade, em sala de aula ajudam o aluno na compreensão do seu entorno, e o faz identificar o passado e o presente nos vários espaços de convivência e podem reforçar a importância da presença negra em sua região e em outras regiões, como afirmou Aime Césaire (1950), a "presença negra" não é apenas uma questão de

reconhecimento cultural, mas, também uma luta política e existencial, ela representa a resistência contra a desumanização e a reafirmação da dignidade e do valor intrínseco aos negros.

Segundo Freire (1970), “na formação da consciência crítica é necessário que a injustiça se torne um percebido claro para a consciência, possibilitando aos sujeitos inserirem-se no processo histórico e fazendo com que eles se inscrevam na busca de sua afirmação”. Quando aprendemos ou ensinamos história fazemos isso para entender o quão próximo ou distante temporalmente um evento está presente.

A relevância de levar essas histórias até aos alunos em sala ou nas aulas passeio tem por finalidade torná-las mais atrativas e construir uma educação antirracista. Consequentemente contribuirá para que eles se percebam como parte da história, superando os silenciamentos e apagamentos que são cúmplices de uma amnésia coletiva que por muito tempo fizeram sumir parte da história dos negros na cidade do Rio de Janeiro, daí a importância de citar Kabengele Munanga (1999) que aborda a consciência histórica a partir de uma perspectiva que reconhece a importância do conhecimento e compreensão da história para o entendimento das dinâmicas sociais contemporâneas, especialmente no que diz respeito às questões de raça e etnia.

Dentro de todo esse contexto a importância de trazer a história local para dentro da sala de aula e próximo das práticas pedagógicas se torna obrigatória dentro do objetivo de construção de uma história pós-colonial, antirracista e que afaste o aluno dessa construção eurocêntrica e positivista que se impôs no ensino de história do Brasil.

Nesta dissertação pretendo reforçar a importância do estudo da história da Pequena África do Rio de Janeiro e de seus personagens para compreendermos as razões do desconhecimento histórico dos meus alunos e como os estudos de uma história local centrada nessa região podem contribuir para superar essa questão e aproximar os alunos dessa história tão rica e importante para a população negra da cidade do Rio de Janeiro e assim fazê-lo perceber como o samba carioca, as rodas de samba, o desfile das Escolas de Samba, os grupos de capoeira e afoxé estão inseridos numa resistência cultural negra, que se soma a resistência política dos movimentos negros.

Os desfiles do Salgueiro nos anos 60 iniciaram uma temática negra com enredos como Xica da Silva e Chico Rei rompendo com os enredos ligados à história nacional tradicional/oficial e seus heróis que vinham desde o início do Estado Novo e abrindo caminho para que outras Escolas seguissem esse caminho, apesar da estrutura das Escolas de Samba

manterem suas raízes afro-brasileiras na ala das baianas, nos rituais nos terreiros, no casal de mestre sala e porta bandeira, na ala dos passistas.

A figura a seguir representa o desfile da Escola de Samba Salgueiro no ano de 1964, que retratou em seu enredo o personagem Chico Rei.

Figura 30 - Desfile da Escola de Samba Salgueiro na Presidente Vargas



Fonte: Desfile de Escola de Samba Salgueiro (1964) enredo Chico Rei, crédito: Arquivo/agência Estado/AE/código imagem 5024.

A resistência cultural e política presentes na Pequena África, se opondo aos projetos políticos do poder público, é extremamente importante e não pode ficar restrita aos grupos locais, por sua utilidade como referência de luta para a construção de um país plural. Essa resistência pode vir a refletir em outras formas de combater outros apagamentos que sofrem os negros e negras, a população nativa e seus descendentes e os pobres em geral, pois, essa prática bem-sucedida de apagar parte da história dessa região e o seu passado de exploração de escravizados e de pretos forros e de toda a memória sensível da região implementadas, por exemplo, pela Reforma Pereira Passos no início do século XX precisa ser trazida à luz, pois, os idealizadores dessa versão nacional da história do Brasil, ao colocar de lado a história local,

“cancelaram o que ocorreu por meio da rasura aplicada diretamente à relevância dos fatos” (Trouillot, 2016).

Entender como a população enfrentou e enfrenta as adversidades como: a violência, a fome, o desemprego, a desestruturação familiar, o racismo e o preconceito cotidiano pode contribuir para um melhor entendimento sobre como as manifestações culturais cumprem um importante papel na resiliência, no entretenimento e no recarregar das energias para as lutas do dia a dia. Elas fortalecem as raízes históricas, a ancestralidade e as formas de luta das populações negras na região nos primeiros anos do século XX, mas também das comunidades e regiões periféricas da cidade atualmente e por isso devem estar nas escolas e salas de aulas através da valorização de uma história local que permita o fortalecimento de uma educação antirracista. Como afirma Jesus Chuchó García: “Hoje estas culturas ancestrais devem ser incorporadas no sistema educativo, tanto nos currículos e textos, como nos diferentes programas de ensino universitário onde nossos professores são formados” (Garcia, 2014).

Desde o início da minha prática docente reproduzo uma versão da história tradicional, eurocentrada e colonialista, com seus heróis e fatos ligados à elite política e econômica e sempre fui questionado pelos meus amigos sobre a história dos bairros e de regiões da cidade e respondia que essas histórias regionais não eram objeto dos historiadores e sim de memorialistas e historiadores amadores, por ser algo de importância relativa e sem ligação com o todo. Uma visão sem fundamentação e que em alguns anos entendi como equivocada, passando a dar mais importância a esse tipo de história.

A história local possibilita a compreensão do entorno do aluno, identificando passado e presente nos vários espaços de convivência, esse tipo de abordagem histórica foge da versão tradicional da história e permite ao professor usar as histórias individuais e dos grupos, inserindo os alunos em contextos mais amplos. Com esse tipo de abordagem eles passam aos poucos a observar e perceber o significado de outras matérias construídas no passado, a compreender que as realidades históricas de determinada localidade e de seus moradores no tempo não se dão isoladas do Mundo, mas são parte do processo histórico em que populações locais constroem suas identidades pessoais, culturais e sociais tornando-se fundamental para a construção da sua identidade e a compreensão do seu entorno social imediato, mas, é imprescindível que o aluno não perca a noção da totalidade histórica.

A construção de identidades pessoais e sociais está relacionada à memória, permitindo que no campo individual e coletivo cada geração estabeleça vínculos com as gerações anteriores preservando o passado como guia que serve de orientação para enfrentar as incertezas do

presente e do futuro desses jovens pretos e pardos ligados às comunidades e favelas cariocas, neste contexto que entendo a importância da história local e de trazer para as aulas com meus alunos a história da região do Valongo, e da Pequena África do Rio de Janeiro.

O ensino de história local se torna importante para a aprendizagem histórica, pela possibilidade de trabalhar com a realidade mais próxima das relações sociais que se estabelecem entre o professor, o estudante, a sociedade e o meio em que vivem e atuam, tornando possível a compreensão do entorno do aluno, identificando passado e presente nos vários espaços de convivência.

Para ensinar história a partir da experiência de vida do aluno, usando o seu capital cultural, faz-se necessária uma metodologia que fale da vida das pessoas, as memórias e lembranças dos sujeitos sociais, é preciso dar voz às histórias desses sujeitos que sempre estiveram excluídos dos conteúdos ensinados.

A professora e historiadora Circe Bittencourt, ressalta que “a história local tem sido indicada como necessária para o ensino possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência – escola, casa, comunidade, trabalho e lazer – igualmente por situar os problemas significativos da história do presente” (Bittencourt, 2009, p.168). Essa afirmação aproxima a vida e o dia a dia dos alunos nos mais diversos espaços e de lutas diárias nas periferias com as histórias subterrâneas de opressão, de resistência cultural e dificuldades impostas pelo poder público aos moradores das regiões centrais da Cidade do Rio de Janeiro, especialmente da população negra que vivia o dia a dia na Pequena África.

A opção pela história local está pautada na perspectiva de confrontar, identificar, compreender, recuperar e tirar do silêncio as memórias que ficaram, por muito tempo, esquecidas na versão da história oficial trabalhada em sala de aula.

Para Schmidt e Cainelli (2005):

A valorização da História Local pelos historiadores teve reflexos nas propostas curriculares nacionais, um exemplo disso são os PCNs para o ensino fundamental (1997 – 1998) e para o ensino médio (1999), os quais abordam temáticas sobre o estudo do meio e da localidade a que o aluno pertence, estabelecendo uma perspectiva renovadora para a aprendizagem histórica (Schmidt, Cainelli, 2005, p. 111-112.).

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) “os estudos da história local conduzem a um diferente modo de viver o presente em outros tempos que existem ou que existiram no espaço”. Assim, os alunos no ensino fundamental e médio, devem iniciar seus estudos históricos no presente, mediante a identificação das diferenças e das semelhanças existentes entre eles, suas famílias e as pessoas que trabalham na escola, entendendo que, com

os dados do presente, a proposta é que desenvolvam estudos do passado identificando mudanças e permanências nas organizações familiares e educacionais (Brasil, 1997, p.40).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece a importância da história local como um elemento central para a formação do cidadão, incentivando a compreensão do contexto social e cultural em que vive.

A história local geralmente se liga a história do cotidiano ao fazer das pessoas comuns participantes de uma história aparentemente desprovida de importância e estabelecer relações entre os grupos sociais de condições diversas que participaram de encruzamentos de histórias, tanto no presente como no passado (Bittencourt, 2004, p.168).

Neste sentido a história local deveria contribuir para a construção de uma história pós-colonial e antirracista, como a defendida por Fanon (2008) na crítica da dominação colonial e do racismo, ajudando os alunos pobres, negros e pardos nos bairros distantes da região central da cidade, como os de Guadalupe e Anchieta terem acesso a toda cultura e história da região portuária e de todo o seu entorno, reduzindo o seu processo de alienação. Auxiliando na compreensão de que ele é parte da história devido à sua condição social, racial e por todos os aspectos culturais, históricos e sociais que o conectam, em dores e virtudes, aos moradores da Pequena África no período pós abolição. Uma das críticas recorrentes dos historiadores à BNCC para o ensino médio (2018) é a maneira que a base curricular subvaloriza a história local dedicando pouco espaço específico ao estudo das histórias locais e regionais para privilegiar uma narrativa nacional padronizada.

O ensino de história é uma das temáticas centrais nas discussões atuais do movimento negro, justamente porque quando a história é ensinada de uma forma que não inclui os sujeitos negros, ela só produz racismo, assim, o ensino de história funciona como exemplo da deseducação como forma de manter a dominação das pessoas negras.

Para Fanon, o racismo vai ser utilizado para manter uma hierarquia de exploração social, na qual sujeitos negros são inferiorizados. Dessa maneira, argumenta Fanon (2021, p.80), “na verdade o racismo obedece a uma lógica infalível. Um país que vive, que tira sua substância de povos diferentes, inferioriza esses povos”.

Os Estados racistas, como o brasileiro, utilizam a deseducação dos negros (pretos e pardos), através das escolas, como ferramenta para manter essa população excluída e fazer com que eles tenham dificuldades de se organizar para lutar por melhorias sociais em uma sociedade civil plena.

A história local pode ajudar a colocar em evidência a urgência da educação anti-racista como ferramenta fundamental para desmascarar o mito da democracia racial e enfrentar o racismo estrutural enraizado nas instituições e nas relações sociais.

2.3 Educação anti-racista no enfrentamento do racismo estrutural

A utilização de uma educação antirracista em sala de aula pelos professores se torna essencial para combater o racismo estrutural, promover a igualdade na sociedade e enfrentar o discurso de democracia racial, que por tantos anos norteou os discursos oficiais, denunciando-o como farsa.

A BNCC trata a questão antirracista com superficialidade, como se as obrigаторiedades presentes na Lei n.º 10.639/2003 tivessem que ser atendidas apenas para responder às pressões dos movimentos sociais e do movimento negro, mas sem aprofundamento crítico sobre o racismo estrutural do país, tratando essa obrigação de forma marginal.

A educação antirracista tem como objetivo conscientizar e sensibilizar as pessoas, independentemente da sua raça, sobre as questões raciais, destacando a importância do respeito às diferenças e o reconhecimento das contribuições históricas e culturais dos povos negros. Para as comunidades de maioria negra da cidade do Rio de Janeiro, essa educação é especialmente importante, pois ajuda a valorizar a identidade, a história e a cultura afro-brasileira, fortalecendo a autoestima e a resistência cultural contra a discriminação racial.

O ensino referente à Pequena África do Rio de Janeiro é um exemplo significativo dessa abordagem, pois essa região é um local de grande importância para a população negra no período após a abolição da escravidão e um dos maiores centros de resistência e preservação da cultura afro-descendente. Trabalhar esse tema nas escolas é valorizar a contribuição das comunidades negras para a formação da identidade cultural do Rio de Janeiro.

A história da Pequena África oferece um contraponto à narrativa eurocêntrica predominante, mostrando que a cultura negra é fundamental para a história do país e ajudando a educar com ênfase na luta contra a discriminação, nas desigualdades sociais e na importância do protagonismo negro na sociedade brasileira.

Para justificar a importância de uma educação anti-racista nas escolas é preciso entender as raízes profundas do racismo à brasileira, a sua relação mal disfarçada com as classes sociais e a farsa da democracia racial brasileira.

Segundo Munanga (2003), o conceito de raça tal como empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma ideia não proclamada: a relação de poder e de dominação.

É um dever de todos os educadores, alunos, gestores e da comunidade escolar abraçar e mergulhar no antirracismo. Investir tempo para estudar, aprender, planejar e aceitar aulas que tornem as pessoas menos inclinadas a humilhar, ofender, desmerecer ou diminuir os outros em razão da sua cor de pele ou etnia.

O racismo nasce no Brasil associado à escravidão, mas é principalmente após a abolição que ele se estrutura como discurso, com base nas teses de inferioridade biológica dos negros, e se difunde no país como matriz para a interpretação do desenvolvimento nacional.

As teorias racistas e o projeto de branqueamento passaram a ser questionadas nos anos 30 do século XX, por autores como Gilberto Freire, que no livro *Casa Grande & Senzala* (2000) argumenta que a miscigenação e a interação entre portugueses, indígenas e africanos formaram um tecido social mais plural e dinâmico, descrevendo uma convivência mais “cordial” entre brancos e negros que serviu de base intelectual para a chamada ideologia da democracia racial, que significa um sistema racial desprovido de qualquer barreira legal ou institucional para a igualdade racial. Para Abdias Nascimento (2018), o discurso de miscigenação de Freyre serve como instrumento de genocídio, pois apaga a presença e a memória dos negros. Ele argumenta que, sob pretexto de fusão racial, os negros “desaparecem”, o único privilégio seria “tornar-se branco”.

Como afirma Abdias Nascimento:

Democracia Racial que é um mero disfarce que as classes branco/brancoides utilizam como estratégia, sob o qual permanecem desfrutando *ad aeternum* o monopólio dos privilégios de toda a espécie. E a parte majoritária da população, de ascendência africana, se mantém, por causa de tais manipulações, à margem de qualquer benefício social-econômico, transformado em autêntico cidadão desclassificado (Nascimento, 2021, p.93).

A abolição não significou a desconstrução dos valores associados às “designações de cor”, na verdade assistimos à continuidade dos fenômenos do preconceito e da discriminação racial. A elite brasileira adotou a ideia de uma “ideologia racial”, tendo se tornado amplamente aceita nas últimas décadas do século XIX e anos iniciais do século XX.

A Lei Áurea e o Golpe da República coincidem com a disseminação das ideias de igualdade e cidadania que lhes são associadas e que eram vedadas aos negros. A República, recém-instalada, não foi capaz de promover ações em defesa da ampliação das oportunidades da população negra e permitiu a naturalização das desigualdades raciais.

O enfrentamento dessas desigualdades passaria pelo ideal de branqueamento, na medida em que somente um país branco seria capaz de realizar os ideais do liberalismo e do progresso, e isso teve como reflexo a ampliação dos preconceitos quanto à participação dos negros nos espaços públicos e no acesso ao trabalho, fortalecendo os estímulos à imigração europeia. Hofbauer (2003) cita a declaração do jurista e político Tavares Bastos, segundo o qual:

O homem livre, o homem branco, além de ser muito mais inteligente que o negro, que o africano boçal, tem o incentivo do salário que percebe, do proveito que tira do serviço, da fortuna enfim que pôde acumular a bem de sua família. Há entre esses dous extremos, pois, um abysmo que separa o homem do bruto (Hofbauer, 2003, p.81).

Por essa lógica, o progresso do país dependia não apenas do seu desenvolvimento econômico ou da sua modernização, mas também do aprimoramento racial de seu povo e isso dominou a cena política no final do século XIX e no início do XX.

O ideal do branqueamento, consolidado nas décadas de 1920 e 1930, contribuiu para o aprofundamento das desigualdades no país, ao restringir as possibilidades de integração da população de ascendência africana e seu acesso à moradia, trabalho e educação.

A partir de 1930 um pensamento racial que destaca positivamente a questão da mestiçagem no Brasil se fortaleceu e afirmando a unidade do povo brasileiro como resultado das diferentes raças e da convivência harmoniosa entre elas, escapando dos problemas raciais observados em outros países (FREYRE, 2000), essa ideia é o mito da democracia racial, denunciada como farsa pelo movimento negro.

O mito da democracia racial tenta invisibilizar as discussões públicas no país, sobre as políticas de “ação afirmativa” e também o debate nacional sobre a implantação do multiculturalismo no sistema educacional brasileiro. Porém, mesmo com o discurso da harmonia racial, as desigualdades estruturais permanecem evidentes, impulsionando movimentos sociais, intelectuais negros e instituições a denunciarem a falsa neutralidade racial. Para Kabenguele Munanga (1999), a ideia de democracia racial serviu como uma ideologia mascaradora que encobriu o racismo institucionalizado, mas não conseguiu suprimir a emergência das lutas antirracistas.

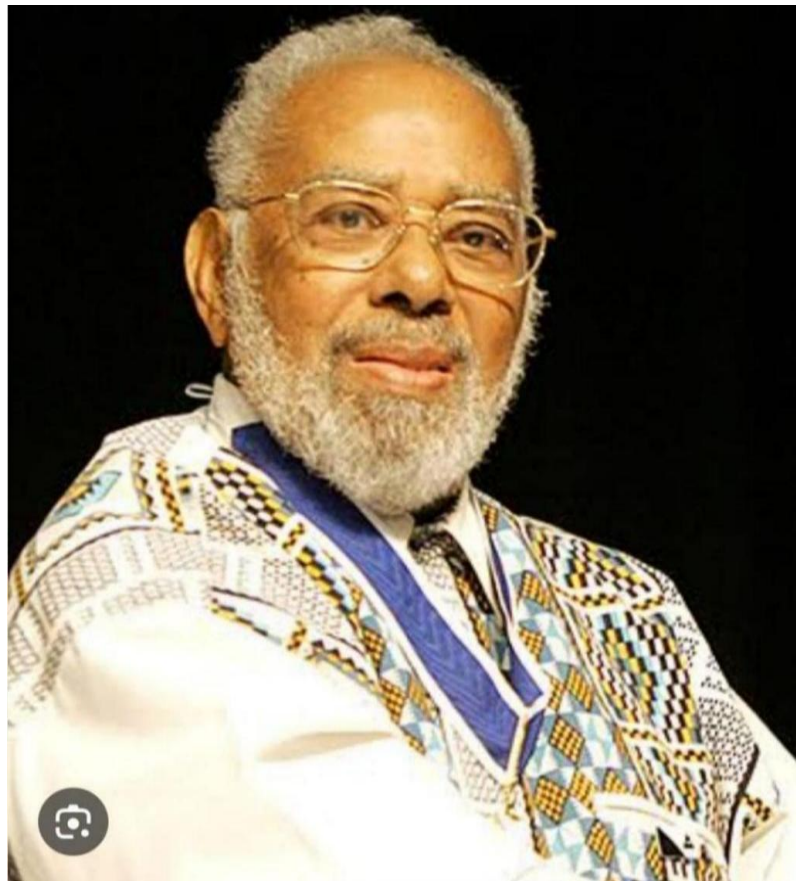
As relações sociais de dominação produzem imagens invertidas do mundo real para ocultar os mecanismos de opressão. O mito da democracia racial era uma distorção do padrão das relações raciais no Brasil, construído ideologicamente por uma elite considerada branca, intencional ou involuntariamente, para maquiar a opressiva realidade da desigualdade entre negros e brancos (Costa, 1979, p.231).

Para Abdias Nascimento:

A camada dominante simplesmente considera qualquer movimento de conscientização afro-brasileira como ameaça ou agressão retaliativa. E até mesmo se menciona, que nessas ocasiões os negros estão tratando de impor ao país uma suposta superioridade racial negra (Nascimento, 2018, p.94).

Esta argumentação ainda é utilizada por defensores do conceito de democracia racial, afirmando o caráter divisionista de qualquer resistência ou denúncia dessa falsa unidade racial brasileira, por isso, ainda são muito relevantes as lutas de personalidades negras como a de Abdias Nascimento destacado na figura abaixo.

Figura 31 - Abdias Nascimento



Fonte: Foto de Abdias Nascimento - Agência Brasil .

Para Abdias Nascimento:

A classe dominante no Brasil procede como uma antecipação dos ensinamentos de Goebbels, o famoso ideólogo do Terceiro Reich, de que a mentira, sustentada insistente e reiteradamente, é capaz de criar uma nova verdade; em contrapartida, a verdade passa a ser a mentira verdadeira (...) a ficção histórica segundo a qual o país

representa o único paraíso da harmonia racial sobre a Terra, o modelo a ser imitado pelo Mundo (Nascimento, 2021, p.45).

E neste contexto de “aceitação” do mito da democracia racial pela elite branca, pela intelectualidade e até por muitos negros, como ficou a educação dos negros na capital, nos anos iniciais do século XX? Já no início do século XX, o movimento negro criou suas próprias organizações, conhecidas como entidades ou sociedades negras, com o objetivo de aumentar sua capacidade de ação na sociedade para combater a discriminação racial e criar mecanismos de valorização da raça negra e entre suas maiores bandeiras de luta está o direito à educação.

A herança do passado escravista, no início do século XX, marca profundamente as experiências da população negra no que se refere à educação, nesta época, assim como na atualidade, a necessidade de trabalhar, afastava o homem negro e a mulher negra da escola somando-se a isso as dificuldades de matrícula nas escolas públicas; as entidades negras, porém, não se acomodaram diante da situação. Foram elas que, na ausência de políticas de inclusão dos negros, passaram a oferecer escolas visando à alfabetização de adultos e à formação mais completa das crianças negras.

Nas primeiras décadas do século XX, a população negra do Rio de Janeiro enfrentava diversas barreiras para ter acesso à educação formal. A segregação racial e social, além da precariedade das políticas educacionais, dificultava o ingresso das pessoas negras nas escassas e pouco acessíveis escolas públicas.

Devido a essas dificuldades muitas crianças e jovens negros estudavam em escolas comunitárias ligadas a associações de moradores, irmandades religiosas negras e organizações sociais, que se formavam nas periferias e áreas de grande concentração de população afrodescendente, como a região da Pequena África e os subúrbios cariocas.

Essas instituições, mesmo com recursos limitados, eram fundamentais para oferecer uma alternativa educativa, em um cenário de exclusão, com seu caráter antirracista, mesmo que o termo “educação antirracista” não fosse usado na época. Essa educação era uma forma de resistência às políticas discriminatórias e à exclusão social que os negros enfrentavam na cidade.

A experiência escolar negra mais completa do período em consideração foi empreendida pela Frente Negra Brasileira. Os líderes desse movimento viam a educação como algo que deveria ser realizado pela própria iniciativa dos negros. Para eles a educação dos afrodescendentes não se reduzia exclusivamente à escolarização, seria necessário um curso de formação política para combater uma suposta apatia da população negra, segundo seus líderes,

enfrentar a entrega a vícios urbanos e buscar a integração dos negros na ordem competitiva, tudo isso como resultado de um passado escravista que reproduzia um discurso impregnado de ideologia liberal e dava ao negro uma responsabilidade que era dos brancos.

Tal experiência de escolarização foi interrompida pelo Estado Novo em 1937, mas resultou no início de um novo debate sobre a educação dos negros no Brasil, influenciando outros movimentos nos anos subsequentes, à margem das instituições oficiais e de sua educação colonialista, eurocentrada e de exclusão.

A questão é entender por que os movimentos negros chamaram para si a responsabilidade de educar. Por que não viam a educação como um dever do Estado?

A precariedade e as dificuldades de inserção dos negros no sistema educacional público levaram-nos a reagirem à precária situação de seu grupo étnico para resolver um problema que não era exclusivamente dos negros, mas nacionais que sem dúvida era mais forte entre a população negra, um dos indicadores dessa exclusão era a baixa escolarização da maioria das pessoas negras.

À medida que avançamos no tempo, as novas gerações de negros vão aumentando suas exigências, não reivindicando apenas o acesso ao Ensino Fundamental, mas também ao Ensino Médio e Universitário. Essas novas demandas surgiram no mesmo período em que ideias revolucionárias passaram a circular no país, ampliando as perspectivas da juventude negra brasileira.

Nesse contexto, a temática da negritude ganha destaque e torna-se eixo central da imprensa negra nos anos cinquenta, promovendo a valorização da cultura, história e identidade negra, combatendo estereótipos e promovendo o orgulho racial em jornais como Mundo Novo, Nosso Jornal, “A Voz da Negritude” e “Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro”.

Nesse cenário, o movimento negro no Rio de Janeiro recolocou a questão da educação em sua agenda política através de um movimento liderado por Abdias Nascimento que mobilizou um protesto racial através do Teatro Experimental do Negro (TEN) que, tal como a paulista Frente Negra, se expandiu para outros Estados e cidades do país.

No que se refere ao acesso à educação, o Teatro Experimental do Negro tinha proposições relativamente realizáveis: “ensino gratuito para todas as crianças, admissão subvencionada de estudantes nas instituições de ensino secundário e universitário, de onde foram excluídos por causa da discriminação e da pobreza resultante de sua condição étnica (Nascimento, 1978, p.193).

A imagem abaixo retrata a encenação de uma peça teatral por atores negros, na qual se destaca a atriz Ruth de Souza que foi uma das primeiras atrizes negras a integrar o elenco da companhia.

Figura 32- Teatro Experimental do Negro - TEN



Fonte: Imagem publicada na Enciclopédia Itaú Cultural, 2024 - Teatro Experimental do Negro - TEN/ Acervo Arquivo Nacional.

Segundo o próprio Abdias Nascimento (1978), o Teatro Experimental do Negro acreditava que seria possível combater o racismo por meio de procedimentos culturais e educativos, restituindo a verdadeira imagem histórica dos negros. A atuação do Teatro Experimental do Negro no Rio de Janeiro e de outras instituições ligadas às pessoas negras são claramente antirracistas e buscam uma formação mais plural que reconheça a importância e a contribuição dos negros na formação da sociedade brasileira.

A trajetória do Movimento Negro no Brasil, desde a abolição da escravidão até os dias atuais, é marcada por resistência, organização política e luta por cidadania plena. A abolição não garantiu aos negros o acesso à terra, à educação ou a inserção digna no mercado de

trabalho; no pós-abolição os negros foram criminalizados por leis como a Lei de Vadiagem. Durante a década de 30 organizações como a Frente Negra e intelectuais como Abdias Nascimento, que fundou o Teatro Experimental do Negro nos anos 40, passaram a defender uma identidade negra e a denunciar o mito da democracia racial.

A relação entre cultura e educação, inaugurada nas práticas e propostas da Frente Negra Brasileira e do Teatro Experimental do Negro, será retomada pelo Movimento Negro Unificado (MNU), criado em 1978, que buscou interferir nas políticas públicas educacionais do país atacando o racismo estrutural e defendendo políticas de ação afirmativa, tornando-se um dos principais articuladores da luta antirracista no Brasil.

Figura 33 - Movimento Negro Unificado - MNU



Fonte: Foto - Manifestação do Movimento Negro Unificado (1978).

Durante a Ditadura Civil - Militar os Movimentos Sociais, incluindo o Movimento Negro sofreram intensa repressão e censura, mas resistiram e se reorganizaram e também encontraram novas articulações negras, muitas delas inspiradas nos movimentos de libertação africanos e na luta pelos direitos civis nos Estados Unidos. Nos anos 70 a luta negra no Brasil ganhou novos contornos com a fundação do Movimento Negro Unificado. Com a redemocratização, o Movimento Negro ampliou sua participação nos espaços institucionais com intensa mobilização, colaborando na publicação do Estatuto da Igualdade Racial e na implementação das cotas raciais nas universidades (Lei n.º 12.711/2012) marcos que

representam conquistas históricas. Como afirma Kabengele Munanga (2003), “as ações afirmativas são instrumentos de justiça social diante de um passado de exclusão sistêmica”.

O Movimento Negro continua atuante em diferentes frentes: incentivo ao debate sobre a importância de uma educação antirracista, combate ao genocídio da juventude negra, valorização das identidades afro-brasileiras e preservação da memória ancestral.

O ativismo do Movimento Negro colabora com conquistas constitucionais: reconhecimento das contribuições culturais dos negros, a criminalização do racismo, o direito ao reconhecimento oficial das terras das comunidades remanescentes de quilombos e também com a necessidade de intensificar os debates de temática racial nas escolas, mesmo com as resistências e conflitos à discussão do tema racismo em uma sociedade racialmente desigual.

A lei n.º10.639/03, que incluiu a obrigatoriedade do ensino sobre história e cultura afro-brasileira alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira(LDB), é uma conquista do Movimento Negro Brasileiro e possibilita valorizar a contribuição da população negra na formação da sociedade brasileira, combatendo o racismo e o preconceito por meio de uma educação antirracista, que também justificaria a escolha do tema sobre a Pequena África para esta pesquisa, fortalecendo o uso da história local como prática pedagógica para aproximar as realidades vividas pelos meus alunos da Zona Norte à história e às realidades vividas pelos moradores e personagens deste local tão potente do Centro do Rio de Janeiro.

A Pequena África é um território de resistência e preservação da memória afro-brasileira e conhecer sua história é essencial para a construção de uma história antirracista nas salas de aula cariocas, pois permite reconhecer o protagonismo de homens e mulheres negros na formação cultural, social e econômica da cidade do Rio de Janeiro.

2.4 A importância da Pequena África no ensino de história local e antirracista

Por que estudar a Pequena África do Rio de Janeiro no contexto de avanço da educação antirracista? Porque precisamos entender a situação do negro na sociedade carioca e nos seus bairros periféricos hoje em dia e é justamente no estudo do passado do Brasil e do Rio de Janeiro negro que podemos buscar respostas às inquietações do nosso tempo.

O passado e o presente muitas vezes se misturam nas formas de silenciamento e na resistência cultural e política na região da Pequena África do início do século XX e dos bairros periféricos e comunidades do Rio de Janeiro de hoje.

A formação histórica da Pequena África nos remete aos mais de três séculos de escravidão e às profundas marcas deixadas na sociedade e na comunidade negra de nosso país.

Apesar da sua rica história, a herança africana do Rio de Janeiro e a longa história da escravidão são, muitas vezes, negligenciadas. Mesmo com a renovação da região portuária com as obras do Porto Maravilha e da criação de um circuito de herança africana, a história negra desse importante local de memória permanece amplamente desconhecida por muitos de nossos jovens; percebi, andando pelas ruas da região como em Sacadura Cabral, Camerino e Livramento, uma diferença de tratamento do poder público em parte dessa região com a população de bairros que formam a Pequena África, que enfrenta a carência de políticas urbanas, saneamento precário e ausência de moradia digna. A fotografia abaixo mostra uma das subidas do Morro do Livramento, a partir da visão do Morro da Conceição.

Figura 34 - Morro do Livramento



Fonte: Imagem do Morro do Livramento na Pequena África - Domínio Público.

As marcas do passado escravocrata e de descaso com os negros da região no período pós-abolição foram sendo suprimidas na Pequena África. Porém, não havia como escondê-las no rosto e na pele dos negros que foram progressivamente ocupando a área, vindos de diferentes bairros do Rio, do interior do Estado e mesmo de outras regiões do país, sobretudo depois da abolição da escravatura em 1888.

A Pequena África do Rio de Janeiro é o berço de tradições culturais que marcam a identidade brasileira como: o samba, o jongo, as rodas de capoeira e a culinária afro-brasileira.

Personalidades icônicas dessa cultura como Tia Ciata, João da Bahiana, Donga, Heitor dos Prazeres e outras figuras ilustres se destacaram na região, contribuindo para a consolidação do samba e de outras manifestações culturais afro-brasileiras. Além disso, a região conta com marcos históricos que relembram a história de resistência e a memória dos africanos escravizados, como o Cais do Valongo, reconhecido como Patrimônio Mundial pela UNESCO em 2017, por seu papel histórico na diáspora africana. Outros locais, como o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos e o Cemitério dos Pretos Novos, servem como espaços de memória e resistência, que resgatam e preservam a história da população afro-brasileira no Brasil.

Hoje essa região é um importante símbolo da história afro-brasileira, sendo foco de políticas de preservação, turismo histórico e cultural, e um ponto de resistência da cultura negra na Cidade do Rio de Janeiro. Estudá-la é essencial para valorizar a herança afro-brasileira, reconhecer as contribuições históricas da população negra e promover uma educação mais inclusiva e antirracista.

CAPÍTULO III - UMA AULA-PASSEIO NOS LOCAIS DE MEMÓRIA SENSÍVEL E CONTRIBUIÇÕES NEGRAS DA PEQUENA ÁFRICA DO RIO DE JANEIRO

Ao longo dos meus anos de magistério realizei muitas aulas-passeio com alunos de Ensino Médio para museus, cidades históricas e regiões da Cidade do Rio de Janeiro, como a Pequena África na zona portuária. Porém, mesmo com os ganhos que esse tipo de atividade possibilita, e sendo um defensor dessa metodologia, reproduzi um tipo de história colonialista e eurocentrica, dando pouco ou nenhum protagonismo aos personagens negros.

Com o passar dos anos e, após várias leituras de autores negros e pesquisas sobre o universo do samba e da capoeira, percebi a necessidade de me aprofundar nos estudos sobre essa região, com o objetivo de desenvolver o meu conhecimento, aperfeiçoar minhas práticas em sala, e no campo, e desenvolver uma aula antirracista. Neste momento o profundo desconhecimento dos meus alunos passou a me chamar a atenção e entendi que precisava enfrentar esse problema contribuindo para a melhoria do conhecimento histórico e crítico deles.

3.1 A aula passeio como reforço do trabalho em sala de aula

Explorar a história com trabalhos de campo é uma experiência enriquecedora que amplia o conhecimento e a consciência social dos estudantes. Uma aula-passeio pela Pequena África, no Rio de Janeiro, proporciona um mergulho na cultura afro-brasileira, revelando memórias, lutas e contribuições fundamentais para a construção de uma identidade carioca e nacional. Caminhar por esse território significa vivenciar a história viva da resistência e da ancestralidade negra, tornando o aprendizado mais significativo e profundo.

Considerando a grande influência exercida pela televisão, o rádio e a *internet*, hoje em dia, entendo como fundamental proporcionar aos alunos aquilo que eles não tiveram, ou seja, contato direto com outros locais de memória que contribuam para seu desenvolvimento cultural em uma perspectiva mais ampla. Dessa forma a visita a museus, a ida a teatros, exposições, atividades musicais, visitas a cidades históricas e a locais de memória histórica e sensível como a Pequena África têm grande importância para a conquista desse objetivo.

Nesse sentido, as aulas-passeio são capazes de nos mostrar o quanto sair do tradicional formato de repasse de conhecimentos em sala de aula é eficaz para a mobilização e quebra de paradigmas e para a construção de novas formas de pensar e agir, na melhoria das relações entre professores e alunos e na compreensão acerca da relação entre teoria e prática discutida em sala

de aula, levando o aluno para além das paredes da escola e proporcionando a ele um novo sentir sobre o mundo.

Escolher a aula-passeio como metodologia tem por objetivo fazer dessas aulas um meio de contato direto entre alunos e professores com os locais de memória contra-hegemônicos e desmistificar os preconceitos que neles possam existir com determinados grupos étnicos e de gênero.

Figura 35 - Aula Passeio no Cais do Valongo



Fonte: Imagem do autor, Marcos Lapá (2022).

Hoje existem roteiros de visitas guiadas que rememoram o passado das comunidades negras da região central onde se localiza a Pequena África, entre eles o *Circuito Histórico da Herança Africana* realizado pelo IPN, o *Rolé dos Favelados*, o *Turismo Afro do Rio*, realizado pela pesquisadora Geny Ferreira Guimarães e outros roteiros oficiais, que perpassam parte do

centro nas localidades da Saúde, Santo Cristo, Gamboa, Morro do Pinto, Morro da Conceição, Largo de Santa Rita, Pedra do Sal, Cais do Valongo e parte do Morro da Providência, buscando ressaltar a memória histórica negra invisibilizada na região. Caminhar por um local em que cada rua, viela e beco guarda marcas de uma rica herança cultural traz a história para perto, como parte de nós mesmos.

A Pequena África do Rio de Janeiro é um espaço de vivências, luta e grande importância histórica, que possibilita aos estudantes, que sofrem com o silenciamento dos personagens e o apagamento dos locais de memória da história dos negros na Cidade, uma imersão na cultura afro brasileira. Mais do que um simples passeio, essa aula de campo promove um aprendizado vivo e fortalece a conexão com as raízes da nossa afrodescendência. Segundo Ynaê Lopes dos Santos em participação oral no seminário Territórios Negros: Patrimônio e Educação na Pequena África:

As histórias silenciadas dizem respeito diretamente às escolhas políticas e econômicas da história brasileira, do nascimento do Brasil enquanto nação soberana, e da perpetuação de pactos políticos que foram realizados, ao mesmo tempo que tratam da história da resistência da população negra (escravizada e livre) que conseguiu, no caso do Cais do Valongo, ressignificar esse espaço apesar de todos os horrores que a materialidade daquele espaço apresentava(Santos, 2022, p.151).

Baseando-se nos princípios de Celestin B. Freinet (1975), a aula passeio é um momento de vivenciar, descobrir e sentir novas sensações, despertar novos interesses e curiosidades nos alunos, que em um momento de muitas dificuldades enfrentadas no âmbito escolar pode se tornar um importante recurso didático, facilitador da aprendizagem e funcionando como uma das estratégias didáticas para dinamizar a relação entre professores e alunos, pois o trabalho fora da sala de aula tende a auxiliar a construção do conhecimento.

As aulas-passeio, também conhecidas como aulas de campo, são ferramentas pedagógicas que transportam os alunos do ambiente da sala de aula, tão precarizado nas Escolas Públicas, para o mundo real, permitindo-lhes vivenciar na prática os conceitos teóricos aprendidos nos livros e na exposição dos professores, mas também podem ajudar o aluno a alcançar conhecimentos e saberes não ensinados diretamente em sala de aula, despertando nele dúvidas sobre o seu passado, sobre sua raça e classe social. Essa metodologia ativa e dinâmica favorece uma compreensão mais profunda dos conteúdos, e no caso da Pequena África, torna o aprendizado mais significativo e engajador.

A aula-passeio, segundo Freinet (1975), tem um caráter emancipador e é, por isso, uma atividade pedagógica na qual os alunos saem da sala de aula para observar, investigar e aprender a partir da realidade concreta.

Ao participar de atividades externas, os estudantes desenvolvem habilidades de observação, análise e interpretação, fundamentais para a construção do conhecimento que reforçam o seu acúmulo cultural e contribuem para aproximar a relação entre professores e alunos. Os professores fora do ambiente tradicional da sala de aula assumem o papel de guias, facilitando uma comunicação mais direta, essa proximidade contribui para um ambiente de aprendizado mais leve, colaborativo e eficaz estimulando o trabalho em equipe.

A aula-passeio, como estratégia pedagógica, é crucial para diversificar e enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, ela tira o aluno de um ambiente restrito e leva-o a explorar espaços externos. Essa mudança de cenário não só promove um aprendizado mais significativo e contextualizado, como também desperta a curiosidade e o interesse do aluno, tornando o conhecimento mais profundo, prazeroso e memorável.

As aulas-passeio, ou aulas em campo como também são chamadas, representam uma alternativa pedagógica inovadora, que se distancia da tradicional pedagogia expositiva, muitas vezes associada à passividade do aluno. Ao se deslocar da sala de aula, o aluno se depara com um novo contexto, um novo ambiente, que se torna um palco para a aprendizagem e ajuda a proporcionar aos alunos a oportunidade de vivenciar o conhecimento de forma direta, de conhecer novas histórias a partir da interação com o ambiente, com os colegas e com o professor, de forma mais dinâmica e participativa.

As aulas-passeio também contribuem para o desenvolvimento de habilidades sociais, como a cooperação, a comunicação e a tomada de decisão, em um contexto real e social. Ao vivenciar diferentes ambientes e experiências, os alunos podem ampliar seu capital cultural e desenvolver uma consciência mais crítica sobre o mundo ao seu redor, alcançando histórias esquecidas ou propositalmente apagadas.

Entre os principais desafios relacionados à realização de uma aula-passeio, destaca-se a dificuldade de promover uma reflexão significativa sobre a experiência. Isso ocorre porque ainda há uma percepção equivocada de que esse tipo de atividade não se configura como uma aula de verdade, sendo vista apenas como um momento de lazer. No entanto, essa visão precisa ser revista e bem trabalhada em sala de aula com os alunos que veem esse tipo de atividade como um passeio. A aula-passeio tem um papel pedagógico fundamental: ela serve para aprofundar conteúdos já trabalhados em sala ou até mesmo para introduzir temas que não foram contemplados nos livros didáticos. Assim, trata-se de uma prática educativa que busca enriquecer o processo de aprendizagem ao proporcionar vivências concretas e contextualizadas.

Para que a experiência proposta seja bem-sucedida é preciso um planejamento cuidadoso com objetivos bem definidos, com os alunos preparados previamente e com uma reflexão pós-atividade, etapas cruciais para garantir que essa nova experiência contribua efetivamente para o processo de ensino-aprendizagem e prepare os alunos para compreender e interagir de forma crítica e consciente com o mundo ao seu redor.

3.2 Proposta Pedagógica: Aula – Passeio pela Pequena África do Rio de Janeiro

A região portuária do Rio de Janeiro, conhecida como Pequena África por sua ligação histórica com a população afrodescendente pós diaspórica, é um território de grande valor e importância para a história e a cultura brasileira e carioca. Este local foi palco do desembarque de milhares de africanos escravizados pelo Cais do Valongo e tornou-se um centro de resistência e preservação das tradições afro-brasileiras. A proposta pedagógica aqui apresentada busca promover uma compreensão desse patrimônio, destacando sua relevância na formação da identidade nacional e carioca e fortalecendo uma diversidade étnico-cultural.

Ao explorar a história e as manifestações culturais da Pequena África, pretende-se enriquecer o processo educativo, conectando os estudantes, da zona norte e das comunidades em que atuo, às suas raízes ancestrais ajudando-os a se entender dentro das relações de classe em que estão inseridos e que moldaram a população negra dentro da sociedade brasileira.

Objetivo Geral: Proporcionar aos estudantes uma experiência imersiva na Pequena África, visando aprofundar o conhecimento sobre história, cultura e resistência da população afro-brasileira e promover a valorização da diversidade étnico-cultural do Brasil.

Objetivos Específicos: Explorar locais históricos significativos para a cultura afro-brasileira na região portuária do Rio de Janeiro; compreender o impacto da escravidão e a importância da resistência negra na formação da sociedade brasileira e carioca; refletir sobre a influência africana nas manifestações culturais, sociais e religiosas do país.

Público – Alvo: Estudantes do Ensino Fundamental II e Ensino Médio.

Metodologia: A atividade consistirá em uma aula-passeio guiada por professores, incluindo visitas a pontos históricos e locais de memória sensível, com exposições dialogadas, atividades interativas e momentos de reflexão.

3.3 - Roteiro Sugerido para professores

➤ Local de encontro: Praça da Harmonia - em frente à antiga sede do Moinho Fluminense e à estação do VLT.

➤ Praça da Harmonia/Revolta da Vacina

Descrição: Local onde ocorreram lutas de resistência negra à campanha de vacinação obrigatória e contra as reformas urbanísticas de Pereira Passos.

Atividade: Debater a participação dos capoeiras liderados pelo estivador e capoeirista Prata Preta na barricada chamada de Porto Arthur (uma lembrança de uma batalha ocorrida na guerra entre o Japão e a Rússia) na esquina das ruas Pedro Ernesto e Sacadura Cabral e qual a punição dada aos revoltosos.

➤ Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB).

Descrição: Instituição que abriga um acervo de aproximadamente 2.500 peças relacionadas à cultura afro-brasileira.

Atividade: Visita guiada às exposições, seguida de debate sobre a contribuição africana para a identidade nacional.

➤ Cemitério dos Pretos Novos (Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos – IPN).

Descrição: Sítio arqueológico que preserva restos mortais de africanos escravizados, servindo como espaço de memória e reflexão sobre a escravidão no Brasil.

Atividade: Visita ao memorial e discussão sobre a importância da preservação da memória histórica e sobre o seu apagamento e esquecimento histórico.

➤ Cais do Valongo.

Descrição: Principal ponto de desembarque de africanos escravizados nas Américas entre 1811 e 1831, reconhecido como Patrimônio Cultural Mundial pela UNESCO em 2017.

Atividade: Discussão sobre o tráfico transatlântico de escravos e suas consequências e sobre o porquê do seu apagamento com a construção do Cais da Imperatriz e o seu desaparecimento, por completo, com as reformas do início do século XX e a inauguração da Praça do Jornal do Comércio.

➤ Docas Pedro II.

Descrição: A construção foi erguida na segunda metade do século XIX, pelo engenheiro André Pinto Rebouças, utilizando mão de obra de trabalhadores não escravizados.

Atividade: Debater a importância histórica deste armazém construído em frente ao Cais do Valongo/Cais da Imperatriz para a diáspora africana na cidade do Rio de Janeiro.

➤ Quartel da Guarda/Centro Cultural Casa da Tia Ciata

Descrição: Destacamento da Guarda Real implantada no antigo bairro do Valongo para manter a segurança do mercado de escravos. Centro Cultural dedicado à memória de Hilária Batista de Almeida, conhecida como Tia Ciata.

Atividade: Entender o papel do Estado no controle das atividades no mercado de escravos e repressão a grupos tidos como marginalizados e compreender a importância da Tia Ciata e de outras Tias para a cultura, religiosidade, ajuda mútua e resistência negra.

➤ **Largo de São Francisco da Prainha.**

Descrição: Localizado na base do Morro da Conceição na Rua Sacadura Cabral, no bairro da Saúde, onde existia uma pequena praia que desapareceu com os sucessivos aterros, nesta região existiam casas de zungu e atuavam quitandeiras, recebeu o nome por estar próximo à Igreja de São Francisco da Prainha. Esse local abriga a estátua de Mercedes Baptista, primeira bailarina negra do Theatro Municipal.

Atividade: Discutir o papel de ajuda e proteção da comunidade negra pelas casas de zungu e a liderança das matriarcas negras e refletir sobre a representatividade negra nas artes e na sociedade.

➤ **Pedra do Sal.**

Descrição: Servia como local de desembarque de carregamentos de sal dos navios que atracavam no porto, neste local foi entalhada uma escadaria de acesso ao Morro da Conceição. A Pedra do Sal se tornou um ponto de encontro de estivadores e de concentração de negros abrigando muitos terreiros de candomblés, com destaque para o de João Alabá. A Pedra do Sal é considerada o berço do samba carioca.

Atividade: Entender a importância e o desgaste do trabalho dos escravizados na zona portuária, a importância da religiosidade e do samba como formas de resistência e preservação da cultura afro-brasileira.

Esse é o roteiro inicialmente programado para durar aproximadamente três horas, elaborado principalmente para jovens do fundamental e do 1º ano do Ensino Médio.

3.4 - Roteiro Ampliado:

Elaborei uma proposta de roteiro ampliado que partiria da Pedra do Sal e seguiria em direção ao Morro da Conceição, subindo pela escadaria talhada na pedra. O percurso incluiu a passagem pela Rua do Jogo da Bola, até chegar ao largo em que se encontra a imagem de Nossa Senhora da Conceição. A partir dali, a descida seria feita pelo Beco das Sardinhas, finalizando

no Largo de Santa Rita. Essa extensão acrescentaria aproximadamente uma hora ao roteiro inicialmente planejado.

3.5 - Recursos Necessários:

- Transporte para deslocamento até os locais visitados.
- Material de apoio como mapas, folhetos informativos e resumos.
- Parcerias com guias especializados e instituições culturais locais.

CAPÍTULO IV - PRODUTO PEDAGÓGICO

Este produto pedagógico apresenta aos docentes um roteiro pedagógico para uma aula-passeio que tem como tema o sítio urbano localizado na zona portuária da cidade do Rio de Janeiro chamado de Pequena África, o roteiro dessa aula-passeio pode ser aproveitado como base para diversos conteúdos, principalmente da área de humanas, que compõe os currículos do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio, tais como: história da cidade do Rio de Janeiro, as reformas urbanas vividas pela cidade e região, a ocupação do espaço urbano, a resistência cultural negra, a história das religiões de matriz africana na cidade do Rio de Janeiro, questões relacionadas à ampliação da cidadania, a origem do samba carioca, etc.

O roteiro proposto para a aula-passeio pode ser base para debates sobre memória afrodescendente, ancestralidade, religiões de matriz africana e formação das comunidades na cidade do Rio de Janeiro, atuando como uma ferramenta pedagógica que amplie os saberes e interesses sobre as manifestações culturais, de identidades de origens africanas dessa região tornando-as mais conhecidas e valorizadas, e colaborando para o debate sobre racismo institucional e sobre a relação entre classe e a cor de pele.

Neste material didático a educação se alinha ao ensino de história e da cultura afro-brasileira nos permitindo ter contato e indagar vestígios do passado da Pequena África e ainda contribuir para o pleno exercício das Leis n.º 10.639/2003 e 11645/2008, que tornaram obrigatórias as temáticas história e cultura afro-brasileira e indígena. Essas leis ainda enfrentam, no entanto, muitos desafios e obstáculos para a sua efetiva implementação, passando pela limitada produção de materiais didáticos, pela oposição de muitos professores por questões ideológicas e religiosas e pela escolha de professores em só se preocuparem com a sua aplicação na semana de consciência negra.

O roteiro proposto para essa aula-passeio pela Pequena África enquadra-se nas seguintes propostas da BNCC:

(EM13CHS102). Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento, etc), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos (Brasil, 2018).

4.1 - Produto Pedagógico: Explorando a Pequena África

Introdução em sala de aula

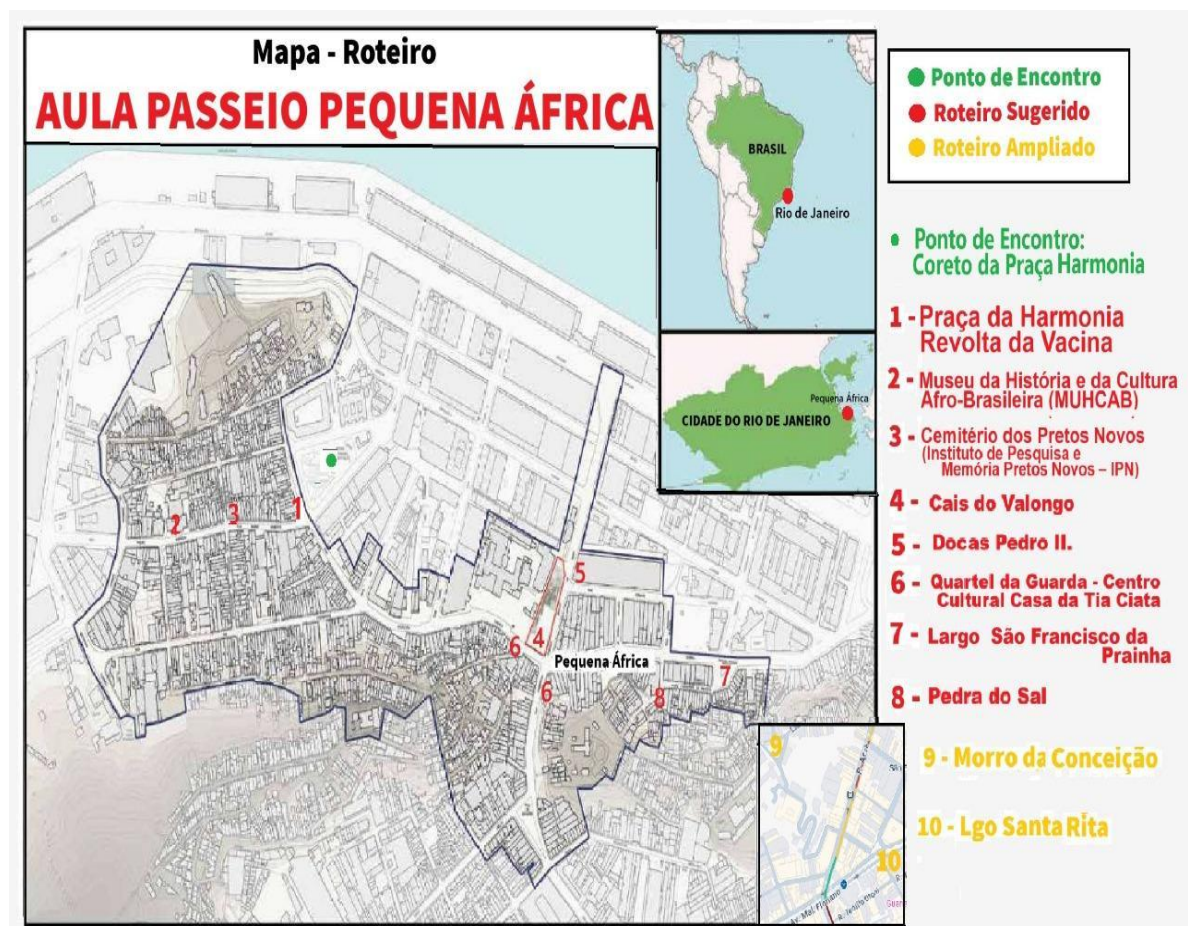
Objetivo: Introduzir a importância histórica e cultural da Pequena África do Rio de Janeiro e preparar os alunos para a visita.

Duração: Uma ou duas aulas

Atividades sugeridas: Vídeo com trechos de documentários ou vídeos curtos sobre a Pequena África, roda de conversa sobre o conhecimento dos alunos sobre a região da Pequena África, leitura e debate de trechos de textos sobre a diáspora africana, escravidão no Brasil e resistência cultural.

A figura abaixo representa o mapa do roteiro a ser seguido na aula passeio à Pequena África localizada na região central da cidade do Rio de Janeiro, numa região que corresponde aos bairros da Gamboa, Saúde e Santo Cristo.

Mapa 1 - Roteiro (Pequena África)



Fonte: Autor Fabiano Sacramento (2025).

Roteiro da Aula-Passeio – Visita à Pequena África

Objetivo: Proporcionar uma experiência educativa, sensível e crítica sobre a história afro-brasileira, valorizando as contribuições culturais, sociais e políticas da população negra na região e sua importância para a cidade do Rio de Janeiro e para o Brasil, fortalecendo uma educação antirracista, o patrimônio cultural da região e a construção da identidade e da memória, conectando os estudantes desta cidade com suas raízes e ancestralidade.

Duração: Três a quatro horas

Ponto de Encontro: Coreto da Praça da Harmonia

Este local foi escolhido por sua localização e por seu fácil acesso através do VLT Carioca (Veículo Leve sobre Trilhos) que possui parada na Praça Coronel Assunção conhecida como Praça da Harmonia, neste ponto fica um Batalhão da Polícia Militar fundado há mais de cem anos.

Figura 36 - Coreto da Praça da Harmonia



Fonte: O Globo (2023).

Ponto 1 - Praça da Harmonia/Revolta da Vacina

No século XIX, o local abrigava o Mercado da Harmonia, criado para atender à crescente demanda do Mercado Municipal da Praça XV. Com o declínio das atividades comerciais, o mercado foi convertido em um cortiço e destruído após um incêndio. Neste local ocorreram importantes conflitos da Revolta da Vacina, que se iniciou em 1904, após a publicação de um projeto de vacinação obrigatória contra a varíola no jornal A Notícia, em 9 de janeiro de 1904. O projeto exigia comprovantes de vacinação para matrículas em escolas, para obtenção de empregos, viagens, hospedagens e casamentos.

A vacinação obrigatória foi o estopim da revolta, mas os protestos também se dirigiram à precariedade dos serviços públicos, às políticas públicas e às ações repressivas do Estado, sem falar nas desapropriações e demolições promovidas bota-abixo ocorrido durante o governo do Prefeito Pereira Passos.

Nesta revolta também conhecida como Quebra-Lampiões os escombros do antigo mercado foram utilizados como armas, tendo o estivador e capoeirista Prata Preta como um dos líderes. Nesta região foram montadas várias barricadas, destacando-se uma onde ocorreu a Batalha de Porto Arthur, que recebeu esse nome devido a uma batalha ocorrida há alguns meses daquele período na Guerra entre a Rússia e o Japão. Nela vários revoltosos foram presos após a queda da barricada, incluindo o temido Prata Preta que, após a prisão, foi deportado para o Acre. Após o conflito, que teve um saldo de mais de 900 presos e 30 mortos, o prefeito Pereira Passos promoveu a reurbanização da área, dando a origem à atual praça.

Figura 37 - Praça da Harmonia



Fonte: Diário do Rio (2021).

Ponto 2_- Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB).

O MUHCAB se localiza na Gamboa, na antiga Rua da Harmonia, atual Rua Pedro Ernesto, no prédio em que funcionou a primeira escola primária da América Latina, a Escola José Bonifácio, inaugurada por Dom Pedro II em 1877, ela funcionou até 1966 quando foi extinta, ficando o prédio vazio até 1977, quando recebeu a Biblioteca Regional da Gamboa. No ano de 1986 a Biblioteca foi transformada em centro cultural e passou a se chamar Centro Cultural José Bonifácio e finalmente em 2021 surgiu o Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira que tem no seu acervo mais de 2,5 mil itens que dialogam com a Pequena África.

Figura 38 - Museu da História e Cultura Afro - Brasileira (MUHCAB)



Fonte: O Globo (2023).

Ponto 3 - Cemitério dos Pretos Novos (Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos – IPN).

Na cidade do Rio de Janeiro havia dois cemitérios utilizados para o “enterro” dos escravizados que chegavam muito debilitados pela travessia atlântica e acometidos por doenças e que não resistiram. O primeiro no Largo de Santa Rita, próximo à atual Avenida Marechal Floriano, que funcionou até a transferência do mercado de escravos, e o segundo nas cercanias do Cais do Valongo, na atual Rua Pedro Ernesto.

O Cemitério dos Pretos Novos, que funcionou entre 1769 e 1830 é uma prova incontestável da barbárie ocorrida em um dos períodos mais intensos do tráfico de africanos escravizados para o Brasil. O local onde ficava o cemitério e sofreu um apagamento histórico e sua localização ficou perdida por décadas, mas em janeiro de 1996, ele foi encontrado, acidentalmente, durante obras de uma reforma num sobrado residencial da Rua Pedro Ernesto, com esse achado não há mais como admitir qualquer visão equivocada sobre o tratamento dado aos africanos escravizados e a seus descendentes no Brasil.

Foram depositados neste cemitério os restos mortais de milhares de africanos sequestrados de sua terra natal; neste local relativamente pequeno pessoas foram atiradas em valas comuns, despedaçadas e queimadas em um forte sinal de desumanidade e brutalidade. Uma prova cruel das dificuldades enfrentadas pelos escravizados na travessia transatlântica.

Figura 39 - Instituto Pretos Novos - IPN



Fonte: Reprodução/Redes Sociais, Agência Rafaturis.

Ponto 4 - Cais do Valongo.

Foi construído em 1811, por ordem do vice-rei Marcos de Noronha e Brito, o Conde dos Arcos, para servir como ponto de desembarque de africanos escravizados e tirar esse vil mercado da região central da cidade, logo após a chegada da família real em 1808. Por esse Cais, milhares de africanos escravizados desembarcaram até 1834 quando foi desativado após a Lei Feijó (1831) que proibiu o tráfico transatlântico de escravizados.

Em 1843 foi feito um aterro e sobre ele foi construído um novo ancoradouro, numa obra de apagamento, e sobre ele foi construído um novo cais, denominado de Cais da Imperatriz, para o desembarque da princesa Tereza Cristina, futura esposa de Dom Pedro II. Esse cais também desapareceria após ser enterrado em 1904, durante a reforma urbana promovida pelo prefeito Pereira Passos, no local foi construída a Praça Jornal do Comércio, dentro da lógica de reconstrução da cidade baseada no modelo europeu que resultou em vários apagamentos do passado escravista.

Em 2011, o Cais do Valongo foi redescoberto com as escavações para a revitalização da zona portuária, e nesse sítio arqueológico foram encontrados trechos do calçamento original em estilo “pé de moleque”. Esses achados contribuíram para o seu reconhecimento como Patrimônio Mundial da Unesco em 2017, reconhecendo sua importância histórica na memória da diáspora africana.

Figura 40 - Cais do Valongo



Fonte: Foto: Cais do Valongo, Imagem do autor, Marcos Lapá, (2023).

Ponto 5 - Docas Pedro II.

O antigo prédio das Docas Dom Pedro II foi erguido em 1871 pelo arquiteto negro André Pinto Rebouças, utilizando mão de obra de trabalhadores não escravizados, o local servia de entreposto e armazém de mercadorias, incluindo escravos e se localizava ao lado do antigo Cais do Valongo/Imperatriz, antes do aterramento. O armazém possui extrema relevância histórica para a diáspora africana na cidade do Rio de Janeiro.

O edifício original das Docas foi destruído por um incêndio no ano de 1919 e reconstruído em 1922. Por ser um importante local de memória e reconhecimento da herança africana no país, está sendo restaurado para abrigar um centro cultural que irá preservar e divulgar a história do tráfico negreiro e da herança africana no Brasil. Em 2017 foi reconhecido como Patrimônio Mundial em 2017 por sua importância histórica e cultural.

Figura 41 - Docas Pedro II



Fonte: Alex Ferro - Instituto Pretos Novos.

Ponto 6 - Quartel da Guarda/Centro Cultural Casa da Tia Ciata

O Quartel do Segundo Destacamento da Guarda Real de Polícia foi um corpo policial militar criado em 1809 durante o Período Joanino. Este quartel localizava-se no bairro do Valongo, onde foi instalado o Cais do Valongo, local de desembarque de escravos após a sua transferência da Praça XV para a região.

A sua instalação tem razões estratégicas e de controle social durante o período imperial no Brasil e sua localização na zona portuária permitia à Guarda Real monitorar e controlar o fluxo de escravos nesta área sensível, onde havia uma grande concentração de trabalhadores, marinheiros e escravizados.

A Casa da Tia Ciata é um centro cultural localizado no bairro da Gamboa, dedicado à preservação da memória de Hilária Batista de Almeida, conhecida como Tia Ciata. O espaço celebra sua influência na cultura afro-brasileira e no fortalecimento das raízes do samba. Ela se mudou para o Rio de Janeiro em 1876, vinda da Bahia, e se estabeleceu na região conhecida como Pequena África, na zona portuária da cidade.

Figura 42 - Quartel da Guarda / Centro Cultural Casa da Tia Ciata



Fonte: Quartel da Guarda - Arquivo pessoal (2024).



Fonte: Centro Cultural Casa da Tia Ciata -/Foto: Fernando Frazão – Agência Brasil

Ponto 7_- Largo de São Francisco da Prainha.

O Largo de São Francisco da Prainha, ou apenas Largo da Prainha tem seu nome ligado à Igreja de São Francisco da Prainha, erguida em 1696 e a uma pequena praia que existia ali antes da urbanização e dos aterros da região portuária. Ele se localiza em uma das várias subidas para o Morro da Conceição no bairro da Saúde, na Rua Sacadura Cabral.

Com o fim da escravidão, a região assistiu um reforço na ocupação negra do local com a ocupação e a moradia de muitos ex-escravizados e seus descendentes se tornando um espaço de sociabilidade negra.

Após anos de abandono, o Largo foi revitalizado como parte do projeto Porto Maravilha e hoje é um ponto turístico, com intensa vida cultural e espaço de memória da resistência negra no Brasil.

Figura 43 - Largo da Prainha

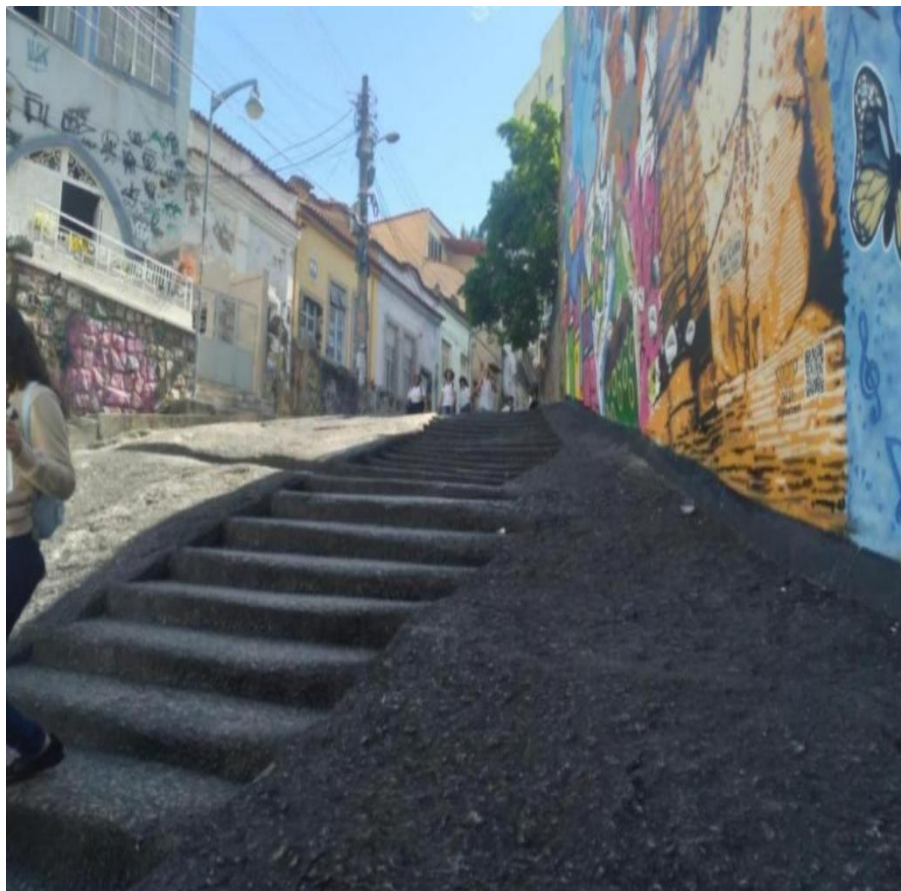


Fonte: Largo da Prainha - Imagem do autor, Marcos Lapá (2024).

Ponto 8 - Pedra do Sal

A Pedra do Sal, localizada no bairro da Saúde, é um dos símbolos mais importantes da cultura afro-brasileira e da resistência negra, ficou inicialmente conhecida como Pedra da Prainha e posteriormente como Pedra do Sal, servia como local de desembarque de carregamentos de sal dos navios que atracavam no Porto, na pedra, foi entalhada, pelos escravizados, uma escadaria de acesso ao Morro da Conceição.

Figura 44 - Pedra do Sal



Fonte: Pedra do Sal - Imagem do autor, Marcos Lapá (2024).

Durante o período escravocrata, a região ao redor da Pedra do Sal foi ocupada por uma grande população negra, muitos ex-escravizados. A região abrigou muitos terreiros de candomblé, como o de João Alabá. A região tornou-se um dos principais espaços da Pequena África, onde se reuniam praticantes de religiões afro-brasileiras, trabalhadores portuários, sambistas e capoeiristas.

A Pedra do Sal é considerada o berço do samba em formato carioca, local onde se reuniam sambistas do passado como Donga, Pixinguinha, João da Baiana, Heitor dos Prazeres e outros.

Tombada pelo Iphan, em 1984, na Pedra do Sal existe atualmente um Quilombo de Remanescentes da Pedra do Sal, em 2005 recebeu a certidão de autorreconhecimento da comunidade pela Fundação Cultural Palmares, mas, ainda encontra-se em situação de vulnerabilidade pela não regularização de seus imóveis tornando-se alvo da especulação imobiliária, acentuada pelas obras de reforma do Porto Maravilha e pelas ações da Venerável Ordem Terceira de São Francisco (VOT), disposta a recuperar as casas ocupadas por moradores e descendentes de escravizados na região para o seu projeto social intitulado “humanização do bairro”.

Roteiro Ampliado

Os pontos a seguir acrescentam uma hora ao roteiro principal, sendo assim uma extensão sugerida que ficará a critério do professor-guia.

Ponto 9 - Morro da Conceição

O Morro da Conceição é um dos lugares mais antigos da cidade e carrega grande importância histórica e cultural. Sua ocupação começou no século XVII, com a construção de fortificações para proteger a baía de Guanabara de invasores.

Figura 45 - Morro da Conceição



Imagem de N^a Senhora da Conceição - Imagem do autor, Marcos Lapá (2024).



Viela do Morro da Conceição - Imagem do autor, Marcos Lapá (2024).

A origem do nome Morro da Conceição deve-se a uma pequena capela em homenagem à Nossa Senhora da Conceição, construída no alto do morro em 1590, fica no bairro da Saúde, tornando-se um marco da ocupação inicial da cidade do Rio de Janeiro pelos portugueses,

juntamente com os morros do Castelo, de Santo António e de São Bento. Ao longo dos séculos, abrigou famílias de trabalhadores, marinheiros e imigrantes. Suas ladeiras de paralelepípedo, casarios coloniais e ateliês artísticos preservam o charme e a memória do Rio Antigo.

Ponto 10 - Largo de Santa Rita

O Largo de Santa Rita, localizado no centro histórico do Rio de Janeiro, é um local carregado de memória e simbolismo. Seu nome tem origem na Igreja de Santa Rita, construída no século XVIII. O largo ficava numa posição estratégica situado próximo ao porto e às áreas de comércio, o que o tornava uma região de grande circulação de pessoas, incluindo escravizados, comerciantes e autoridades, a região era frequentada por membros da malta de capoeira dos Nagoas, que protegiam a bica localizada no local.

Nos arredores da Igreja de Santa Rita, havia um cemitério destinado aos escravizados, que não resistiam à travessia atlântica, e à população negra da cidade que não tinha acesso ao sepultamento nos cemitérios oficiais. Esse espaço, hoje invisibilizado pela urbanização, é representado por uma rosa negra como símbolo do respeito à memória desses indivíduos, cujas histórias foram por muito tempo esquecidas.

Figura 46 - Largo de Santa Rita (Igreja de Santa Rita/Local do Antigo Cemitério dos Pretos Novos)



Fonte: Imagens do autor, Marcos Lapá (2023).



Fonte: Imagens do autor, Marcos Lapá (2023).

4.2. Folder

A região da Pequena África do Rio de Janeiro constitui um território de memória central para a compreensão da presença africana na formação da cidade. Seus importantes espaços evidenciam experiências de diáspora, resistência e produção cultural. O roteiro apresentado por este *folder* – que foi o resultado de várias visitas e pesquisas de campo à região da Pequena África – propõe articular patrimônio e educação, contribuindo, assim, para a valorização de políticas de memória no espaço urbano.

Folder

Apresento abaixo o *folder* com o roteiro da –aula-passeio pela Pequena África.



Aula Passeio Pequena África.

Ponto de Encontro: Coreto da Praça Harmonia



Ponto 1 Praça da Harmonia - Revolta da Vacina.



No século XIX, o local abrigava o Mercado da Harmonia, criado para atender à crescente demanda do Mercado Municipal da Praça XV. Neste local aconteceram importantes conflitos da Revolta da Vacina, que se iniciou em 1904.

Ponto 2 Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB).



O MUHCAB se localiza na Gamboa na antiga Rua da Harmonia, atual Rua Pedro Ernesto no prédio onde funcionou a primeira escola primária da América Latina, a Escola José Bonifácio, inaugurada por Dom Pedro II em 1877.

Ponto 3 Cemitério dos Pretos Novos (Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos – IPN).



O Cemitério dos Pretos Novos que funcionou entre 1769 e 1830 é uma prova incontestável da barbárie ocorrida em um dos períodos mais intensos do tráfico de escravizados africanos para o Brasil.

Ponto 4 Cais do Valongo

Foi construído em 1811, por ordem do vice-rei Marcos de Noronha e Brito, o Conde dos Arcos, para servir como ponto de desembarque de africanos escravizados tirando-o desse vil mercado da região central da cidade, logo após a chegada da família real em 1808.



Por esse Cais milhares de africanos escravizados desembarcaram até 1834 quando foi desativado, após a Lei Feijó (1831) que proibiu o tráfico transatlântico de escravizados.

” Um local cuja a história e personagens, contribuíram com as resistências e lutas do povo preto por liberdade, por direitos, por cidadania e preservação da sua cultura, religiosidade e ancestralidade. ”

MARCOS LAPÁ

Ponto 5 Docas Pedro II.

O antigo prédio das Docas Dom Pedro II foi erguido em 1871 pelo arquiteto negro André Pinto Rebouças, utilizando mão de obra de trabalhadores não escravizados, o local servia de entreposto e armazém de mercadorias, incluindo escravos e se localizava ao lado do antigo Cais do Valongo/Imperatriz



Aula Passeio Pequena África.

Ponto 6
Quartel da Guarda
Centro Cultural Casa da Tia Ciata



O Quartel do Segundo Destacamento da Guarda Real de Polícia, foi um corpo policial militar criado em 1809. A sua instalação tem razões estratégicas e de controle social durante o período imperial no Brasil e sua localização na zona portuária permitia a guarda real monitorar e controlar o fluxo de escravos nesta área sensível, onde havia uma grande concentração de trabalhadores, marinheiros e escravizados.

A Casa da Tia Ciata é um centro cultural localizado no bairro da Gamboa, dedicado a preservação da memória de Hilária Batista de Almeida, conhecida como Tia Ciata. O espaço celebra sua influência na cultura afro-brasileira e no fortalecimento das raízes do samba. Ela se mudou para o Rio de Janeiro em 1876 vinda da Bahia e se estabeleceu na região conhecida como Pequena África, na zona portuária da cidade.

Ponto 7
Largo São Francisco da Prainha



O Largo de São Francisco da Prainha, ou apenas Largo da Prainha tem o seu nome ligado à Igreja de São Francisco da Prainha, erguida em 1696 e a uma pequena praia que existia ali antes da urbanização e aterros da região portuária.

Ponto 8
Pedra do Sal.



Um dos Símbolos mais importante da cultura afro-brasileira e da resistência negra, ficou inicialmente conhecida como Pedra da Prainha, foi entalhada, pelos escravizados, uma escadaria de acesso ao Morro da Conceição.

Ponto 9
Morro da Conceição



O Morro da Conceição, é um dos lugares mais antigos da cidade e carrega grande importância histórica e cultural.

Ponto 10
Largo de Santa Rita.



É construída no século XVIII. O largo ficava numa posição estratégica situado próximo ao porto e as áreas de comércio, com grande circulação de escravizados, comerciantes e autoridades. Nos arredores da Igreja, havia um cemitério destinado aos escravizados

A apresentação do roteiro em formato de *folder* é uma estratégia de síntese e difusão do conhecimento produzido nesta pesquisa sobre a Pequena África. Ao transformar a análise acadêmica em material acessível e visualmente organizado, o trabalho amplia seu alcance para além do espaço universitário, fortalecendo a articulação entre pesquisa, educação e políticas de memória. Dessa forma, o roteiro consolida-se como um instrumento de valorização histórica e de reconhecimento das narrativas negras no espaço urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas considerações finais dessa dissertação pretendo mediante o exposto, ao longo do texto, reafirmar a importância de levar as histórias da Pequena África e da zona portuária do Rio de Janeiro até os alunos, ajudando-os a superarem a limitação de conhecimento que lhes foi imposta sobre essa importante região de memória sensível que tanto contribuiu para a formação cultural e social da cidade do Rio de Janeiro.

Portanto refuto a versão tradicional imposta em algumas narrativas históricas e reproduzidas por muito tempo nas escolas priorizando uma versão da história nacional eurocentrada em detrimento de uma história local e das vivências negras. Através da apresentação do tema, espero ter conseguido demonstrar maneiras de contribuir para que as histórias dos negros dessa região central da cidade se tornem mais conhecidas, superando os apagamentos e os silenciamentos impostos pelos donos do poder e pelo racismo estrutural que, utilizando-se da farsa do mito da democracia racial brasileira, bloquearam os debates sobre o racismo à brasileira e impediram que as histórias de luta, resistência e contribuições dos afro-brasileiros chegassem à maioria da população da cidade que desconhece essas histórias.

Em resumo, entendi, ao longo das pesquisas para a construção dessa dissertação, que discutir a religiosidade afro-brasileira, apresentar as variadas formas de resistências negras na cidade e o papel desempenhado pela cultura popular podem ser decisivos para os educadores ajudarem nossos jovens a superarem o desconhecimento, enfrentarem o racismo, a intolerância religiosa e a alienação de classe, já que no Brasil as questões de classe e de raça devido ao colonialismo e ao racismo estrutural andam de mãos dadas.

A abordagem da história da Pequena África e de sua ancestralidade, expostos neste trabalho, oferecem uma oportunidade de valorização da história local e de fortalecimento da identidade dos alunos, especialmente aqueles que se auto-declaram negros. A Lei n.º 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas, reforça essa necessidade.

Além disso, trabalhar a história da Pequena África do Rio de Janeiro com os alunos, através de uma aula-passeio bem preparada e elaborada, permite um resgate da memória ancestral, elemento fundamental para a formação da consciência histórica e identitária. Como enfatiza Ribeiro (2019), “a ancestralidade não é apenas uma referência ao passado, mas uma ferramenta pedagógica potente que promove o pertencimento e a valorização da diversidade cultural”. Ao conhecerem as histórias de resistência, solidariedade e criatividade que emergiram

da Pequena África, os estudantes passam a compreender o legado deixado por seus antepassados e a se verem como sujeitos ativos na construção da história.

Em suma, reside neste ponto, a importância desse trabalho e da aula-passeio como metodologia escolhida para que os alunos entrem em contato com este tema. Como aponta Munanga (1999), a história do Brasil foi construída sob uma perspectiva eurocêntrica, que marginaliza a presença negra e apaga suas formas de resistência e organização social, que acabam passando despercebidas, devido a esses apagamentos e colaborando para a formação de uma falsa imagem de passividade, que não faz parte da longa história de luta e resistência do povo negro.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA JÚNIOR, José. **O Homem que Odiava Machado de Assis**. São Paulo: Faro Editorial, 2019.
- ALVARENGA, Brenda Macedo; SAUIMBO, Maristane de Souza Rosa. **Irmandades Negras: A Preservação Cultural Africana e a Origem do Associativismo Negro no Brasil**. Anais do X CONEDU, 2024
- BARROS, Flávia Cristina O. Murbach, VIEIRA, Andreia Maria de Souza. **A aula passeio como experiência de vida: Freinet no ensino superior**. *Revista Internacional de Formação de Professores*, Itapetininga, v.4, p.79-81,2019.
- BLANC,A; BOSCO, J. **“Mestre Sala dos Mares”**. In Regina, E. Elis. São Paulo: Philips, 1974.
- BITTENCOURT, Circe M^a Fernandes, **Ensino de História: fundamentos e métodos**. SP: Cortez Editora,2004.
- BITTENCOURT, Circe M^a Fernandes. **Revista Brasileira de História**, SP, ANPUH, v13, nº25/26, set/dez.2004
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes, **Os confrontos de uma disciplina escolar: da história sagrada à história profana**. *Revista Brasileira de História*, SP, v.13, nº25/26, set.92/ago93.
- BODART, Cristiano das Neves. **A importância do capital cultural: contribuição de Pierre Bourdieu**. Blog café com Sociologia, jan. 2010.
- BOURDIER, Pierre e PASSERON Jean-Claude - **Reprodução Cultural e Reprodução Social**, ed. Vozes, ed. 7, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis. 28, Vozes, 1998.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais. História e Geografia**, Brasília, MEC/SEF,1998.
- BUEL, James William. **Heroes of the Dark Continent**, Ed. The History Company, First Edition, 1890.
- CABRAL, Sérgio. **As Escolas de Samba do Rio de Janeiro**. 3^a ed. Rio de Janeiro: Lumiar, 1996.
- CALEGARI Lizandro Carlos, **Revista.Unioeste/Línguas e Letras**, vol.6, nº10, 1ºsem.2005.
- CÉSAIRE, Aime, **Discurso Sobre Colonialismo**, Veneta, 1ªed, SP,2020.

- CHOPPIN, Alain. **História dos Livros e das Edições Didáticas: Sobre o estado da arte.** Revista Educação e pesquisa, SP, v.30, nº3, p.549-566, set/dez. 2004.
- COUTINHO, Maria Angélica da Gama Cabral. Gomes, Fabio da Silva, orgs: dos **Manuais aos Livros Didáticos de História.** Editora CRV, Curitiba, Brasil.
- COSTA, Carlos Eduardo Coutinho da. **“Faltam braços nos campos e sobram pernas na cidade”: famílias, migrações e sociabilidades negras no pós-abolição do Rio de Janeiro (1888-1940).** Curitiba, Appris, 2020.
- COSTA, Nathalia et al SANTIAGO, Fernanda – **Comissão de Igualdade Racial OAB – SP, De Exame. Com Esfera Brasil,** publicado em 5/12/2022.
- FANON, Frantz. **Pele Negra, máscaras brancas.** Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FANON, Frantz. **Por uma revolução africana.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2021.
- FARIAS, Juliana Barreto. GOMES, Flávio dos Santos. SOARES, Carlos Eugênio Líbano. FREINET, C. **As Técnicas Freinet da Escola Moderna.** 4ª ed. Lisboa: Estampa, 1975.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido,** São Paulo, Paz e Terra, p.29, 1970.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido,** Paz e Terra, 81ª edição, Rio de Janeiro, 2022.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal.** 42, ed. Record, 2000.
- FONSECA, Silva Guimaraens. **Didática e Prática de Ensino de História.** Campinas/SP. Editora Papirus, 2003.
- GARCIA, Jesus Chucho, **Afrodescendentes: Identidade e Cultura de Resistência,** SP, www.geledes.org.br, 27/04/2014.
- GOMES, Flávio dos Santos; JESUS, Jaime Lauriano; NASCIMENTO, Lilia Moritz. **Enciclopédia Negra: biografias afro-brasileiras.** São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- GUIMARÃES, Geny Ferreira. **Rio Negro de Janeiro: olhares geográficos de heranças negras e o racismo no processo-projeto patrimonial.** Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2015.
- HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva,** SP, Vértice, 1990.
- HONORATO, Cláudio de Paula, **O mercado do Valongo e comércio de escravos africanos (RJ, 1758-1831).** Texto publicado no livro: **A Escravidão Africana no Recôncavo da Guanabara** - (org.) SOARES, Mariza de Carvalho & Bezerra, Nielson Rosa. Niterói. Editora da UFF, 2011, pp. 147-174.

- HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?** Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. In SILVA, Tomaz Tadeu da (Org); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença, A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- HOOKS, Bell. **Ensinando a Transgredir**. Editora WMF Martins Fontes, 9a edição, São Paulo, p.18.
- HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro:Repressão e Resistência numa Cidade do Século XIX**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas,1993.
- HOFBAUER, Andréas. **O Conceito de Raça e o Ideário do Branqueamento no Século XIX - Bases Ideológicas do Racismo Brasileiro**. Teoria e Pesquisa. São Carlos - SP : UFSCAR,n.42 - 43.
- LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer, **1952 Dos Trapiches ao porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro**. -Rio de Janeiro Secretaria Municipal das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 2006.
- LOPES, Nei. **Nas águas desta baía há muito tempo – Contos da Guanabara**. Record. RJ/SP.2017.
- MALTA, Augusto. In: SANTOS, Élide Ferreira dos. **No meio do caminho há uma Cidade Nova**. Dissertação (Mestrado em Estudos populacionais e pesquisa social, produção e análise de informações geográficas), ENCE/IBGE, 2003.
- MATTOS, Wilson Roberto de. **Negros Contra a Ordem: astúcias, resistências e liberdades possíveis (Salvador, 1850 – 1888)**. Editora da Universidade da Bahia – EDUNEB, Salvador, 2008.
- MOREIRA, Carlos Eduardo de Araújo. **Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX**. Editora Alameda, SP, 2006.
- MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro**. Todavia, Rio de Janeiro,1983.
- MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro**. Todavia, Rio de Janeiro,p.159, 2022.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra**, Ed. Vozes, Petrópolis, 1999.
- NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo: Documentos de uma Militância Pan – Africanista**. 3a edição.Perspectiva, São Paulo,2021.
- NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado** , 4ªedição. Perspectiva, São Paulo, 2018.

PP - Instituto Pereira Passos, “Cadernos do Rio de Janeiro – Prévias do Censo, 2024”.

Disponível em: <https://www.data.rio/documents/18bc0480d7a84464b2ace33b19a5c558/about>

. Acesso em, 26/04/2025.

NASCIMENTO, Elisa Larkim, **A Matriz Africana no Mundo**, Cap.1,p.38, Selo Negro, são Paulo,2008.

PEREIRA, Júlio Cesar Medeiros da Silva. “**À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro**” CARVALHO, José Murilo de, para o prefácio do livro. Ed. Garamond, Rio de Janeiro,2007.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1989, vol2, nº3, p.3 – 15.

REDIKER, Marcus. **O Navio Negroiro: Uma História Humanitária**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras,2019.

RUFINO, Luiz, **Exu e a Pedagogia das Encruzilhadas**.231 f. (tese), Doutorado em Educação, UERJ- Faculdade de Educação, Rio de Janeiro,2017.

RUSEN, Jorn – **Jorn Rusen e o Ensino de História**, org. SCHMITH, Maria Auxiliadora.

BARCA, Isabel.Martins, Estevão de Resende, editora UFPR.

SAMUEL. Raphael **História Local e história Oral**, **Revista Brasileira de História**, SP, ANPUH, v.9, nº19, p.219-242, 2018.

SANTOS, Élide Ferreira dos. **No Meio do Caminho há uma Cidade Nova**. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisa Social, Produção e Análise de Informações Geográficas), ENCE/IBGE,2003.

SANTOS, Inaê Lopes dos. **Territórios Negros: Patrimônio e Educação na Pequena África**. Letra Capital, RJ, 2022.

SANTOS, Renato Emerson dos. **Territórios Negros: Patrimônio e Educação na Pequena África**, Rio de Janeiro: Letra Capital 2022.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora, CAINELLI, Marlene. **História Local e o Ensino da História. Ensinar História**. 1ªed. São Paulo: Editora Scipione,2005.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Racismo e Antirracismo: a categoria raça em questão**, Psicologia Política. Vol 10, nº19, jan-jun. 2010.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e a Questão Racial no Brasil. 1870-1930**. Cia. Das Letras, 1993.

SCHWARZ, Roberto. **Ao Vencedor as Batatas: Forma Literária e Processo Social nos Inícios do Romance Brasileiro**. Coleção Espírito Crítico, Livraria Duas Cidades Editora 34, São Paulo, 1977.

SILVA, Lúcia Helena Oliveira. **Paulistas Afrodescendentes no Rio de Janeiro Pós - Abolição (1888-1926)**, SP: Humanistas, 2016.

SILVA, M.A. & GUIMARAES, Selva. **Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas**. *Revista Brasileira de História*. SP, v.31, nº60, p.13-33,2010.

SOUZA, F. Gralha de. **A Belle Époque Carioca: Imagens de modernidade na obra de Augusto Malta (1900 – 1920)** Dissertação (mestrado em história) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora.2008

SOVIK, Liv, **Branquitude e Racialização: qual o lugar da educação?** Enviado para o portal geledés - 8ºSeminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação, Ulbta, Canoas, RS, 25 a 27 de junho de, 2019.

TRINDADE, Azoilda Loretto, **Valores Afro-Brasileiros na Educação**. TV Escola, Boletim 22, Ministério da Educação, 2005.

TROUILLOT, Michel – Rolph, **silenciando o passado: poder e a produção da história, apagar e trivializar: silêncios na história mundial**.p 160-179

TROUILLOT, Michel – Rolph, **silenciando o passado: poder e a produção da história**. Tradução de Sebastião Nascimento. Curitiba: Huya,2016.

WOODSON, Carter Godwin. **A deseducação do negro** - prefácio de Emerica. São Paulo: Edipro,2021.

ZUKER, Fabio. **Trouillot Michel, Silenciando o Passado: Poder e a Produção de História**. Cadernos de Campo, Universidade de São Paulo,1991.

IMAGENS

Abdias Nascimento. Agência Brasil, Rio de Janeiro,2024.

Aula Passeio, Cais do Valongo, Foto: Marcos Roberto. Outubro, 2022

Baianas do Candomblé, Foto: Ivan da Silva Moraes, , Catálogo das Artes, 1981.

Barricada de Porto Arthur, Foto: autor desconhecido, Jornal do Comércio, 1904.

Barricada na Revolta da Vacina, Jornal do Comércio, Rio de Janeiro,1904.

Cais do Valongo, Foto: Marcos Roberto. Setembro, 2023.

Cais do Valongo de 1843, Diário do Rio de Janeiro, RJ, 17/08/2017.

Calçamento Pé de Moleque, Descida do Morro da Conceição, Foto: Marcos Roberto, 23/8/2023.

Centro Cultural Casa da Tia Ciata. Agência Brasil, 13/01/2024.

Chafariz e Igreja de Santa Rita, Rio de Janeiro, 1844, foto: EDUARD Hildebrandt. Museu Staatliche, Berlim Alemanha.

Charge: Revista O Malho - Chargista: Leonidas Freire, 29/10/1904, Rio de Janeiro, 1904.

Coreto da Praça da Harmonia, O Globo, Rio de Janeiro, 24/05/2023, Nº 32.741,2023.

Cortiço Cabeça de Porco (Foto de Exposição). Marc Ferrez, Museu do Amanhã, Rio de Janeiro, 2024.

Desfile da Mangueira 2025: Pequena África. Foto: Guito Moeto, Agência O Globo, Fevereiro, 2025.

Desfile Salgueiro 1964: Chico Rei. Agência Estado, Cód imagem 5024, Rio de Janeiro, 1964.
Donga. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 1931.

Gravura Tia Ciata, Flavio dos Santos Gomes, Jaime Lauriano, Lilia Moritz Schwarcz, Enciclopédia Negra, Companhia das Letras, SP, 2021.

Heitor dos Prazeres. Arquivo Nacional/Fundo Correio da Manhã, Nº23823, Caderno Anexo, Foto: Rio de Janeiro, 1970.

Imagem de Nossa Senhora da Conceição/Rua do Morro da Conceição. Foto: Marcos Roberto. Setembro, 2024.

Igreja de Santa Rita/Largo de Santa Rita, Foto: Marcos Roberto. Setembro, 2024.

Instituto Pretos Novos - IPN, Foto: Alex Ferro, 2012
Instituto Pretos Novos - IPN, Foto: Alex Ferro, 2012.

IPN - Instituto Pretos Novos. Agência Rafaturis. Turismo Pedagógico , Rio de Janeiro, 2023.

João Cândido, A Ilustração Brasileira, Ed. Nº37, p.176,1910.

Litografia da “Praça da Piedade/Salvador, 1835”Johann Moritz Rugendas Viagem Pitoresca Através do Brasil. . Editora Itatiaia, 2008.

Litografia: “Jogando Capoeira ou Jogo da Guerra, 1835”, Johann Moritz Rugendas, Viagem Pitoresca Através do Brasil. . Editora Itatiaia, 2008.

Largo da Prainha, Foto: Marcos Roberto. Outubro, 2024.

Machado de Assis., Foto: Felipe Pereira Rissato, Revista Caras y Caretas. nº 486, Buenos Ayres,1908.

Manifestação do MNU, 1978, Movimento Negro Unificado ,<https://mnu.org.br>.

Mapa - Roteiro, *Internet*, Elaboração: Marcos Roberto e Fabiano Sacramento. Março 2025.

Memorial Manuel Congo, Prefeitura Municipal de Vassouras, Secretaria de Turismo. Vassouras.

Morro da Providência, O Globo, Rio de Janeiro. 21 de maio de 1966.

Morro do Livramento, *Internet*, Domínio Público.

MUHCAB - Museu da História e da Cultura Afro – Brasileira. O Globo, Rio de Janeiro. Nº 32.741, 29/03/2023.

Negras Vendedoras de Angu, Jean-Baptiste Debret. Voyage Pittoresque et Historique au Brésil, Ed. Firmin Didot Frères, Imprimeurs de l'Institut de France, Paris, 1834.

Praça da Harmonia, Diário do Rio de Janeiro , RJ,10/06/2021.

Praça 11 de Junho/1923, Foto: Augusto Malta, Acervo Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Paulo da Portela, Museu da Imagem e do Som (mis), Jornal das Moças, Rio de Janeiro, 1934.

Pedra do Sal. Foto: Marcos Roberto. Outubro, 2024.

Pixinguinha. Foto: Walter Firmo,1968. Publicada em: O Globo, 2018.

Porta do Não Retorno. Kevin Sieff. Washington Post, 04/02/2018. Atualizado em 05/11/2018, O Globo, Rio de Janeiro,2018.

Quartel da Guarda. Foto: Marcos Roberto. Outubro,2024.

Roda de Samba na Pedra do Sal. TripAdvisor. Foto: autor desconhecido.

Rota dos Escravizados. Luciana Whitaker, Sala Conceição Evaristo, , MUHCAB, 2023.

Sankofa, Elisa Lankim Araujo, A Matriz Africana no Mundo, p.38, cap. 1, Selo Negro, SP, 2008.

Teatro Experimental do Negro, Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira, SP: Itaú Cultural, 2025.

Trapiche Cais do Porto, . Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro. registro 171/12, Rio de Janeiro, 1905.